MARIANE RAVAGIO CATELLI

A CARTOGRAFIA TÁTIL EM ESPAÇOS DE LAZER:
CRIANDO OPORTUNIDADES PARA A EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Londrina
2016

MARIANE RAVAGIO CATELLI

A CARTOGRAFIA TÁTIL EM ESPAÇOS DE LAZER:
CRIANDO OPORTUNIDADES PARA A EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de MESTRE em Geografia.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Eloiza Cristiane Torres.

Londrina
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Catelli, Mariane Ravagio.
A Cartografia Tátil em espaços de lazer : criando oportunidades para a educação e inclusão de pessoas com deficiência visual / Mariane Ravagio Catelli. - Londrina, 2016.
138 f. : il.

Orientador: Eloiza Cristiane Torres.
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2016.
Inclui bibliografia.

1. inclusão - Teses. 2. pessoas com deficiência - Teses. 3. Cartografia Tátil - Teses. 4. turismo inclusivo - Teses. I. Torres, Eloiza Cristiane. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

MARIANE RAVAGIO CATELLI

A CARTOGRAFIA TÁTIL EM ESPAÇOS DE LAZER:
CRIANDO OPORTUNIDADES PARA A EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de MESTRE em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientadora: Prof.ª Dra. Eloiza Cristiane Torres
Universidade Estadual de Londrina - UEL

_____

Prof.ª Dra. Carla Cristina Reinaldo Gimenes de Sena
Universidade Estadual Paulista - UNESP

_____

Prof.ª Dra. Adriana C. de Freitas Pereira
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 07 de março de 2016.

Ao meu pai Humberto Catelli (*in memorian*) por tudo o que fez e continua fazendo por mim e pela nossa família. Lembro-me dos teus sorrisos todos os dias, meu gatinho.

À Giseli Aparecida Braz de Lima (*in memorian*) por acreditar na minha capacidade em cursar uma universidade pública e fazer com que eu não desistisse dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Sim, mais uma vez tenho que falar do mito chinês nos une através de um fio vermelho preso aos nossos tornozelos. Durante esses dois anos, alguns nozinhos foram feitos, outros desfeitos. E alguns estão mais forte do que nunca.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha família. Com o passar do tempo, vamos dando mais valor ao nosso porto seguro, pra onde meu barquinho pode voltar e se atracar. Adelina, mãe, você é uma mulher maravilhosa e um exemplo de força e garra. Dani, minha irmã, confidente, conselheira e melhor amiga. Amo vocês duas, com todas as minhas forças e até o fim.

Como não citar meu tio Alcides e tia Silvana? Gratidão por estarem do meu lado desde sempre, pela preocupação e conselhos. Giovana, quem foi unida pelo Stitch, jamais se desunirá! Ah! Tia Ângela e Tia Marlene, um beijo para vocês!

Gostaria de agradecer todos os professores que eu tive. De uma forma ou de outra, vocês marcaram minha vida para sempre!

Aos amigos feitos na minha *alma mater* e que mesmo na distância se fazem cada vez mais presentes:

Manoel, meu irmão, a pessoa que eu tive a felicidade de encontrar e compartilhar o mesmo teto, sonhos, medos, pepsis, poesias, séries, etc. Sempre lembrarei com carinho tudo o que passamos e crescemos juntos! E gratidão por estar presente todos os dias, mesmo com a correria da vida de professor assalariado!

Amanda, você é a diva que eu quero copiar! Entre uns “menina!”, “vaquinha” e “bitch” partilhamos nossa vida, segredos, confianças e inseguranças da vida adulta! Parece que você sempre tem a palavra certa, no momento certo, me fazendo refletir quando eu tenho que ter calma e mostrando quando eu não preciso ser tão calma assim! Amo você!

Renata, como eu aprendi com você e o Francisco nos últimos tempos! Só tenho a agradecer a confiança, amizade e carinho. Não sei o que seria do meu dia sem nossas conversas. Podem contar com a “dinda-bônus” para sempre! E, ah, D. Maria obrigada me acolher toda vez que precisei e pelas comidinhas deliciosas!

À Carla por ser a personificação da palavra generosidade. Gratidão por toda ajuda, em qualquer dia e em qualquer horário. Também por todos os conselhos e principalmente por acreditar em mim, mesmo quando nem eu estava acreditando mais. Eu sei que você é doutora, mas, para mim, nunca vai deixar de ser minha mestra!

Barbara e Wal, as que completam as lindas da tátil. Gratidão por sempre estarem dispostas a ajudar!

Lariza, minha geminiana com ascendente em leão favorita! Gratidão por todos os conselhos e pela amizade! Você é uma pessoa maravilhosa em todos os sentidos!

Ao Rodrigo por todo companheirismo e apoio incondicional desde 2012! Que a nossa vida continue repleta de momentos (e comidas!) memoráveis. Amo você!

Agora tenho que agradecer as pessoas que eu tive a sorte de conhecer na Pequena Londres!

Michel e Andreza, gratidão pela companhia, conversas filosóficas, hospedagem e cuscuz (e pirão!) ao melhor estilo nordestino.

À Eloiza, que mesmo sem me conhecer, me aceitou com os braços abertos e um sorriso no rosto! Gratidão por todo o conhecimento compartilhado! Posso afirmar que no meio de tanto ego, você é uma flor que brotou no meio acadêmico!

Gostaria de agradecer os funcionários da Secretária de Pós-Graduação do Centro de Ciências Exatas, sempre prestativos e pacientes com todas as dúvidas!

Aos professores que participaram da banca de qualificação, Rosana e Ricardo, por todas as contribuições na pesquisa. E à professora Adriana, por aceitar o convite para participar da banca na defesa!

À CAPES, pelo apoio financeiro.

Por fim, gostaria de agradecer todas as pessoas que participaram da pesquisa, mas em especial a Janaína por acreditar e disponibilizar seu tempo e amizade.

E ao meu mano Eduardo, que se tornou meu parça pros guaranás! Du, gratidão por todas as dicas e por acreditar no que eu faço!

“Por que foi que cegámos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos que veem, Cegos que, vendo, não veem.”

(José Saramago)

CATELLI, Mariane Ravagio. **A Cartografia Tátil em espaços de lazer:** criando oportunidades para a educação e inclusão de pessoas com deficiência visual. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

RESUMO

Atualmente, é impossível pensar em uma sociedade que não valorize a fuga do cotidiano e o tempo livre, essenciais para o ser-humano em sua totalidade. Entretanto, muitas pessoas ainda veem suas oportunidades de lazer negadas devido à falta de acessibilidade. Esta pesquisa procurou contribuir para a inclusão de pessoas com deficiência visual no Museu Histórico Municipal – "Luiz Saffi" localizado na Estância Turística de Barra Bonita – SP, por meio da utilização de representações gráficas táteis sobre o museu, feitas por meio dos princípios da Cartografia Tátil, junto com a permissão do toque de alguns objetos e sua identificação em um catálogo em braile. A metodologia utilizada para a pesquisa possui cunho qualitativo e foi realizada por meio de três visitas técnicas, da observação participante e entrevistas semiestruturadas. Na última visita estavam presentes duas pessoas com deficiência visual, três alunos sem deficiência de uma escola particular da cidade, seu professor de História e a responsável pelo museu, possibilitando a convivência entre as pessoas com e sem deficiência. Baseado na obra do geógrafo Tuan, o objetivo da pesquisa foi analisar se a acessibilidade é capaz de causar afeto por determinado lugar e estimular as pessoas com deficiência a conhecer novos lugares. Além da sugestão de um material tátil mais resistente para o museu, foi apontado o posicionamento do poder público municipal sobre a questão e foram propostas algumas alternativas que a cidade poderia adotar para incluir as pessoas com deficiência e, dessa forma, beneficiar a todos.

Palavras-chave: Inclusão. Pessoa com deficiência visual. Cartografia Tátil. Turismo inclusive.

CATELLI, Mariane Ravagio. **Tactile Cartography in leisure spaces:** creating opportunities for the education and inclusion of people with visual impairment. 2016. 138 p. Dissertation (Master's degree in Geography) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

ABSTRACT

Currently, it is impossible to think a society that does not value the escape from everyday life and free time, essential for the human race in its entirety. However, many people still denied about recreational opportunities because the lack of accessibility. This research sought to contribute to the inclusion of people with visual impairment in the Municipal History Museum - "Luiz Saffi" located in the tourist city of Barra Bonita - SP through the use of tactile graphic representations of the museum, made through the principles of Tactile Cartography, along with permission to touch some objects and their identification in a book in braile. The methodology used for the research has qualitative character and was carried out by three technical visits, participant observation and semi-structured interviews. On the last visit were present two people with visual impairment, three students without disabilities of a private school in the city, their history professor and responsible for the museum, enabling the coexistence between people with and without disabilities. Based on the work of geographer Tuan, the objective of the research was to analyze if accessibility can cause affection for a particular place and encourage people with disabilities to meet new places. In addition to the suggestion of a stronger tactile material for the museum, it was appointed the position of the municipal government on the issue and proposed some alternatives that the city could take to include people with disabilities - and thus benefit everyone.

Keywords: Inclusion. Visually impairment people. Tactile Cartography. Inclusive tourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Gráfico sobre a quantidade de pessoas com deficiência segundo o Censo IBGE 2010 13
Figura 2: Fases vivenciadas pelas pessoas com deficiência 15
Figura 3: Tripé sobre a inclusão de pessoas com deficiência 17
Figura 4: Símbolo Internacional de Acesso 25
Figura 5: Reflexões sobre Espaço e lugar 29
Figura 6: Cenários da Cartografia Escolar Tátil 34
Figura 7: Variáveis gráficas na forma visual e tátil 35
Figura 8: Localização das cidades e do Rio Tietê no Estado de São Paulo 37
Figura 9: Obras adaptadas em resina da Pinacoteca do Estado de São Paulo 44
Figura 10: Reprodução de uma pintura do Museu Afro-Brasil - SP 45
Figura 11: Papel microcapsulado e detalhe do relevo criado 48
Figura 12: Matriz feita em máquina roteadora 48
Figura 13: Mapas em ponto braile 49
Figura 14: Etapas da técnica de prototipagem 50
Figura 15: Máquina Thermoform 51
Figura 16: Exemplos de representações táteis feitas no Thermoform 52
Figura 17: Exemplo de Padronização de um material elaborado pelo CCAT/Lemadi 53
Figura 18: Exemplo de Padronização de um material elaborado pelo LABTATE 53
Figura 19: Padrões de elementos cartográficos elaborados pelo LABTATE 54
Figura 20: Explicação e mapa tátil da Galeria Tátil de esculturas brasileiras 69
Figura 21: Mapa tátil da Galeria Tátil 69
Figura 22: Placa de informação aos visitantes 70
Figura 23: Escultura tátil em bronze Leda de Lelio Coluccini 70
Figura 24: Maquete tátil da Pinacoteca protegida por um vidro 71
Figura 25: Maquete tátil dos arredores da Pinacoteca 72
Figura 26: Totem antigo 73
Figura 27: Totem reformulado 74
Figura 28: Maquete tátil do Estádio do Pacaembú e entorno 74
Figura 29: Exemplos de materiais táteis disponibilizados pelo museu 75
Figura 30: Adaptação das jogadas em resina 75

Figura 31: Mapa de localização de Barra Bonita/SP 78
Figura 32: Museu Histórico Municipal Luiz Saffi e entorno 81
Figura 33: Acesso principal ao prédio do museu 82
Figura 34: Acesso secundário ao prédio do Museu 82
Figura 35: Placa indicativa para acesso ao segundo andar do museu..... 83
Figura 36: Escadas: único acesso ao segundo andar do museu 84
Figura 37: Alguns objetos do museu 85
Figura 38: Em cada item há uma placa informativa sobre o que é o objeto, ano e quem fez a doação. 85
Figura 39: Vista parcial do segundo andar 86
Figura 40: Vista parcial do andar inferior..... 86
Figura 41: Eduardo tocando os objetos 87
Figura 42: Eduardo agachado para compreender o objeto 88
Figura 43: Eduardo erguendo a mão para tocar o objeto..... 89
Figura 44: Eduardo tocando um toca-discos 89
Figura 45: Um aviso de “é proibido tocar nos objetos”..... 90
Figura 46: Fachada Tátil do Museu..... 91
Figura 47: Planta tátil piso inferior..... 94
Figura 48: Planta tátil piso superior..... 96
Figura 49: Disposição dos materiais na sala onde ocorreu a aplicação..... 98
Figura 50: Explicação sobre a prensa 100
Figura 51: Pessoas com deficiência visual tocando os materiais táteis..... 101
Figura 52: Pessoas com e sem deficiência tocando os mesmos materiais..... 102
Figura 53: Atividade para sensibilização e interação 102
Figura 54: Entrevista ao final do encontro 103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Diferenças entre inclusão e integração segundo Werneck..... 31
Quadro 2: Iniciativas federais referentes à educação das pessoas com deficiência..... 33
Quadro 3: Iniciativas federais referentes à acessibilidade das pessoas com deficiência..... 37
Quadro 4: Passo-a-passo da técnica de produção de mapa tátil em colagem..... 54
Quadro 5: Passo-a-passo da técnica de produção de mapa tátil em alumínio..... 55
Quadro 6: Passo-a-passo da técnica de produção com de mapa tátil com porcelana fria..... 57
Quadro 7: Passo-a-passo utilizando a técnica de serigrafia para produção de mapas táteis..... 60
Quadro 8: Síntese das iniciativas federais referentes ao turismo inclusivo..... 77
Quadro 9: Quantidade de pessoas com deficiência em Barra Bonita – SP..... 94
Quadro 10: Visitas técnicas no Museu Histórico Municipal – "Luiz Saffi" (Barra Bonita – SP e seus objetivos..... 95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AVAPE	Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência
AEE	Atendimento Educacional Especializado
CAD	*Computer-Aided Design*
CID-6	VI Revisão da Classificação Internacional de Doenças
CIDID	Classificação Internacional de deficiências, incapacidades e desvantagens
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
CNE	Conselho Nacional de Educação
DADE	Departamento de Apoio ao Desenvolvimento às Estâncias
DMRI	Degeneração Macular Relacionada à Idade
Embratur	Instituto Brasileiro de Turismo
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
IAPB	Agência Internacional para a Prevenção da Cegueira
INCLUGEO	Grupo de Cartografia Tátil da UNESP/Ourinhos
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ICIDH	*Internacional Classification of impairments, disabilities, and handicaps: a manual of classification relating to the consequences of disease*
ICOM	*International Council of Museums*
LARAMARA	Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual
LEMADI	Laboratório de Ensino e Material Didático da USP
LABTATE	Laboratório de Cartografia Tátil e Escolar
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
Libras	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
Mtur	Ministério do Turismo
NAE	Núcleo de Ação Educativa
OMS	Organização Mundial da Saúde

OMT	Organização Mundial do Turismo
ONGs	Organizações não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNT	Plano Nacional de Turismo
PAMF	Programa de Acessibilidade do Museu do Futebol
PEPE	Programa Educativo para Públicos Especiais
Pronatec	Programa Nacional de Acesso de Ensino Técnico e Emprego
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PVC	policloreto de polivinila
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESP	Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho”

SUMÁRIO

MEMORIAL 17

INTRODUÇÃO 19
1. A DEFICIÊNCIA E A NECESSIDADE DE INCLUSÃO 23
1.1 DEFICIÊNCIA 23
1.1.1 Deficiência visual 25
1.2 HISTÓRICO E INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 29
1.2.1 Educação 33
1.2.2 Acessibilidade 36
1.2.3 Empoderamento 41
1.3 PERCEPÇÃO DO ESPAÇO PELAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL 43

2. CARTOGRAFIA TÁTIL: CONCEITOS E TÉCNICAS 47
2.1 TÉCNICAS DE PRODUÇÃO ARTESANAL 53
2.1.1 Técnica em colagem 53
2.1.2 Técnica em alumínio 56
2.1.3 Técnica em porcelana fria 57
2.1.4 Técnica em resina 58
2.1.5 Técnica em material preto e amarelo 59
2.2 TÉCNICAS DE PRODUÇÃO/REPRODUÇÃO EM LARGA ESCALA 59
2.2.1 Técnica de serigrafia 60
2.2.2 Técnica com papel microcapsulado 61
2.2.3 Técnica com máquina roteadora 62
2.2.4 Técnica de desenho em braile 63
2.2.5 Técnica de impressão 3D - Prototipagem rápida 64
2.6 Técnica de reprodução no *thermoform* 65
2.3 PADRONIZAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS TÁTEIS 66

3. LAZER E TURISMO INCLUSIVO, A EDUCAÇÃO TURÍSTICA E MUSEUS ACESSÍVEIS 69

3.1 TURISMO INCLUSIVO 70
3.2 EDUCAÇÃO TURÍSTICA 79
3.3 A IMPORTÂNCIA DOS MUSEUS PARA O TURISMO E EDUCAÇÃO 82

4. UMA EXPERIÊNCIA PARA INCLUIR 92
4.1 BARRA BONITA COMO ÁREA DE ESTUDO 92
4.2 PRIMEIRA VISITA TÉCNICA 95
4.3 SEGUNDA VISITA TÉCNICA 101
4.4 REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS TÁTEIS ELABORADAS PARA A PESQUISA 104
4.5 TERCEIRA VISITA TÉCNICA E APLICAÇÃO DOS MATERIAIS TÁTEIS 110

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 117

6. RECOMENDAÇÕES FINAIS 119

7. REFERÊNCIAS 123

8. ANEXOS 130

MEMORIAL

Em 2006, iniciei um curso técnico em Turismo na Escola Técnica Estadual Comendador João Rays, em Barra Bonita. Um dos requisitos do curso era realizar seis visitas técnicas e em uma delas tive a possibilidade de visitar Balneário Camboriú – SC. Lembro-me da professora chamar atenção para as calçadas acessíveis da cidade e dizer da importância da acessibilidade no turismo.

Em 2009, quando ingressei no curso de Geografia na Universidade Estadual Paulista - "Júlio de Mesquita Filho" - Campus de Ourinhos, logo tive a oportunidade de participar de um projeto que envolvia turismo. Mas, na minha primeira Semana de Geografia houve um minicurso sobre recursos didáticos adaptados para pessoas com paralisia cerebral e foi ressaltado: "há poucas coisas na área de Geografia!". E eu, caloura, pensei: Geografia... mapas... como um cego "enxerga" o mapa?

Realizei algumas pesquisas na internet e encontrei o nome "Cartografia Tátil" e resolvi conversar com a minha professora de Cartografia. Ela disse que não tinha um conhecimento significativo na área, mas a nova professora contratada do campus havia realizado o doutorado sobre esse tema. Logo quando a Professora Carla C. R. G. de Sena chegou ao campus no início de 2010, fui conversar com ela e disse que fiquei interessada na Cartografia Tátil, mas que gostava muito de turismo. E ela respondeu: "por que não unir os dois?". E assim, iniciamos a pesquisa que me trouxe até aqui – e que vai me levar além.

Em 2011, fui contemplada com uma bolsa da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), e, juntamente com o Grupo de Cartografia Tátil (atual Inclugeo), elaboramos alguns materiais cartográficos táteis sobre o município de Ourinhos - SP. Paralelamente a isso, comecei a fundamentação teórica sobre turismo e turismo acessível. Resolvemos escrever um projeto para pleitear uma bolsa de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), e no início de 2012 veio o parecer: projeto aprovado. Foram dois anos de muita pesquisa, eventos científicos, relatórios e amadurecimento acadêmico. O objetivo da pesquisa, que foi concluída em junho de 2014 com a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), era analisar as contribuições das representações gráficas táteis no turismo para pessoa com deficiência nas Estâncias Turísticas de Barra Bonita e Igaraçu do Tietê - SP.

Uma das principais conquistas do trabalho aconteceu em 2013. Fui uma entre dez jovens da região Sudeste e Nordeste ganhadores do Prêmio Laureate Brasil - Jovens

Empreendedores Sociais. O Prêmio possibilitou o reconhecimento e a formação complementar, além da visibilidade local e nacional do projeto.

Em 2014, ingressei no Mestrado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). A Professora Eloiza Cristiane Torres foi generosa em aceitar ser minha orientadora e sempre ressaltou a importância e o poder da educação – que se mostrou fundamental para a pesquisa.

Esta pesquisa não está sendo feita apenas para a obtenção de um título acadêmico. Desde a minha graduação quis realizar algo que pudesse servir às demais pessoas e assumi meu compromisso com a inclusão das pessoas com deficiência.

Como disse o escritor português José Saramago, somos todos ilhas desconhecidas – dos outros e de nós mesmos. Muitas vezes é necessário que chegue novos barcos e navegantes, para que eu, ilha, possa me autodescobrir e, assim, me conhecer melhor. Posso afirmar que a convivência com as pessoas com deficiência me transformou: em uma pesquisadora mais consciente e em uma pessoa melhor. E acredito que, mesmo timidamente, eu também consegui modificar a vida de algumas pessoas com deficiência.

INTRODUÇÃO

Inclusão. Esse termo está presente no dia-a-dia, por meio das mídias, conversas, discursos... mas por quê se precisa incluir alguém ou um determinado grupo de pessoas? A resposta é porque um dia elas foram ou ainda estão sendo excluídas, segregadas ou apenas integradas na sociedade.

No caso das pessoas com deficiência, a exclusão acontece devido à concepção de "normalidade". Por serem "diferentes", essas pessoas eram consideradas "doentes" ou socialmente inúteis. Foi apenas no final da década de 60 do século XX que a sociedade passou a reconhecer as capacidades das pessoas com deficiência, e, mesmo assim, reduzidas em comparação à "normalidade".

O movimento pela inclusão se iniciou na segunda metade da década de 80 pelas próprias pessoas com deficiência que começaram a requerer seus direitos e uma participação autônoma e efetiva na vida social. Para esta pesquisa, será utilizada a definição de inclusão de Sassaki (2006). Para o autor, a sociedade deve se adaptar para poder incluir pessoas com necessidades especiais e estas se preparam para assumir seus papeis na sociedade. Portanto, é um processo bilateral, que em parceria se busca "[...] equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos" (SASSAKI, 2006, p. 40).

Quando se fala em inclusão da pessoa com deficiência, logo se relaciona a participação delas na educação e/ou mercado de trabalho, esquecendo-se de algo importante para todas as pessoas: lazer e turismo. Entretanto, já é hora de transpor as questões econômicas tão pontuadas quando se trata do lazer e turismo e refletir acerca dos impactos sociais que estes podem causar.

Em tempos em que o trabalho não dignifica o homem, e sim o torna mais servil, o direito ao lazer busca, além do descanso do corpo e reposição de energia, a melhora da vida e a expansão do ser em sua essencialidade, condicionando a um crescimento pessoal, familiar e social e contribuindo para a formação do homem social, que participa do meio em que vive.

O lazer é um direito garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevista no artigo 6º do Capítulo II – dos direitos sociais: "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta

Constituição[1]" (BRASIL, 1988). Dessa forma, é obrigação estatal, em todos os níveis da federação, fornecer meios para que as pessoas usufruam do lazer, que inclui diversas atividades, como: ler um livro, ir ao teatro/cinema, praticar esportes, estar em contato com a natureza e viajar.

Já o turismo inclusivo é discutido desde 1983 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Mesmo depois da Copa do Mundo de Futebol (2014) e nas vésperas dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016, ainda são encontradas barreiras graves no Brasil. E elas são ainda mais presentes quando se considera a maioria das cidades do interior do país. Entretanto, algumas delas, como Socorro – SP usam a acessibilidade como um diferencial turístico e, por isso, recebem um grande número de turistas com deficiência, o que traz benefícios econômicos e sociais para o município.

E não há como pensar em lazer e turismo sem educação. Mesmo em pequena escala, eles sempre estão relacionados. A educação turística[2] é capaz de tornar os cidadãos mais críticos e tolerantes, auxiliando no processo de inclusão social.

Para ser acessível e incluir é necessário pensar além da acessibilidade física. Pessoas com deficiência visual, público alvo dessa pesquisa, também encontram diversos obstáculos e barreiras em seus momentos de lazer. Como compreender o ambiente ou um importante atrativo sem enxergá-lo?

A Cartografia Tátil é definida por Carmo (2009) como "[...] a ciência e a arte de transpor uma informação visual de tal maneira que o resultado seja um documento que possa ser utilizado por pessoas com deficiência visual." (*idem*, p. 46-47) e é capaz de contribuir para a inclusão desse público. As representações gráficas táteis são, como já constatado por Catelli (2014), uma alternativa viável em espaços utilizados para o lazer e o turismo.

O recorte espacial desta pesquisa é a Estância Turística de Barra Bonita, e, especificamente, o Museu Histórico Municipal Luiz Saffi. Museus podem efetivar a inclusão social por receber um público diversificado e, ao se equiparar as oportunidades, todas as pessoas podem usufruir desse espaço.

Baseado em Tuan (1983) em relação ao desenvolvimento de sentimentos de afeto e apropriação em relação ao espaço, considera-se as seguintes questões:

---

[1] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em 15 set. 2015

[2] Educação turística: Pode se dar tanto na educação formal, não formal e informal, a fim de tornar os cidadãos mais críticos e conscientes a respeito do tema.

- Se existirem recursos adaptados às necessidades específicas da pessoa com deficiência visual, pensando na acessibilidade física e comunicacional, ela terá uma melhor percepção do Museu Histórico Municipal de Barra Bonita – Luiz Saffi?
- Isso a motivará a conhecer novos espaços?
- Esses materiais táteis possuem potencial para a educação e podem servir para que as pessoas com e sem deficiência usufruam do mesmo material e espaço, efetivando a inclusão?

O objetivo geral da pesquisa é compreender de que maneira a Cartografia Tátil pode contribuir para a educação turística inclusiva na Estância Turística de Barra Bonita, promovendo a inclusão. Para isso, a pesquisa tentará alcançar os seguintes objetivos específicos:

a) analisar uma proposta de adaptação desenvolvida pela pesquisadora focada na inclusão de pessoas com deficiência visual no Museu Histórico Municipal – Luiz Saffi, localizado em Barra Bonita – SP;
b) discutir acerca da viabilidade do uso de representações gráficas táteis referentes à cidade de Barra Bonita - SP;
c) identificar possíveis ações que promovam a educação turística inclusiva, avaliando seu potencial na melhoria da qualidade de atendimento as pessoas com deficiência no Brasil.

A metodologia utilizada para a pesquisa possui cunho qualitativo e foi realizada por meio de três visitas técnicas, da observação participante e entrevistas semiestruturadas. Faz-se necessário citar que o princípio norteador básico desta pesquisa é o lema “Nada sobre Nós sem nós”. A participação e diálogo constante com as pessoas com deficiência, assim como a participação da pesquisadora, foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

> O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. (FREIRE, 1997, p. 75)

Ou seja, nos encontros é que se (re)faz o mundo, passando de meros expectadores a participantes, através de uma ciência que crê na diversidade, pluralidade, ação e na mudança por meio da alteridade e da autorreflexão.

Foram realizadas três visitas técnicas, duas foram visitas diagnósticas: a primeira foi realizada pela pesquisadora para analisar o espaço do museu e quais objetos poderiam ser tocados pelas pessoas com deficiência visual. A segunda foi feita acompanhada por uma pessoa com deficiência visual para analisar os objetos e como seria uma visita sem ajuda de uma pessoa ou material de apoio. Na terceira visita técnica ocorreu a aplicação e avaliação dos materiais na presença de pessoas com e sem deficiência, possibilitando a convivência e o diálogo entre elas.

No primeiro capítulo é discutido o termo deficiência, características e dados da deficiência visual, histórico de inclusão das pessoas com deficiência e a inclusão com base no tripé acessibilidade, educação e empoderamento, analisando-os. Também abrange como é a percepção do espaço pelas pessoas com deficiência visual, com base no geógrafo Yi-Fu Tuan.

No segundo capítulo são abordados os conceitos e as principais técnicas, tanto de produção artesanal, como produção/reprodução em larga escala, utilizadas na Cartografia Tátil.

A pesquisa trata do lazer e turismo inclusivos no terceiro capítulo, resgatando as iniciativas federais a respeito do tema, como o turismo e a educação estão relacionados e como são alguns museus nacionais que estão preparados para receber pessoas com deficiência.

Por fim, no quarto capítulo há um breve histórico sobre a cidade e o museu onde ocorreu a aplicação, apresentar os materiais cartográficos táteis elaborados para a pesquisa e explicar as três visitas técnicas, os resultados de cada uma e a possibilidade a aplicação da pesquisa.

1. A DEFICIÊNCIA E A NECESSIDADE DE INCLUSÃO

Neste momento**,** é discutido o termo "deficiência" e de que forma este foi se transformando com o passar do tempo e mudança de paradigmas. Aborda características e dados específicos sobre a deficiência visual, o histórico de inclusão das pessoas com deficiência e como a inclusão pode ser definida no seguinte tripé: acessibilidade, educação e empoderamento. Também abrange como é a percepção do espaço pelas pessoas com deficiência visual, com base no geógrafo Yi-Fu Tuan.

1.1 DEFICIÊNCIA

De acordo com Amiralian *et al.* (2000), a preocupação dos profissionais, especialmente os de saúde, em classificar as doenças remonta ao século XVIII. Entretanto, apenas em 1948, na VI Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-6) foram citadas doenças que poderiam se tornar crônicas e exigiam outros atendimentos, além dos cuidados médicos.

Em 1976, na IX Assembleia da Organização Mundial da Saúde (OMS) surgiu uma primeira conceituação: *Internacional Classification of impairments, disabilities, and handicaps: a manual of classification relating to the consequences of disease* (ICIDH), ou, Classificação Internacional de deficiências, incapacidades e desvantagens: um manual de classificação das consequências das doenças (CIDID), publicada em 1980. A CIDID caracteriza deficiência, incapacidade e desvantagem, como:

> Deficiência: perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão. (AMIRALIAN *et al*., 2000, p. 98).
>
> Incapacidade: restrição, resultante de uma deficiência, da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano. Surge como consequência direta ou é resposta do indivíduo a uma deficiência psicológica, física, sensorial ou outra. Representa a objetivação da deficiência e reflete os distúrbios da própria pessoa, nas atividades e comportamentos essenciais à vida diária. (*idem*, p. 98).
>
> Desvantagem: prejuízo para o indivíduo, resultante de uma deficiência ou uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo com a idade, sexo, fatores sociais e culturais Caracteriza-se por uma discordância entre a capacidade individual de realização e as expectativas do

> indivíduo ou do seu grupo social. Representa a socialização da deficiência e relaciona-se às dificuldades nas habilidades de sobrevivência. (*ibidem*, p. 98).

Entretanto, o movimento das pessoas com deficiência, juntamente com pesquisadores, passaram a identificar o papel das barreiras físicas e sociais para a deficiência, sendo esta "complexa, dinâmica, multidimensional e questionada", gerando críticas aos conceitos da CIDID e provocando um processo de revisão da OMS resultando na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) em 2001.

A CIF compreende a funcionalidade e a incapacidade como uma interação dinâmica entre problemas de saúde e fatores contextuais – pessoais e/ou ambientais. Na CIF "a questão (da incapacidade/desabilidade) é, portanto, atitudinal ou ideológica e requer mudanças sociais, as quais, em nível político, tornam-se questão de direitos humanos. A incapacidade/desabilidade torna-se, em resumo, uma questão política" (OMS, 2003, p. 25). Portanto, as definições são:

> Deficiência é uma perda ou anormalidade de uma estrutura do corpo ou de uma função fisiológica (incluindo funções mentais). Na CIF, o termo anormalidade refere-se estritamente a uma variação significativa das normas estatisticamente estabelecidas (i.e. como um desvio de uma média na população obtida usando normas padronizadas de medida) e deve ser utilizado apenas neste sentido. (OMS, 2003, p. 187)
>
> Incapacidade é um termo genérico ("chapéu") para deficiências, limitações da atividade e restrições na participação. Ele indica os aspectos negativos da interação entre um indivíduo (com uma condição de saúde) e seus fatores contextuais (ambientais e pessoais). (*idem*, p. 186)

Já a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), realizado pela ONU em Nova York – Estados Unidos, reconhece que "deficiência" é um conceito em evolução e a caracteriza como resultado da "interação entre as pessoas com deficiência e barreiras comportamentais que impedem sua participação plena e eficaz na sociedade de forma igualitária". Ou seja, a deficiência não caracteriza um atributo da pessoa, mas sim da sua interação com o meio.

De acordo com Aguirre *et. al.* (2003), a deficiência só se torna um problema social porque diversos fatores, inatos ou adquiridos, fazem com que algumas pessoas vejam limitadas as suas possibilidades para viver de acordo com o padrão social e cultural vigente.

Se houver adaptações necessárias, as pessoas com deficiência podem usufruir do espaço em sua totalidade.

No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), promulgada em 2015, tem como base a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e inova no conceito de deficiência, que não é mais entendida como uma condição estática e biológica da pessoa, mas como resultado da interação das barreiras impostas pelo meio com as limitações físicas, mentais, intelectuais e sensoriais do indivíduo.

> **Art. 2º:** Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
> § 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:
> I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
> II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
> III - a limitação no desempenho de atividades; e
> IV - a restrição de participação. (BRASIL, 2015[3])

Compreender as classificações e conceituações é importante porque as políticas públicas se baseiam nelas. A mudança de paradigma do conceito “deficiência” foi uma conquista importante para as pessoas com deficiência. Ao mostrar que a deficiência está no meio, e não nas pessoas, quanto mais acesso e oportunidades, menos barreiras e dificuldades encontradas.

Esta pesquisa tem foco nas pessoas com deficiência visual e por essa razão suas características são abordadas a seguir.

1.1.1 Deficiência visual

Desde a Antiguidade, a deficiência visual sempre foi cercada por mitos e superstições. Mas, com o passar do tempo, a ciência começou a descobrir as causas da deficiência e as concepções referentes às pessoas com deficiência visual foram sendo transformadas. A deficiência visual pode ser caracterizada pela:

[3] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm Acesso em: 13 out. 2015

> [...] perda ou redução da capacidade visual em ambos os olhos, em caráter definitivo, e que não pode ser melhorada ou corrigida com o uso de lentes e tratamento clínico ou cirúrgico. Entre as pessoas com deficiência visual têm-se os que possuem cegueira e os que possuem baixa visão. Estas definições e limites variam nas classificações esportiva, legal e outras. Além da agudeza visual e campo visual, considerados nestas classificações, outros fatores, tais como fusão, visão cromática, adaptação ao claro e escuro e sensibilidade a contrastes, devem ser levados em conta para avaliar a visão funcional. (FÁVERO, 2004, p. 32)

Existem diversas classificações para caracterizar a deficiência visual e é importante ressaltar que elas não são unânimes. A escolha da classificação mais adequada depende da forma e contexto que a deficiência visual está sendo abordada.

> Os vários tipos de classificação da deficiência visual são baseados em parâmetros: **legais**, para efeito de elegibilidade em programas de assistência e obtenção de recursos junto à previdência social; **clínicos**, para diagnóstico, tratamento e acompanhamento médico especializado; **educacionais**, baseada nos recursos necessários para o processo ensino-aprendizagem; **esportivos**, como critério de divisão em diferentes categorias para competições e eventos desportivos (MUNSTER, 2004, p. 30). (grifo do autor).

Para esta pesquisa, a definição educacional é a mais adequada. De acordo com Masi *et. al.* (2002), ela tem como principais características: diagnóstico educacional baseado na eficiência visual, ênfase no "como" enxerga, resultado dinâmico nas condições de vida prática e resultados qualitativos.

Pode-se dividir a deficiência visual em dois grandes grupos: cegos (perda total da visão ou pouca capacidade de enxergar, necessitando do braile para leitura e escrita) e baixa-visão (comprometimento do funcionamento visual dos olhos, mesmo após tratamento ou correção, necessitando de textos impressos ampliados ou uso de recursos óticos especiais) e as causas da deficiência, que são congênitas ou adquiridas. As principais causas congênitas são malformações oculares, glaucoma, catarata, rubéola materna, sífilis e toxoplasmose. Já as principais causas adquiridas são: traumas oculares, catarata, glaucoma, degeneração macular relacionada à idade (DMRI) e alterações retinianas relacionadas à hipertensão arterial ou diabetes.

De acordo com os dados de 2012 da OMS[4], há aproximadamente 285 milhões de pessoas com deficiência visual no mundo, entre essas, 39 milhões de cegos e 246 milhões com baixa-visão.

> Estima-se que 90% dos casos de deficiência visual estejam nos países em desenvolvimento e a maior parte poderia ser evitada por prevenção ou tratamentos existentes (WEST; SOMMER, 2001). Na ausência de ações globais de prevenção à deficiência visual, a cegueira poderá atingir 76 milhões de pessoas no mundo no ano de 2020, em consequência do crescimento e do envelhecimento da população mundial. (HADDAD, 2006, p. 07).

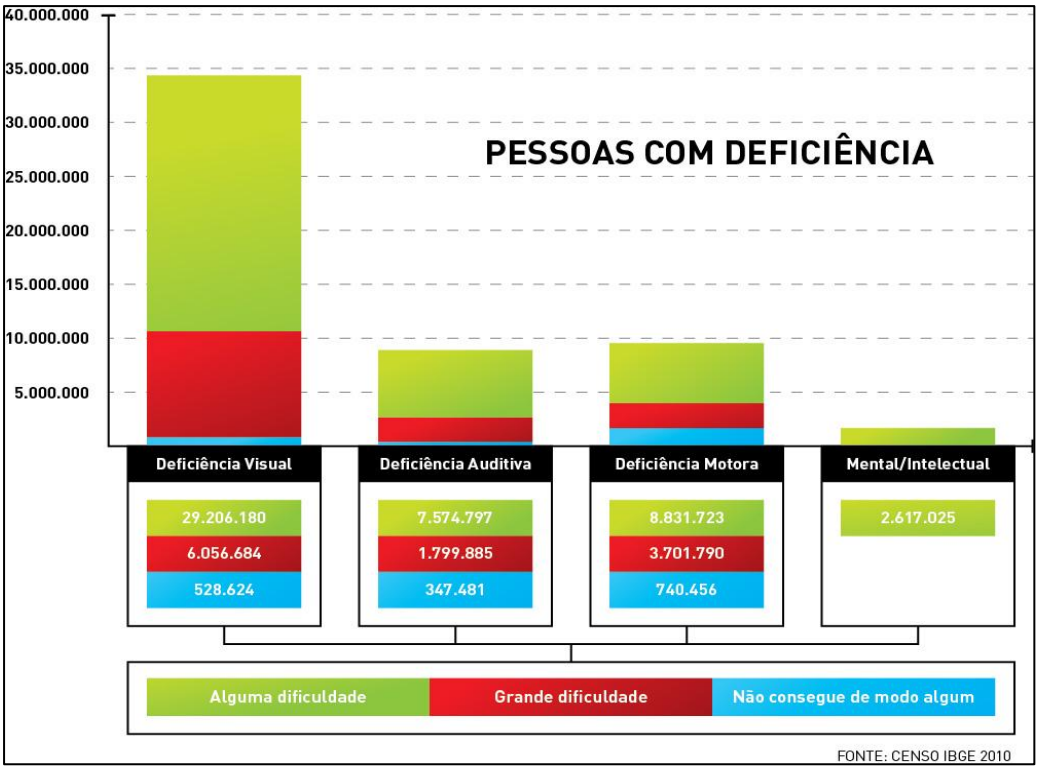
A deficiência visual:

> [...] é maior nos países em desenvolvimento em decorrência de fatores nutricionais, infecciosos e falta de tecnologia apropriada. Nos países com renda per capita intermediária, as causas são variadas e observa-se a retinopatia da prematuridade como causa emergente de cegueira nos países da América Latina e do leste europeu. Causas não evitáveis como distrofias retinianas, doenças do sistema nervoso central e anomalias congênitas são observadas nos países desenvolvidos (*idem*, p. 08;).

No Brasil, os dados mais atuais acerca da deficiência foram obtidos no Censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o Censo, 23,90% (total de 45.606.048 pessoas) da população brasileira declarou possuir algum tipo de deficiência (visual, auditiva, motora ou intelectual), sendo que a maioria delas (6.585.278 pessoas) possui deficiência visual. Entre essas, 528.624 são incapazes de enxergar (cegos) e 6.056.654 possuem baixa-visão.

[4] Disponível em: http://www.isaude.net/pt-BR/noticia/31410/foto-saude/brasil-tem-65-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-visual-e-582-mil-cegos Acesso em 16 out. 2015

Figura 1: Gráfico sobre a quantidade de pessoas com deficiência segundo o Censo IBGE 2010



Fonte: Censo IBGE 2010

Outro dado importante é o aumento no número das pessoas com deficiência. Em 2000, no Brasil, eram 24.600.256 pessoas, totalizando 14,5% da população. Esse aumento significativo se deve, basicamente, pela afirmação de se ter uma deficiência. Com o tempo, as pessoas perceberam que ter uma deficiência não era um problema ou motivo de vergonha, e começaram a se assumir e criar identidade.

Entretanto, os dados sobre a deficiência no Brasil ainda são limitados e dispersos. Complementa Lenzi (2012, p. 03):

> Os dados sobre pessoas com deficiência no Brasil estão relativamente dispersos e poucos comparáveis a medida que se trabalha com organizações ou pesquisas distintas. Observam-se desafios de mensuração por conta das diferenças de objetivos e aplicações dos dados, da concepção da própria deficiência, dos tipos, graus, agrupamentos delas e os métodos de coleta de dados.

Em caráter mundial, a estimativa é que o número cresça até 2020. Por isso, a OMS, em parceria com a Agência Internacional para a Prevenção da Cegueira (IAPB), entidades internacionais, instituições de atenção oftalmológica, organizações não governamentais

(ONGs) e corporações elaboraram o Programa Visão 2020: o direito à visão. O objetivo do programa é eliminar a cegueira evitável em todo o mundo até 2020, pois, 80% dos casos são resultados de causas previsíveis e/ou tratáveis.

1.2 HISTÓRICO E INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ao refletir, percebe-se que a convivência com as pessoas com deficiência ainda é pequena: elas não estão nas ruas, nos espaços de lazer e cultura, nas escolas e nas universidades. Este fato se deve ao histórico de exclusão vivida por essas pessoas.

O autor brasileiro Sassaki (2006) é referência nacional nos estudos de inclusão e acessibilidade, pois faz um resgate histórico sobre as pessoas com deficiência e quais foram as transformações que ocorreram ao longo do tempo.

Segundo o autor, as pessoas com deficiência sempre foram marginalizadas ou excluídas por serem "diferentes". O processo de exclusão social perdurou até o século XX e elas eram consideradas doentes e socialmente inúteis e não havia atendimento a esse público.

Na fase de segregação surgiram institutos especializados para cada deficiência. Já no final da década de 60, a sociedade começa a reconhecer que as pessoas com deficiência possuem uma capacidade, mesmo que reduzida em comparação com o que se considera como "normalidade".

No processo de integração social, criou-se um mundo parecido, mas ainda separado. Buscava-se o "tratamento" e apenas quem se adaptasse na sociedade podia ser "aceito". Percebeu-se que a integração social não era suficiente para acabar com a discriminação devido à inserção somente das pessoas que possuíam competência perante os padrões sociais vigentes. Esse paradigma, apesar de teoricamente superado, ainda perdura na atualidade.

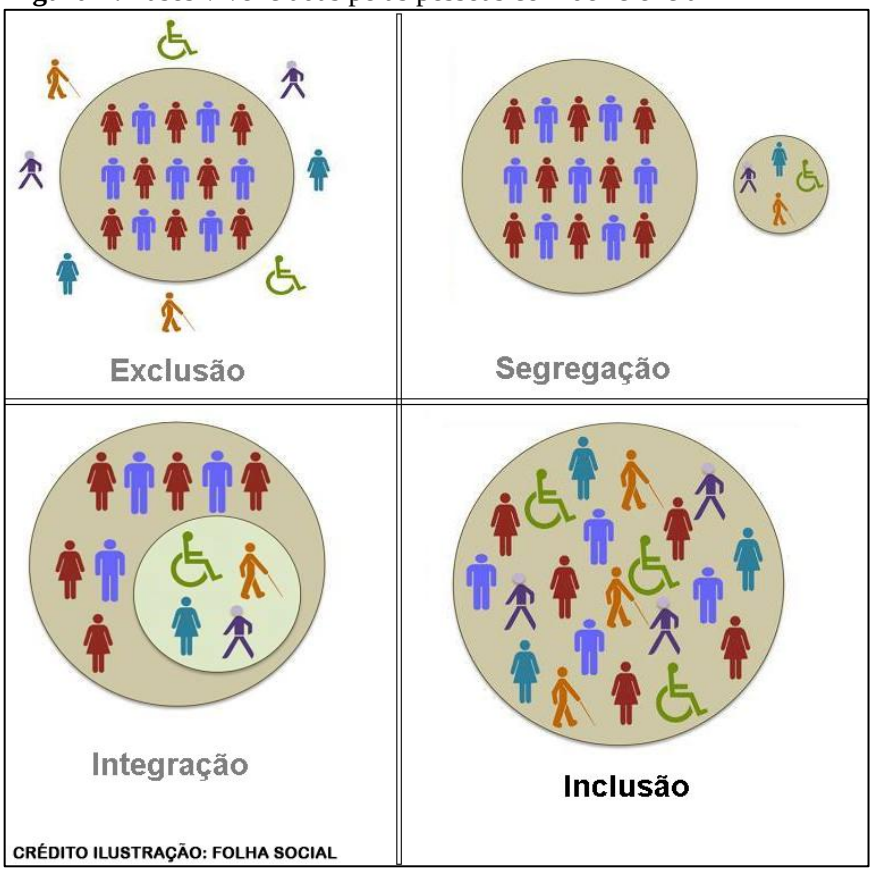
Com o passar do tempo, as pessoas com deficiência requereram uma participação autônoma e efetiva da vida social, contudo, foi apenas no final da década de 1970 que se deu início ao movimento de inclusão das pessoas com deficiência.

> Havia pouco ou nenhum espaço para que elas participassem das decisões em assuntos que lhes diziam respeito. Embora durante todo o século XX surgissem iniciativas voltadas para as pessoas com deficiência, foi a partir do final da década de 1970 que o movimento das pessoas com deficiência surgiu, tendo em vista que, pela primeira vez, elas mesmas protagonizaram suas lutas e buscaram ser agentes da própria história. O lema "Nada sobre Nós sem Nós", expressão difundida internacionalmente, sintetiza com fidelidade a história do movimento. (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 12).

No processo de inclusão, a sociedade se adapta para poder incluir pessoas com necessidades especiais e estas se preparam para assumir seus papeis na sociedade. Portanto, é um processo bilateral, em que em parceria se busca "[...] equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos" (SASSAKI, 2006, p. 40). A inclusão contribui para um novo tipo de sociedade, por meio de grandes e pequenas transformações nos ambientes físicos e principalmente na mentalidade das pessoas.

Podem-se observar as quatro fases (exclusão, segregação, integração e inclusão) exemplificadas na figura 02.

Figura 2: Fases vivenciadas pelas pessoas com deficiência[5]



Será que a inclusão está presente em todos os cotidianos? Ou será que se fala tanto em inclusão e se vive outra coisa? O quadro 1 expõe as principais diferenças entre inclusão e integração.

[5] Disponível em: https://librasdiaria.files.wordpress.com/2014/01/inclusao-social.png Acesso em 18 out. 2015

Quadro 1: Diferenças entre inclusão e integração segundo Werneck

INCLUSÃO	INTEGRAÇÃO
Inserção total e incondicional (crianças com deficiência não precisam "se preparar" para ir à escola regular);	Inserção parcial e condicional (crianças "se preparam" em escolas ou classes especiais para estar em escolas ou classes regulares);
Exige rupturas nos sistemas;	Pede concessões aos sistemas;
Mudanças que beneficiam toda e qualquer pessoa (não se sabe quem "ganha" mais; TODAS ganham);	Mudanças visando prioritariamente a pessoas com deficiência (consolida a ideia de que elas "ganham" mais);
Exige transformações profundas;	Contenta-se com transformações superficiais;
Sociedade se adapta para atender às necessidades das pessoas com deficiência e, com isso, se torna mais atenta às necessidades de TODOS;	Pessoas com deficiência se adaptam às necessidades dos modelos que já existem na sociedade, que faz apenas ajustes;
Defende o direito de TODAS as pessoas, com e sem deficiência;	Defende o direito de pessoas com deficiência;
Traz para dentro dos sistemas os grupos de "excluídos" e, paralelamente, transforma esses sistemas para que se tornem de qualidade para TODOS;	Insere nos sistemas os grupos de "excluídos que provarem estar aptos" (sob este aspecto, as cotas podem ser questionadas como promotoras da inclusão);
O adjetivo inclusivo é usado quando se busca qualidade para TODAS as pessoas com e sem deficiência (escola inclusiva, trabalho inclusivo, lazer inclusivo, etc.);	O adjetivo integrador é usado quando se busca qualidade nas estruturas que atendem apenas as pessoas com deficiência consideradas aptas (escola integradora, empresa integradora, etc.);
Valoriza a individualidade de pessoas com deficiência (pessoas com deficiência podem ou não ser bons funcionários; podem ou não ser carinhosos, etc.);	Como reflexo de um pensamento integrador podemos citar a tendência a tratar pessoas com deficiência como um bloco homogêneo (ex: surdos se concentram melhor; cegos são excelentes massagistas);
Não quer disfarçar as limitações, porque elas são reais;	Tende a disfarçar as limitações para aumentar a possibilidade de inserção;
Não se caracteriza apenas pela presença de pessoas com e sem deficiência em um mesmo ambiente;	A presença de pessoas com e sem deficiência no mesmo ambiente tende a ser suficiente para o uso do adjetivo integrador;
A partir da certeza de que TODOS somos diferentes, não existem "os especiais", "os normais", "os excepcionais", o que existe são pessoas com deficiência.	Incentiva pessoas com deficiência a seguir modelos, não valorizando, por exemplo, outras formas de comunicação como a Libras. Seríamos um bloco majoritário e homogêneo de pessoas sem deficiência rodeado pelas que apresentam diferenças.

Fonte: MANUAL DA MÍDIA LEGAL, 2002, p. 26.

Atualmente, se vive o paradigma da inclusão. Mas, apesar disso, nota-se que as outras fases (exclusão, segregação e integração) ainda estão presentes na sociedade brasileira. Será que 45.606.048 pessoas continuam invisíveis aos olhos dos brasileiros? A invisibilidade,

associada ao desconhecimento, estão na raiz dos procedimentos e atitudes preconceituosas. Para que a inclusão se efetive, são necessárias mudanças sociais, políticas, científicas e econômicas. Para Ormelezi (2006, p. 46):

> O paradigma da inclusão provoca um deslocamento na sociedade sobre a forma de ver as dificuldades de uma pessoa com deficiência como um problema só dela e de sua família. Assim, a sociedade assume sua responsabilidade, reconhece a singularidade de cada um e aprende com as diferenças; não põe em primeiro plano a deficiência, mas a pessoa que tem necessidades específicas; não cobra sua normalização, mas encontra caminhos para que ela desenvolva seu potencial e a valoriza de acordo com suas formas próprias de realização; torna-se mais humana e solidária – uma sociedade para todos -, pois exige que as pessoas e os sistemas nos quais estejam engajados trabalhem constantemente nos seus mecanismos comportamentais enraizados que escondem preconceitos e visões estereotipadas. A inclusão exige a ética de atentar sempre para dissolver as barreiras da comunicação e de atitudes preconceituosas, de ambientes físicos não adaptados e recursos de apoio não disponíveis e, no caso do compromisso com todas as minorias excluídas, fazem cumprir as leis e declarações de defesa dos direitos humanos.

Para que a inclusão aconteça, é necessário que haja ações efetivas em três áreas específicas, que estão definidas no seguinte tripé:

Figura 3: Tripé sobre a inclusão de pessoas com deficiência

Elaborado pela autora.

Ou seja, para que a inclusão da pessoa com deficiência ocorra de forma eficiente, é necessário que haja educação, acessibilidade e empoderamento, condições que estão interligadas e são dialéticas.

1.2.1 Educação

A educação é essencial para todos os seres humanos, pois, é durante o processo dialético entre ensinar e aprender que se tem o contato com o outro e as fronteiras são ampliadas.

As primeiras escolas voltadas para as pessoas com deficiência no Brasil foram criadas no século XIX: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant) e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (atual INES), ambos situados na cidade do Rio de Janeiro – capital do Império. Complementa Lanna Júnior, 2010, p. 13:

> Paralelamente às poucas ações do Estado, a sociedade civil organizou, durante o século XX, as próprias iniciativas, tais como: as Sociedades Pestalozzi e as Associações e Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, voltadas para a assistência das pessoas com deficiência intelectual (atendimento educacional, médico, psicológico e de apoio à família); e os centros de reabilitação, como a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR) e a Associação de Assistência à Criança Defeituosa – (AACD), dirigidos, primeiramente, às vítimas da epidemia de poliomielite.

A educação para as pessoas com deficiência varia de acordo com os paradigmas da época e está em constante transformação. O quadro 2 tem por objetivo mostrar as principais iniciativas federais referentes à educação desse público a partir da década de 1960.

Quadro 2: Iniciativas federais referentes à educação das pessoas com deficiência

1961	Lei Nº 4.024	A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) fundamenta o atendimento educacional aos "excepcionais". De acordo com o texto, "a Educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de *integrá-los* (grifo nosso) na comunidade".
1971	Lei Nº 5.692	É a segunda LDBEN, substitui a anterior e foi formulada na época da ditadura militar. Essa lei determinava a escola especial como destino certo para os alunos com deficiência.
1988	Constituição Federal	Os artigos 205 e 206 afirmam que "a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho" e "a igualdade de condições de acesso e permanência na escola". Por isso, é dever do Estado garantir "atendimento educacional especializado aos *portadores de deficiência* (grifo nosso), preferencialmente na rede regular de ensino".
1989	Lei Nº 7.853	Dispõe sobre a integração social das pessoas com deficiência. Obriga a inserção de escolas especiais, privadas e públicas, no sistema educacional e a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial no ensino público. É responsabilidade do

		poder público: a "matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino".
1990	Declaração Mundial de Educação para todos	De acordo com o texto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), "as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à Educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo".
1990	Lei Nº 8.069	É o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Garante o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência - preferencialmente na rede regular de ensino; trabalho protegido ao adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para famílias com crianças e adolescentes com deficiência.
1994	Declaração de Salamanca	O documento foi concebido na Conferência Mundial de Educação Especial, em Salamanca – Espanha. Aborda princípios, políticas e práticas das necessidades educativas especiais e orienta ações em Educação Especial. É considerado um dos documentos mais importantes na área.
1994	Política Nacional de Educação Especial	O texto é considerado atrasado por propor a chamada "integração educacional", que permite o ingresso nas salas regulares apenas de alunos com deficiência que "[...] possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais", "empurrando-os" para a Educação Especial.
1996	Lei Nº 9.394	A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) tem um capítulo específico para tratar da Educação Especial. De acordo com a Lei, deve haver "quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da *clientela* (grifo nosso) de Educação Especial" e que "o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a *integração* (grifo nosso) nas classes comuns de ensino regular".
1999	Convenção de Guatemala	A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência resultou no Decreto nº 3.956/2001. O decreto afirma que as pessoas com deficiência têm "os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano".
1999	Decreto Nº 3.298	Regulamenta a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

2001	Lei Nº 10.172	Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), reafirmando que a Educação Especial deve ser promovida nos diferentes níveis de ensino e também "a garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência".
2001	Resolução CNE/CEB Nº2	O Conselho Nacional de Educação (CNE) institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, afirmando que "os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos". Entretanto, há a possibilidade de substituir o ensino regular pelo atendimento especializado.
2002	Resolução CNE/CP Nº 1/2002	Dá diretrizes curriculares nacionais para cursos de licenciatura em nível superior. Afirma que a formação deve incluir "conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais".
2002	Lei Nº 10.436/02	Reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (Libras).
2005	Decreto Nº 5.626/05	Regulamenta a Lei Nº 10.436/02
2006	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	Documento elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça, Unesco e Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Uma das metas é a inclusão de temas sobre as pessoas com deficiência nos currículos da escola.
2007	Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)	O PDE aborda a questão da acessibilidade na infraestrutura das escolas, além da formação docente e das salas de recursos multifuncionais.
2007	Decreto Nº 6.094/07	Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso todos pela Educação, do MEC. Destaca o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência, reforçando a inclusão no sistema público de ensino.
2008	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	O documento traça o histórico do processo da inclusão escolar no Brasil para embasar as "políticas públicas promotoras de uma Educação de qualidade para todos os alunos".
2008	Decreto Nº 6.571	Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica e obriga a União a prestar apoio técnico e financeiro para a acessibilidade nos sistemas públicos de ensino.
2009	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência	Afirma que os países são responsáveis por garantir a Educação Inclusiva em todas as etapas de ensino.
2009	Resolução CNE/CEB Nº 4	Orienta o estabelecimento do AEE na Educação Básica, que deve ser realizado no contraturno e preferencialmente nas salas de recursos multifuncionais das escolas regulares.
2014	Plano Nacional de Educação	Segundo a meta quatro, deve-se "universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais

		do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, *preferencialmente* (grifo nosso) na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados".

Organizado pela autora

A mudança ocorrida nos termos legalmente utilizados demonstra que a sociedade passou a ver a pessoa com deficiência de outra maneira. Apesar disso, a mídia noticia com frequência o desrespeito e descasos que os alunos com deficiência e seus responsáveis sofrem em algumas escolas.

1.2.2 Acessibilidade

O termo acessibilidade é discutido por diversos filósofos e geógrafos. Segundo Giraldi Cocco (2011, p.18), "a acessibilidade e a mobilidade, bem como a interação espacial que estas concretizam, estão no cerne dos processos de produção e reprodução do espaço urbano". O autor frisa que não é possível haver interação espacial sem mobilidade e acessibilidade. A acessibilidade é um atributo do espaço e a mobilidade é um atributo do sujeito em relação ao espaço geográfico.

Com foco no objetivo da pesquisa, a acessibilidade será definida como:

> [...] condição para a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meio de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004[6]).

Muitas vezes, as pessoas acreditam que acessibilidade se resume em fazer rampas, que, diga-se de passagem, são construídas de maneira errônea e com angulações desapropriadas muitas vezes. Mas, para ser acessível, é necessário ir além do espaço físico. Para Sassaki (2006), há seis dimensões de acessibilidade:

- Acessibilidade arquitetônica – nos espaços urbanos, terminais rodoviários, aeroportos, hotéis e similares, museus, teatros, transportes coletivos, parques, etc.;

[6] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm Acesso em 16 jul. 2015

- Acessibilidade comunicacional – adequando a sinalização dos locais para as pessoas com deficiência visual e contratando intérpretes de língua de sinais nos pontos com maior visitação turística;
- Acessibilidade metodológica – por meio de novas propostas e acordos com os turistas efetivos e em potencial;
- Acessibilidade instrumental – nos equipamentos, aparelhos, ferramentas e outros dispositivos que fazem parte do local visitado pelos turistas;
- Acessibilidade programática – eliminar as barreiras invisíveis nos documentos oficiais e políticas públicas que impedem ou dificultam para algumas pessoas a utilização de serviços e bens turísticos;
- Acessibilidade atitudinal – educando a sociedade e os profissionais do setor a respeitar as pessoas com deficiência.

O quadro 3 sintetiza as principais iniciativas federais referentes à acessibilidade das pessoas com deficiência.

Quadro 3: Iniciativas federais referentes à acessibilidade das pessoas com deficiência

1962	Lei Nº 4.169	Oficializa as convenções braile para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas braile.
1985	Lei Nº 7.405	Torna obrigatória a colocação do símbolo internacional de acesso em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiências e dá outras providências
1994	Lei Nº 8.899	Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual
2000	Lei Nº 10.048	Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.
2000	Lei Nº 10.098	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
2000	Decreto Nº 3.691	Regulamenta a Lei Nº 8.899, de 29 de junho de 1994.
2001	Decreto Nº 3.956	Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção de Guatemala).
2004	NBR 9050	Estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade.
2004	Decreto Nº 5.296	Regulamenta a Lei Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das

		pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
2005	Lei Nº 11.126	Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.
2006	Decreto Nº 5.904	Regulamenta a Lei Nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências.
2011	Decreto Nº 7.612	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite.
2012	Lei Nº 12.587	Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana que tem por objetivo contribuir para o acesso universal à cidade visando à acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade a fim de reduzir as desigualdades e promover a inclusão social.
2012	Decreto Nº 7.724	Regulamenta a Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações.
2012	Decreto Nº 7.823	Regulamenta a Lei Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 e a Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, quanto às instalações relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.
2015	Lei 13.146	Lei Brasileira de Inclusão

Organizado pela autora.

Entre essas, a Lei 10.098/00[7], conhecida como Lei da Acessibilidade, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade por meio da remoção de barreiras e obstáculos nas vias e espaços públicos, mobiliário urbano, construção, reforma de edifícios, meios de transporte e comunicação. Ela aborda a acessibilidade nos seguintes aspectos:

a) Elementos da urbanização: no planejamento, projeto e na urbanização de vias públicas, parques, praças, jardins e suas respectivas instalações de serviços e mobiliários urbanos; nesses locais, as instalações sanitárias devem obedecer à NBR 9050 da ABNT; os estacionamentos localizados em espaços públicos devem garantir vagas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

b) Desenho e localização do mobiliário urbano: semáforos, postes de iluminação e outros elementos de sinalização vertical devem ser acessíveis e não obstruir a circulação; os semáforos devem dispor de mecanismos de guia e orientação para pessoas com deficiência visual;

[7] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em 9 jul. 2014

c) *Acessibilidade nos edifícios públicos ou de uso coletivo:* prever reserva de vagas para veículos que transportem pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida próxima a área de circulação de pedestres; um acesso no interior da edificação livre de barreiras; um itinerário acessível que interligue todas as dependências do edifício; no mínimo um banheiro acessível; locais de espetáculos e conferências devem reservar espaços para pessoas que usam cadeira de rodas e para pessoas com deficiência auditiva ou visual, é necessário reservar um espaço para o acompanhante; os estabelecimentos de ensino, de qualquer nível, devem garantir condições de acesso e uso a todos os espaços;

d) *Acessibilidade nos edifícios de uso privado:* deve ter garantido que o percurso interior seja acessível e interligue as dependências do prédio a uma via pública; se o prédio possuir mais de um pavimento e não possuir elevador, deverão dispor de especificações técnicas para se tornar acessível; aos órgãos federais compete regulamentar um percentual mínimo de habitações de interesse social acessíveis;

e) *Acessibilidade nos veículos de transporte coletivo*: o transporte terrestre (rodoviário, ferroviário e metroviário), aquaviário e aéreo deverão cumprir os requisitos de normas técnicas específicas;

f) *Acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização:* o Poder Público deve estabelecer mecanismo e alternativas técnicas para tornar acessíveis os meios de comunicação e sinalização para pessoas com deficiência sensorial ou dificuldade de comunicação; o Poder Público deve implementar a formação de profissionais intérpretes da Língua Brasileiras de Sinais (Libras) e adotar medidas técnicas que possibilitem o uso da linguagem de sinais e/ou outra subtitulação;

g) *Medidas destinadas à eliminação de barreiras:* o Programa Nacional de Acessibilidade é instituído no âmbito da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

As disposições finais preveem orçamentos para adequar edifícios da Administração Pública Federal; orienta a promoção de campanhas para conscientizar e sensibilizar a população. A lei também se aplica a edifícios ou imóveis declarados bens de interesse cultural ou de valor histórico-artístico.

Outro marco importante aconteceu em 2004, quando a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) criou a Norma Brasileira (NBR) 9050: acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. Essa norma “estabelece critérios e

parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade" (ABNT, 2004, p. 1), visando proporcionar à maioria das pessoas a utilização autônoma e segura do ambiente. Para que seja considerado acessível, a norma deve ser obedecida em todos os aspectos.

A acessibilidade possui o potencial de (re)produzir o espaço urbano de forma que ele possa ser usado por todos. No Brasil, infelizmente, a acessibilidade virou uma espécie de "marketing". Por exemplo, vários locais usam o Símbolo Internacional do Acesso (figura 04) para mostrar que existe acessibilidade física, mas poucos são/estão realmente acessíveis.

Figura 4: Símbolo Internacional de Acesso

Fonte: ACESSIBILIDADE NA PRÁTICA[8]

As pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida precisam ter acesso a todos os locais, públicos e privados. Até hoje não é difícil encontrar lugares sem acessibilidade, especialmente para pessoas com deficiências sensoriais fazendo com que haja um abismo entre essas pessoas e o aproveitamento do espaço.

[8] Disponível em: http://www.acessibilidadenapratica.com.br/textos/o-uso-do-simbolo-internacional-de-acessibilidade/ Acesso em 20 mar. 2016

1.2.3 Empoderamento

Apesar de estar sendo utilizado nos últimos anos e em diferentes áreas do conhecimento, ainda há alguma confusão conceitual acerca do termo *empowerment*, que pode ser definido como:

> Processo pelo qual um indivíduo, um grupo social ou uma instituição adquire autonomia para realizar, por si, as ações e mudanças necessárias ao seu crescimento e desenvolvimento pessoal e social numa determinada área ou tema. Implica, essencialmente, a obtenção de informações, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, uma clara formulação das mudanças desejadas e da condição a ser construída. A essas variáveis, deve somar-se uma mudança de atitude que impulsione a pessoa, grupo ou instituição para a ação prática, metódica e sistemática, no sentido de objetivos e metas traçadas, abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva. Criado por Paulo Freire, este conceito ficou mais conhecido por sua versão em inglês – *empowerment*, que significa 'dar poder' a alguém para realizar uma tarefa sem precisar da permissão de outras pessoas. Observe-se, no entanto, que o termo em inglês trai o sentido original da expressão: empoderamento implica conquista, avanço e superação por parte daquele que se empodera (sujeito ativo do processo), e não, uma simples doação ou transferência por benevolência, como denota o termo inglês *empowerment*, que transforma o sujeito em objeto passivo (SCHIAVO; MOREIRA, 2004, p. 59-60).

De acordo com Gohn (2002), a dimensão de *empowerment* de Paulo Freire se destaca por incentivar os próprios indivíduos a buscar melhorias em suas vidas, tornando-os sujeitos ativos no processo de empoderamento.

> [...] sua utilização nos anos 90 ocorre – menos pela sua dimensão política-participante – que deu espaço aos movimentos populares e aos militantes de facções político-partidárias, nos anos 70-80, para realizarem um trabalho "de base", gerador de consciências críticas no sentido pleno da transformação social, contestador da ordem social vigente; e mais pela sua dimensão de *empowerment* (empoderamento) dos indivíduos e grupos de uma comunidade – gerando um processo de incentivo às potencialidades dos próprios indivíduos para melhorarem suas condições imediatas de vida, objetivando o "empoderamento" da comunidade, isto é, a capacidade de gerar processos de desenvolvimento auto-sustentável, com a mediação de agentes externos – os novos educadores – atores fundamentais na organização e o desenvolvimento dos projetos. O novo processo ocorre, predominantemente, sem articulações políticas mais amplas, principalmente com partidos políticos ou sindicatos (GOHN, 2002, p. 72).

Na concepção de Freire (1986), o *empowerment* vai além da dimensão individual ou psicológica para ser um processo de ação coletiva que ocorre na interação entre indivíduos e

devido a um desequilíbrio nas relações de poder na sociedade. O autor não crê na autolibertação, para ele, a libertação é um ato social, afirmando que "ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão" (FREIRE, 1981, p. 27). Em diálogo com Ira Shor na obra "Medo e Ousadia – o cotidiano do professor" observa-se a seguinte passagem:

> Mesmo quando você se sente, individualmente, *mais* livre, se esse sentimento não é um sentimento *social*, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do *empowerment* ou da liberdade (FREIRE; SHOR, 1986, p. 135).

O empoderamento pode ser considerado processo e resultado: um processo no qual as pessoas tomam posse de suas próprias vidas através da interação com outros indivíduos e resultado através do senso crítico gerado em relação à realidade que possibilita a transformação de relações sociais de poder. Através da relação dialética homem-mundo e com a ação-reflexão, há a conscientização que se constitui em um olhar crítico sobre a realidade. Para Freire (1986),

> Mudamos nossa compreensão e nossa consciência à medida que estamos iluminados a respeito dos conflitos reais da história. A educação libertadora pode fazer isso – mudar a compreensão da realidade. Mas isto não é a mesma coisa que mudar a realidade em si. Não. Só a ação política na sociedade pode fazer a transformação social, e não o estudo crítico em sala de aula (*idem*, p. 207).

Portanto, é em "um encontro dos humanos para refletirem sobre sua realidade tal como a fazem e re-fazem" (FREIRE; SHOR, 1986, p. 123). Assim, empoderar não significa "dar poder a alguém", mas sim é um processo que as pessoas ganham influência e controle sobre suas vidas (Wallerstein; Berstein, 1994).

No caso das pessoas com deficiência,

> As pessoas com deficiência foram por muitos anos tratadas com desprezo e desrespeito quanto aos seus direitos, o que as motivou a se organizarem em grupos e promoverem um forte movimento de participação política no âmbito do processo de redemocratização do Brasil. Esse espaço foi sendo construído com muita luta, embates políticos, mas também, com conquistas importantes, embora, em muitos momentos sob a omissão do governo e com total invisibilidade por parte da sociedade. (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 10).

> É possível afirmar que o esforço do movimento nos últimos trinta anos foi, principalmente, de refinar conceitos e mudar paradigmas, criando uma base sólida para a construção de uma nova perspectiva sobre a deficiência. As atitudes, suposições e percepções a respeito da deficiência passaram de um modelo caritativo para um modelo social. No modelo caritativo, inaugurado com o fortalecimento do cristianismo ao longo da Idade Média, a deficiência é considerada um déficit e as pessoas com deficiência são dignas de pena por serem vítimas da própria incapacidade. (*idem*, p. 14).

Nas últimas décadas, o grande avanço do Movimento das Pessoas com Deficiência é o uso do modelo social, já discutido anteriormente. Ao criar barreiras em relação ao espaço e nas atitudes, a plena participação das pessoas.

Então, auxiliar os outros a desenvolver habilidades para que possam obter poder por meio de seus próprios esforços e torná-las capazes de aumentar suas habilidades e recursos para ganhar poder sobre suas vidas é o objetivo - e desafio - do empoderamento.

1.3 PERCEPÇÃO DO ESPAÇO PELAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Reconhecidamente, Yi-Fu Tuan, geógrafo sino-americano nascido em 1930, é um dos fundadores da geografia humanista e faz uso das percepções dos indivíduos nesta ciência. Sua obra é vasta e trata a Geografia de uma forma diferenciada e inovadora. A "Geografia Humanista procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, de seu comportamento geográfico bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar". (TUAN, 1982, p. 143)

Para Pádua (2013), antes de ser geógrafo, Tuan é um humanista que valoriza a educação libertária como uma permanente reflexão crítica acerca da natureza da vida: “é a busca da autocompreensão, para entender, então, a humanidade e nossa essência.” (idem, p. 17). Sendo a Geografia capaz de revelar e refletir o homem e “considerando que todas as pessoas produzem e possuem uma geografia a partir de sua experiência de mundo” (PÁDUA, 2013, p. 29), a percepção e experiência de cada um se torna fundamental para esta pesquisa.

Espaço e *lugar* são conceitos-chaves na obra de Tuan. Em sua essência, são complementares e dialéticos: o espaço é o desconhecido, a liberdade. Quando os espaços são ordenados e começam a surgir sentimentos e afeições, tornando-o familiar, o espaço se transforma em lugar.

> O lugar tem conotação de segurança, cuidado, e estabelece significados, assim como um sentido um tanto negativo de hábitos aceitos, rotina e manutenção do status quo. Espaço significa o desconhecido e o futuro, liberdade e vulnerabilidade. Todos valorizamos a liberdade – e as possibilidades do futuro – e ainda ser aberto é ser exposto, não apenas às influências novas e bem-vindas, mas também às ameaças e ao perigo. (TUAN, 1983, p. 23).

Portanto, nem todo espaço é lugar. Além disso, por exemplo, em um espaço aberto pode-se ter a sensação de lugar e na solidão de um lugar protegido, a vastidão do espaço.

Figura 5: Reflexões sobre Espaço e lugar

Fonte: SCHULZ, 2014, p. 163

Espaço e lugar são temas familiares utilizados no cotidiano, principalmente o termo lugar que é popularmente utilizado como sinônimo de local. No quadrinho *Peanuts*, de Charles M. Schulz, o personagem Charlie Brown reflete acerca do ato de encontrar-se. Entretanto, se houver uma aproximação com a teoria de Tuan, o correto seria o personagem dizer: não consigo encontrar o meu *lugar* em *espaço* nenhum.

A experiência abrange diferentes maneiras das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. É ela que faz com que cada indivíduo seja único, assim como sua visão de mundo. Ou seja, experenciar é aprender a partir da própria vivência e se por no mundo.

Para experenciar, os sentidos se fazem necessários. A visão, cinestesia e o tato possibilitam a apreensão do caráter espacial e geométrico do mundo e ajudam na compreensão do que está fora e/ou longe. São os sentidos "espacializadores" (referentes ao

espaço). Já a audição, paladar e olfato estão associados ao lugar, pois são envolventes (por exemplo, a lembrança do cheiro de bolo da casa dos avós).

> Audição, olfato, paladar e tato são todos os sentidos proximais. O mundo conhecidos por meio deles tendem a ser aconchegantes e afetuosos. Todos os quatro sentidos envolvem o indivíduo intimamente com o lugar – com o ambiente imediato da pessoa. (TUAN, 1984, p. 8).

Já a percepção depende da fisiologia, experiência, imaginação e intencionalidade. Alguns autores como Corrêa (2001, p. 30) usam o termo *Geografia da percepção*, que segundo o autor "está assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e não o particular ou o universal e, ao invés da explicação, tem na compreensão a base de inteligibilidade do mundo real".

> Nós somos resultado da nossa própria biologia, mente, pensamento e também das influências externas, como a cultura e o momento histórico. Desta maneira, como percepção e atitudes são construções íntimas, exteriorizá-las é sempre reelaborar, revisitar e reconstruir, por essa razão, dificilmente será possível compreender qual é a extensão da influência da cultura em uma ou outra. (PÁDUA, 2013, p. 85-86).

O corpo é importante para a compreensão do espaço. A partir do movimento, a pessoa experiencia, percebe e toma consciência do espaço e ao mudar de lugar, ela adquire um sentido de direção. Esse espaço se centra no "eu", que se move e se direciona.

> Uma criança ou um adulto cegos de nascimento, mas que tenham recentemente recuperado a visão, precisam de tempo e prática para perceber que o mundo se constitui de objetos tridimensionais estáveis e dispostos no espaço, em vez de padrões mutáveis e cores. Tocar e manipular coisas com a mão produz um mundo de objetos – objetos que conservam sua constância de forma e tamanho. O movimento intencional e a percepção, tanto visual como háptica, dão aos seres humanos seu mundo familiar de objetos díspares no espaço. (TUAN, 1983, p. 16).

Para Tuan, a visão é o sentido que mais se depende e se usa de maneira consciente, pois os seres-humanos são capazes de distinguir cores e as três dimensões (3D). Entretanto, muitas vezes as pessoas são meras espectadoras, como, por exemplo, na apreciação de uma pintura ou paisagem. Portanto, segundo o autor, uma música é capaz de "afetar" mais do que uma pintura.

> A visão é o nosso sentido mais ativo no sentido cognitivo. Também parece ser o menos emotivo – o mais 'frio' – dos sentidos, talvez em parte porque o campo visual não nos envolve. Vemos apenas o que está em frente; nós necessariamente estamos à margem do nosso próprio campo visual. (TUAN, 1984, p. 08).

Em uma sociedade na qual o visuocentrismo impera tudo é pensado e feito para ser visto. Isso pode limitar a potencialidade dos outros sentidos e consequentemente pode prejudicar a experiência e a percepção das pessoas. Será que todos, independente de ter uma deficiência visual, não deveriam dar mais importância aos demais sentidos, experienciando o lugar em sua totalidade?

Atualmente, há certa valorização dos sentidos na experiência de lazer e turismo, como a gastronomia enquanto atrativo turístico e cultural (CUNHA; OLIVEIRA, 2009) de diferentes localidades e o crescimento do turismo enológico ou enoturismo[9].

Como dito anteriormente, a percepção de mundo é única e singular. Devido à ausência de visão, as pessoas com deficiência visual dependem de seus outros sentidos para experenciar o espaço ou lugar, percebendo-o de forma diferente das demais pessoas.

> A carência ou o comprometimento do canal sensorial da visão traz consequências diretas para o desenvolvimento e a aprendizagem. Sua orientação, mobilidade e seu conhecimento de mundo, portanto, sua independência será conquistada pelos demais sentidos, os quais darão condição semelhante à pessoa sem deficiência. Dessa forma é necessário que estes sejam estimulados a um nível que proporcione autonomia à pessoa com deficiência. (JORDÃO, 2015, p. 38)

De acordo com Tuan, o tato é um sentido que causa sensação imediata. Mas, para Kastrup (2007), o tato pode ser considerado o sentido que para a pessoa com deficiência visual se torna o mais apropriado para fornecer as referências para se deslocar no espaço e, portanto, é por meio dele que a maior parte do conhecimento espacial pode ser reconstituída.

Ao se pensar em áreas públicas, será que as pessoas com deficiência visual transformam esses espaços em lugares? Se eles estiverem adaptados às suas necessidades específicas, a experiência e a percepção serão mais completas? Isso pode criar afeto? A Cartografia Tátil pode contribuir com isso? De que forma?

[9] [...] é uma recente atividade caracterizada pelo deslocamento de pessoas a localidades que possuem tradição na produção de uvas e fabricação de vinhos. (LOCKS; TONINI, 2005, p. 159).

2. CARTOGRAFIA TÁTIL: CONCEITOS E TÉCNICAS

Para ter as suas necessidades cotidianas atendidas, as pessoas com deficiência visual têm a sua disposição diversos recursos adaptados, como: reglete e punção, máquina braile, sorobã, livro adaptado[10], livro falado, sistema Dosvox, recursos adaptados táteis, etc. Alguns deles possuem um baixo-custo e estão mais acessíveis, enquanto outros, como a máquina braile, ainda são uma realidade distante para essas pessoas. Este capítulo abordará um tipo de recurso: as representações gráficas táteis[11], seus conceitos e algumas técnicas de produção e reprodução.

É necessário explicar que em algumas vezes, por questão de simplificação textual, a pesquisa aborda as diversas representações gráficas táteis, feitas através dos princípios da Cartografia Tátil, como "mapas".

Os mapas, além de possuírem grande importância histórica para a sociedade, estão cada vez mais presentes nos dias atuais devido ao avanço da tecnologia. Eles estão nos livros, mas também na televisão, nos computadores e celulares, cada vez mais fazendo parte do cotidiano da sociedade.

> Ao compreender o momento histórico em que os mapas estão inseridos, é perceptível que este passa a ser usado cada vez mais por diferenciados públicos. Com o advento dos incrementos tecnológicos, particularmente da informática e telecomunicações, os mapas hoje são populares em sua difusão, seja para o ensino ou para orientação e mobilidade dentro do espaço geográfico. (JORDÃO, 2015, p. 23)

Como os mapas são apreendidos pela visão, as pessoas que não possuem esse sentido são excluídas. Mas, como se abordará no decorrer do capítulo, há diversas maneiras de se produzir uma representação gráfica tátil, e, dessa forma, incluir o público com deficiência visual.

> Por mais populares que sejam os mapas nos dias atuais, e que possam ser acessados e vistos pela maioria da sociedade, existe uma camada minoritária desprovida do sentido da visão, que não pode ver e usar esses mapas. Assim como o sentido da visão é reconhecidamente o mais importante canal para a aquisição da informação espacial e geográfica, reconhece-se que os mapas

[10] Um livro adaptado pode ser feito por meio de diferentes técnicas: ampliação das letras, braile, cores contrastantes, texturização, etc.

[11] É necessário o aprofundamento da discussão conceitual sobre as representações gráficas. Como uma representação gráfica remete a apreensão da informação por meio da visão, como chamar uma representação que é apreendida na forma tátil ou audiotátil?

> são veículos de informação visual dessas informações. Então, como seria possível tornar os mapas "visíveis" para as pessoas com deficiência visual? Por que precisam de mapas? Ora, as informações cartográficas para essas pessoas, assim como para as que enxergam, são extremamente importantes para uma compreensão geográfica do mundo; eles possibilitam a ampliação da percepção espacial e facilitam a mobilidade. (LOCH, 2008, p. 37).

O raciocínio espacial é modificado quando há ausência/limitação da visão, influenciando a relação do indivíduo com o espaço. Os mapas táteis são capazes de auxiliar em uma interação independente e autônoma em diferentes ambientes.

> Os mapas táteis vêm sendo produzidos há mais de 100 anos. O mais antigo deles pertenceu a cantora e compositora cega Teresa Maria von Paradis, cuja finalidade era fazê-la compreender os locais que visitava na Europa e os países que ela passava enquanto estava em turnê. (JORDÃO, 2015, p. 64).

A pesquisa científica pioneira no Brasil sobre a Cartografia Tátil foi realizada por Vasconcellos (1993) no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Além de resgatar o referencial teórico internacional produzido até aquele momento sobre a temática, a autora também propõe uma metodologia para a construção e aplicação de materiais táteis para o ensino. Para a autora,

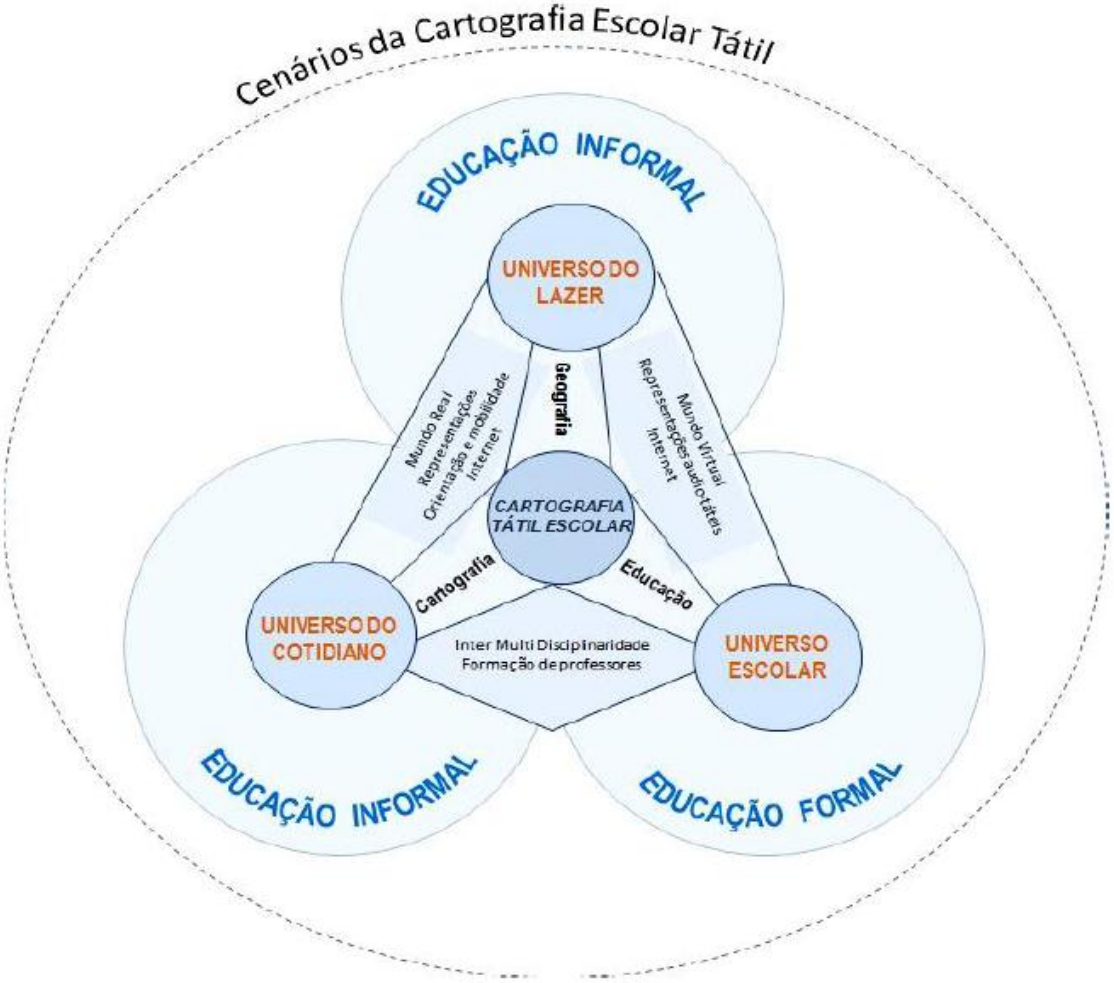
> [...] os mapas e gráficos armazenam informação espacial abstrata e estruturada e devem ser considerados como instrumentos indispensáveis ao aprendizado dos temas relacionados com o ambiente, o território e a Geografia como um todo. O mapa fornece uma perspectiva simultânea de uma área e organiza o conhecimento espacial, expressando relações. (VASCONCELLOS, 1993, p.10).

A Cartografia Tátil se preocupa em pesquisar procedimentos metodológicos, em confeccionar mapas e instrumentos cartográficos táteis e/ou multissensoriais para pessoas com deficiência visual (Vasconcellos, 1993), mas que também demonstra resultados positivos, como a pesquisa de Jordão (2011), ao ser inserido no contexto de estudantes com outra deficiência ou nenhuma delas.

De acordo com Sena (2008), a Cartografia Tátil é uma área da Cartografia que dá base para pensar em uma comunicação eficiente, para que assim as pessoas com deficiência visual possam usufruir com melhor qualidade dos espaços. Pode-se defini-la como "[...] a ciência e a arte de transpor uma informação visual de tal maneira que o resultado seja um documento que possa ser utilizado por pessoas com deficiência visual." (CARMO, 2009, p. 46-47).

Como observado na figura 06, os materiais táteis podem ser usados, tanto para o ensino quanto para a orientação e mobilidade, dentro e fora do ambiente escolar, auxiliando na independência/autonomia e na inclusão das pessoas com deficiência visual. As pesquisas de Vasconcellos (1993), Sena (2008), Loch (2008), Carmo (2009), Ventorini (2009), Jordão (2011), Gimenez (2014), Arruda (2015) e Jordão (2015) tratam da Cartografia Tátil no universo escolar.

Figura 6: Cenários da Cartografia Escolar Tátil



Fonte: ALMEIDA, R. A., 2011 *apud* JORDÃO, 2015, p.66.

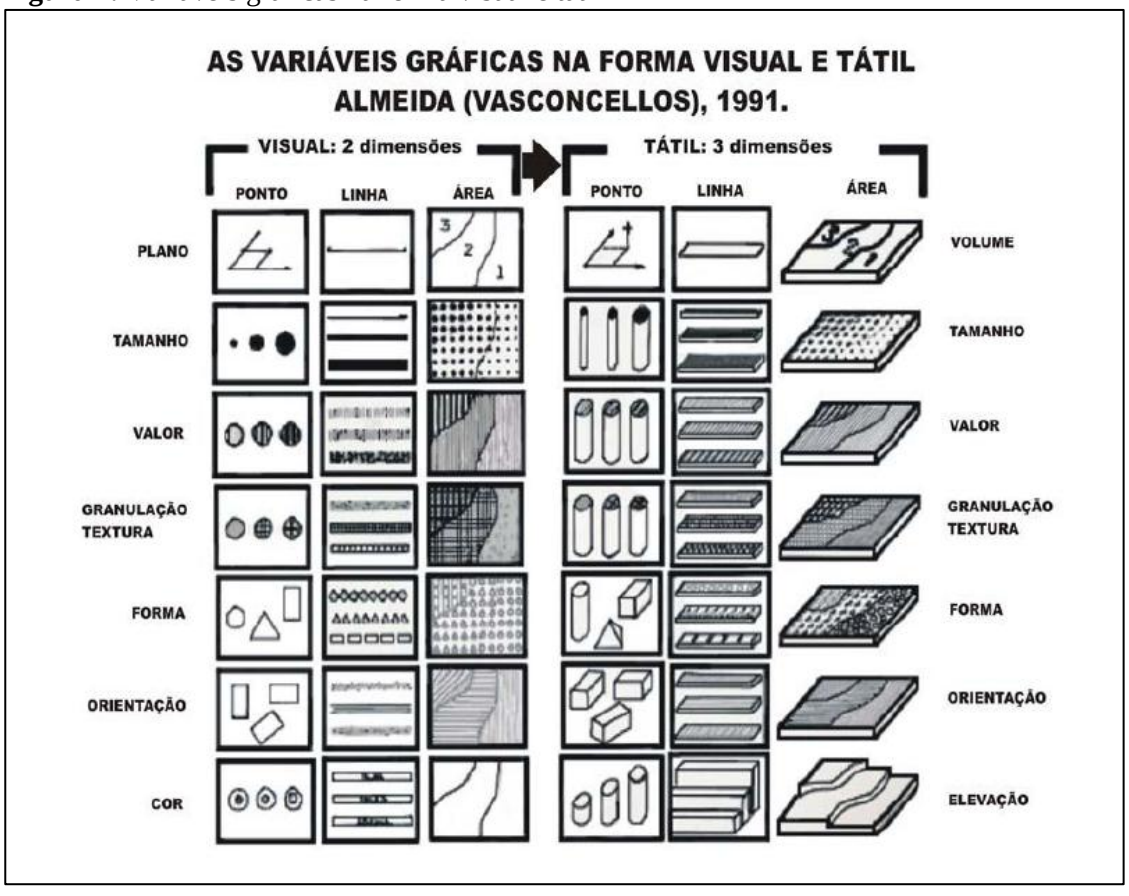
Entretanto, como constatado por Catelli (2014), em muitas cidades (principalmente nas do interior) do Brasil os materiais táteis ainda estão concentrados no universo escolar e na educação formal. Por esse motivo, a pesquisa se concentra no universo do lazer, igualmente importante na vida das pessoas com deficiência.

> Observa-se a importância [...] de recodificar informações que não são passíveis de entendimento oral para uma metodologia que auxilie e incentive na compreensão do conhecimento pelo individuo, seja dentro do ambiente escolar ou no cotidiano. Essa é a política da inclusão que faz com que todos possam partilhar a mesma experiência. (JORDÃO, 2015, p. 69).

Sena (2008) afirma que a percepção da pessoa com deficiência visual está diretamente vinculada ao indivíduo e suas experiências. A autora ainda completa que "[...] o ensino voltado para pessoas com deficiência visual requer, além dos conhecimentos sobre as especificidades da deficiência, a prática em linguagens que adaptam o material didático visual para a forma tátil" (p. 95).

A adaptação da forma visual para a tátil foi extensivamente estudada por Vasconcellos (1993) com base na semiologia gráfica proposta por Bertin (1983). Na figura 07 observam-se as variáveis: plano, tamanho, valor, granulação/textura, forma, orientação e cor nas formas visual e tátil.

Figura 7: Variáveis gráficas na forma visual e tátil



Fonte: Vasconcellos, 1993, p.88.

A fim de dar oportunidades semelhantes para as pessoas com deficiência visual, "a adaptação deve ser estudada exaustivamente, já que o tato e a visão possuem resoluções diferentes e a simples transposição de elementos gráficos para o tátil não obteria os resultados esperados, sendo que muitas vezes perderiam seu sentido ou se tornariam enfadonhos e/ou confusos" (JORDÃO, 2015, p. 71). A autora complementa:

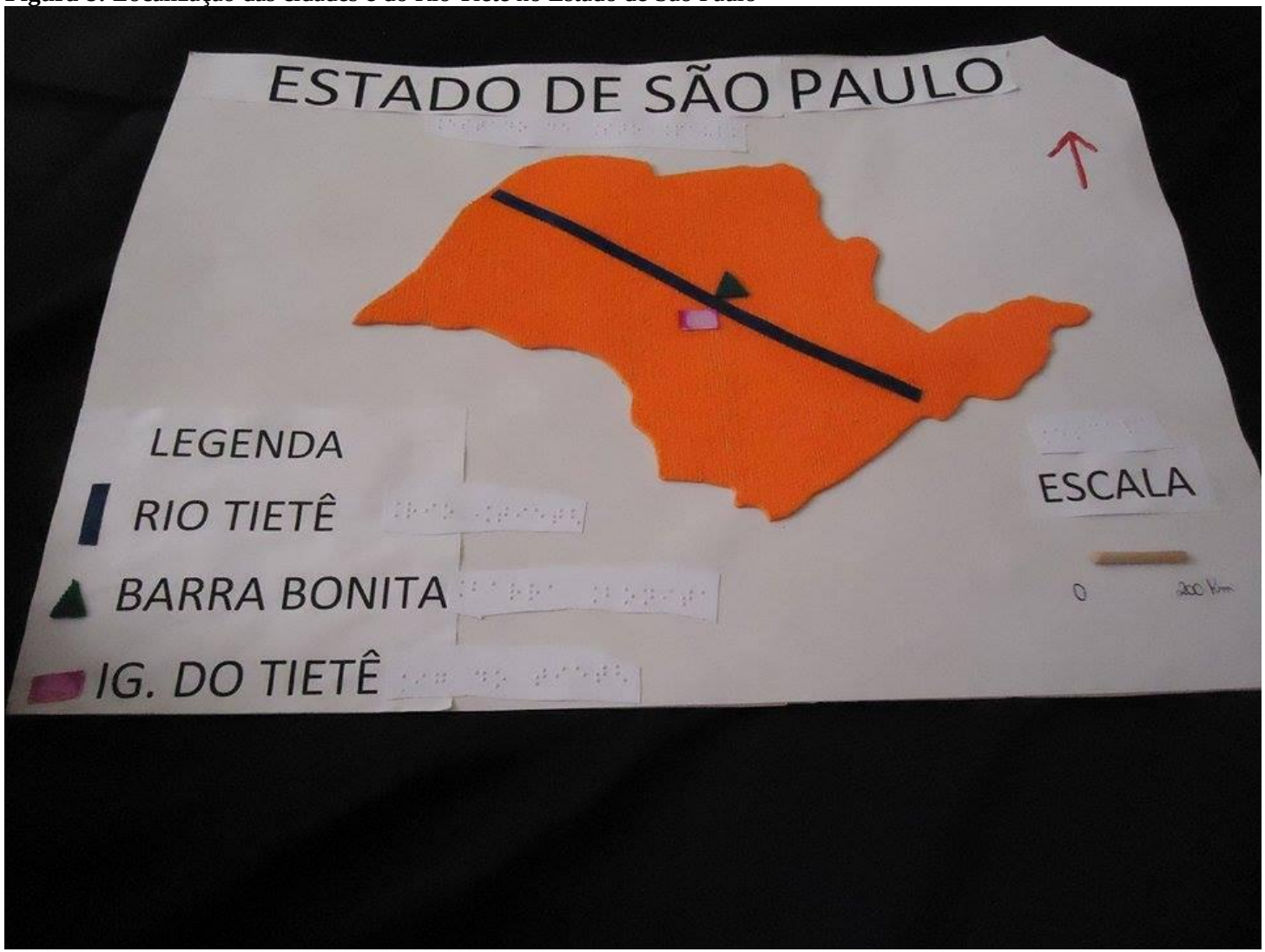
> Os obstáculos que envolvem a adaptação de materiais são inúmeros. Quando lida-se com a ausência de sentidos, deve-se levar em consideração sua construção social e suas experiências. No caso da Geografia, que é uma ciência essencialmente visual, se torna importante saber se o estudante tem visão residual, cegueira congênita ou adquirida, se há memória visual. Além disso, se já teve contato com recursos didáticos de Geografia e/ou assistiu aulas, se teve estímulo tátil, se já manuseou matérias adaptados de outras disciplinas. Enfim, deve-se valorizar o conhecimento individual e prévio dos estudantes, assim como em qualquer modalidade de ensino. (*idem*, p. 71)

De acordo com Martinelli (1998), todos os mapas devem conter: título, norte geográfico, representação cartográfica, legenda e escala. Um mapa tátil também deve conter essas informações, entretanto de uma maneira simplificada e adaptada ao tato. Ele deve ser preferencialmente colorido e usar cores contrastantes, possuir texturas diferentes, letras ampliadas e braile, como mostrado na figura 08. Por essa razão, ele pode ser utilizado por pessoas cegas, com baixa-visão ou sem deficiência, servindo para todos, por ser mais lúdico e ilustrativo do que um mapa comum.

Meine (1978) reflete sobre o processo da comunicação cartográfica com as perguntas: O que? Como? Quais meios ou expressões? E para quem? Sendo a Cartografia Tátil uma ciência que engloba a teoria e a prática, ela envolve os processos científicos (como a generalização) e os processos técnicos (desenho, reprodução, etc.). Ainda segundo Carmo (2009), quando se produz um material adaptado deve-se refletir acerca do que será representado, para quem é o material, em que momento será utilizado e que resultados são esperados, a fim de guiar a sua produção. Essas questões são fundamentais e devem nortear a produção de qualquer material.

A figura 8 apresenta um mapa tátil de localização das cidades de Barra Bonita e Igaraçu do Tietê no Estado de São Paulo elaborado pela pesquisadora. Para ser útil a todos, o mapa tátil deve ter diferentes texturas e cores contrastantes.

Figura 8: Localização das cidades e do Rio Tietê no Estado de São Paulo



Elaborado pela autora, 2014.
Foto: A própria autora, 2014.

A alfabetização cartográfica se dá primordialmente na educação formal. Portanto, é essencial que as pessoas com deficiência tenham contato com mapas táteis nas escolas e institutos especializados, pois geralmente quando eles são encontrados no universo do cotidiano e no universo do lazer não há uma pessoa disponível para explicá-los.

Como os professores têm um papel fundamental no processo de alfabetização cartográfica na educação formal, Carmo (2009) ministrou cursos no Brasil e no exterior e avaliou o papel da Cartografia Tátil para os docentes. A pesquisadora concluiu que os obstáculos vão além de adaptar os materiais: há grande dificuldade na apreensão dos conteúdos cartográficos (como, por exemplo, a escala) por parte dos professores. Além disso, nas escolas, muitas vezes os mapas não são utilizados ou ensinados de uma maneira adequada para os alunos.

Devido a percepção do produtor do material tátil é diferente da do usuário, o *feedback* (retorno) deste é essencial para analisar a eficácia do material, ajustá-lo (se necessário) e nortear as decisões nas próximas produções.

2.1 TÉCNICAS DE PRODUÇÃO ARTESANAL

No Brasil, a elaboração de representações gráficas táteis ainda se apoia muito na produção artesanal, utilizando diversas técnicas e materiais. Ressalta-se que não há uma técnica ou material “correto” ou “errado”, pois todos apresentam vantagens e desvantagens. A seguir, serão discutidas as principais técnicas.

2.1.1 Técnica em colagem

De acordo com Jordão (2015), a técnica em colagem é a mais acessível e utilizada devido aos materiais de baixo custo encontrados facilmente em armarinhos e papelarias do país para sua confecção. Alguns exemplos de materiais: diversos papéis com texturas e cores diferentes, tecidos, miçangas, cola tridimensional, lixas, tecidos, barbantes, velcros e etc. É importante destacar que o material deve ser feito preferencialmente em texturas e cores distintas para poderem ser utilizados por pessoas com baixa-visão e videntes.

O quadro 4 demonstra o passo-a-passo de como fazer um mapa tátil com a técnica de colagem.

Quadro 4: Passo-a-passo da técnica de produção de mapa tátil em colagem

Materiais necessários	**Procedimentos**
- Cartolina, papel cartão ou papelão para servir de base para a representação; - Superfícies com texturas: tecidos, lixas, cortiça, papel cartonado, etc.; - Barbantes, linhas de bordado, cordões, palitos de maquete; - Botões, miçangas e pequenos objetos que possam representar símbolos pontuais; - Cola branca e pincel.	O mapa é desenhado em papel vegetal e transposto com papel carbono para a base. Utiliza-se o avesso do mapa em vegetal para marcar com carbono lixas ou papel cartonado utilizados para o preenchimento das áreas do mapa. As linhas, pontos e texturas selecionados são colados delicadamente no desenho do mapa com cola branca.
 1. Desenho do mapa em papel vegetal	 2. Transposição do mapa no avesso para a lixa
 3. Seleção e recorte de texturas para cada variável tátil	 4. Colagem do barbante para delimitar o mapa
 5. Composição de texturas: no mapa acima as lixas foram sobrepostas para diferenciar a área urbana de São Paulo em épocas distintas.	 6. O título e a escala foram identificados com braile feito em alumínio

Fonte: SENA, C. C. R.G. (2008, p. 99)

Esta técnica é vantajosa por apresentar baixo-custo e ser acessível para as pessoas produzirem seus mapas, porém tem como desvantagens a durabilidade do material e o longo tempo de produção.

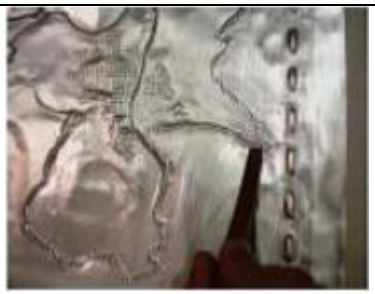
2.1.2 Técnica em alumínio

Não é tão simples encontrar no mercado nacional as folhas de alumínio utilizadas para fazer mapas táteis. Alguns kits são importados e contém as folhas e algumas ferramentas para texturizá-las (carretilhas, espátulas, "martelinhos"), mas seu custo é elevado. Poucas empresas, que estão localizadas nas principais capitais, fabricam a folha específica para a construção de materiais táteis.

O quadro 5 apresenta o passo-a-passo da técnica de produção de mapas táteis em alumínio.

Quadro 5: Passo-a-passo da técnica de produção de mapa tátil em alumínio

Materiais necessários	**Procedimentos**
- Lâmina de alumínio com espessura de 0,10 milímetros vendida em lojas de ferragens; - Folha de borracha ou EVA que será a superfície macia para facilitar a marcação de cada sinal na lâmina; - Ferramentas lineares (carretilhas de diversos tamanhos), pontuais (pinças, pontas secas, pontas de caneca, boladores), e zonais (placas com texturas, lixas, madeira); - Espátula ou palito de madeira e agulha para o acabamento.	O mapa é desenhado no papel vegetal para poder ser transposto ao alumínio no avesso, pois todo o desenho deve ser trabalhado no verso da lâmina para obter o resultado esperado. Trabalhando sempre no avesso, marcar com as carretilhas, pontas secas e outras ferramentas as linhas, pontos e áreas que se pretende representar. Constantemente é necessário virar a lâmina e reforçar as marcações feitas no avesso com uma espátula de madeira, procedimento que auxilia na definição das linhas.
 1. Desenho do mapa em papel vegetal	 2. Cópia do mapa, no avesso, para a lâmina de alumínio

 3. Com uma carretilha ou ponta seca marcar o desenho copiado no alumínio	 4. Utilizar uma espátula ou palito de madeira para definir as linhas no alumínio
 5. As linhas podem ser marcadas com carretilhas, pontas secas, canetas ou a punção para a escrita em braile	 6. Para símbolos pontuais golpear com um bastão de ponta emborrachada superfícies que tenham formas geométricas
 7. O preenchimento de áreas com textura pode ser obtido marcando com um bastão de alumínio sobre uma superfície texturizada (lixa, madeira ou metal)	 8. As representações táteis feitas em alumínio podem ser completas com braile e, se forem utilizadas como matrizes para cópias em plástico é importante fazer pequenos furos na lâmina que ajudam na definição da representação no plástico

Fonte: SENA, C. C. R.G. (2008, p. 96-97).

O material é resistente, mas que pode rasgar com facilidade se for aplicada muita força durante a texturização e os cantos devem ser protegidos com fita crepe porque podem machucar os dedos. O material não é indicado para pessoas com baixa-visão por não possuir cores contrastantes e ser brilhante.

O alumínio é um material que esquenta facilmente quando exposto ao sol, dificultando o toque. Por essa razão, não é indicado para ser usado em parques e praças ao céu aberto.

2.1.3 Técnica em porcelana fria

A porcelana fria é popularmente conhecida como *biscuit*, facilmente encontrada a um baixo custo, é fácil de modelar, inclusive em superfícies curvas como o globo terrestre feito por Bittencourt (2011). Existem várias cores de porcelana fria e ela pode ser texturizada antes de secar.

O quadro 6 apresenta o passo-a-passo da técnica de produção de mapas táteis com porcelana fria.

Quadro 6: Passo-a-passo da técnica produção de mapa tátil com porcelana fria

<table>
<tr><td>Materiais necessários:

• Porcelana fria de diversas cores;
• Tinta em alto relevo para tecido;
• Cola branca;
• Base para a elaboração do modelo (varia de acordo com o tipo de representação).</td><td>Procedimentos

Desenhar o mapa na base e contornar os limites com tinta em alto relevo para tecido.

Modelar pequenas quantidades de porcelana fria, preenchendo os espaços delimitados pela tinta.

No caso de representações com a variável altura, sobrepor camadas sucessivas de porcelana fria, modelando a forma desejada.

Cobrir toda a representação com cola branca</td></tr>
<tr><td> </td><td> </td></tr>
<tr><td>1. Marcar a área com tinta em alto relevo.</td><td>2. Preencher as áreas demarcadas com camadas sucessivas de porcelana fria, modelando a massa até alcançar a elevação desejada.</td></tr>
<tr><td> </td><td> </td></tr>
<tr><td>3. Utilizar diferentes cores de porcelana fria para reforçar os temas representados.</td><td>4. Cobrir todo o modelo com cola branca para aumentar sua resistência.</td></tr>
</table>

Fonte: SENA, C. C. R.G. (2008, p. 102)

Os pontos negativos do material feito com porcelana fria são: demanda muito tempo para a sua produção e não há como reproduzir o material no *thermoform*.

2.1.4 Técnica em resina

Utiliza-se a técnica em resina para produzir ou reproduzir imagens. Também é possível usar essa técnica para construir mapas táteis. A imagem é esculpida na resina adaptando-a e trabalhando com profundidade de diferentes planos. Em alguns museus da cidade de São Paulo, pode se observar a adaptação de algumas obras usando a técnica em resina.

A figura 9 apresenta duas pinturas adaptadas em resina.

Figura 9: Obras adaptadas em resina da Pinacoteca do Estado de São Paulo

Fonte: Dayse Tarricone[12]

A resina branca pode limitar a percepção de pessoas com baixa-visão devida falta de cores contrastantes. Muitas pessoas com baixa-visão se negam a tocar os materiais táteis e os aproximam do seu campo de visão. Por essa razão, é interessante que os materiais táteis apresentem, além de texturas, cores contrastantes.

[12] Disponível em: http://www.dayse.tarricone.nom.br/jogos/jogos_sensoriais.htm Acesso em 17 fev. 2016

2.1.5 Técnica em material preto e amarelo

Esta técnica utiliza materiais com as cores preta e amarela em contraste. Como muitas pessoas com baixa-visão se aproximam muito do material - mas não o tocam - usar cores contrastantes é o ideal.

Figura 10: Reprodução de uma pintura do Museu Afro-Brasil - SP

Foto: Catelli, 2013

O ponto negativo é que há perda nos detalhes, fazendo com que, por exemplo, uma obra de arte não seja compreendida em sua totalidade.

2.2 TÉCNICAS DE PRODUÇÃO/REPRODUÇÃO EM LARGA ESCALA

Existem algumas técnicas que fazem a produção/reprodução de representações gráficas em larga escala. Em geral, é necessário algum tipo de tecnologia e por essa razão, muitas dessas técnicas são utilizadas apenas por universidades, órgãos públicos e empresas privadas.

2.2.1 Técnica de serigrafia

Também conhecida como *silkscreen*, é conhecida como a técnica utilizada para estampar camisetas. Com o aquecimento, a tinta *puff* fica com relevo. É pouco utilizada nas pesquisas brasileiras, mas se mostra positiva para a reprodução já que uma tela serve para fazer diversas cópias.

O quadro 7 apresenta o passo-a-passo da técnica de serigrafia para a produção de materiais táteis.

Quadro 7: Passo-a-passo utilizando a técnica de serigrafia para produção de materiais táteis

Materiais necessários	**Procedimentos**
- Papel vegetal, transparência ou fotolito; - Mesa de luz; - Emulsão especial para revelação; - Quadro de madeira com tela de nylon; - Tinta expansiva com calor (puff); - Rodo; - Papel cartão, cartolina ou tecido.	O mapa é desenhado em papel vegetal ou plástico (transparência). O desenho do mapa é gravado na tela de nylon com o emprego de emulsão fotográfica e mesa de luz. Com a tela pronta, é feita a impressão da tinta no papel cartão, passando o rodo sobre a tela com a tinta, espalhando-a. Após a secagem da tinta, inverter o papel cartão e passar ferro quente, submetendo a tinta ao calor para que a mesma ganhe relevo.
 1. Mapas impressos na tela nylon. Para cada cor utilizada na impressão é necessário construir uma tela	 2. Fixar a base a ser impressa e a tela e distribuir a tinta na beirada da tela.
 3. Espalhar a tinta pela área a ser impressa com o rodo de uma maneira uniforme	 4. Passar novamente o rodo distribuindo a tinta sobre a tela

 5. Caso o mapa tenha mais que uma cor, é necessário esperar a primeira secar para posteriormente fixar a tela da segunda cor	 6. Repetir o procedimento de distribuição da tinta com o rodo
 7. Com a tinta seca, inverter a base e passar o ferro quente para obter a expansão da tinta	 8. Após a expansão da tinta o mapa já pode ser utilizado

Fonte: SENA, C. C. R.G. (2008, p. 103- 104)

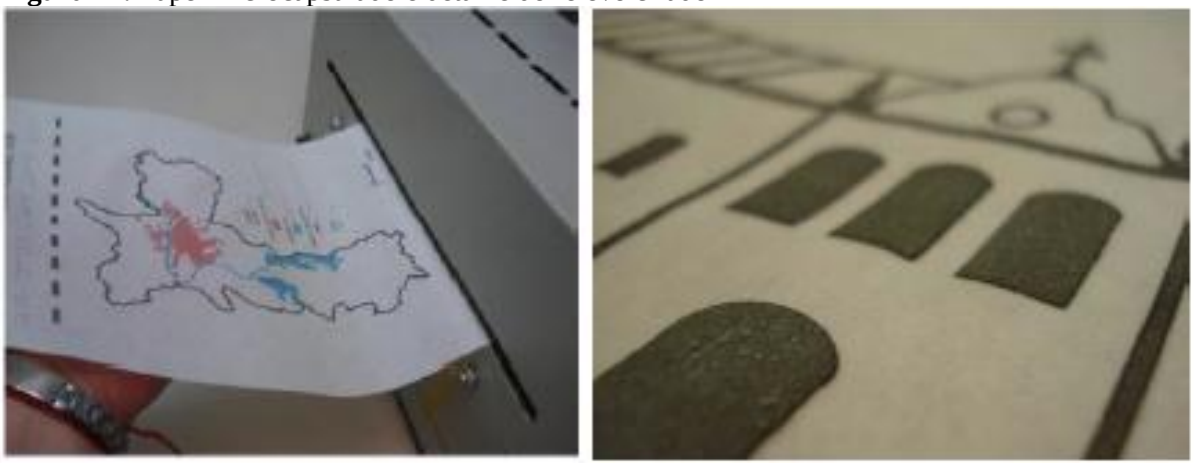
Entretanto, a técnica não permite uma ampla variação de textura limitando os tipos de materiais que podem ser reproduzidos.

2.2.2 Técnica com papel microcapsulado

Conhecido como *Flexi paper*, possui microcápsulas de álcool que, ao serem aquecidas em uma máquina específica para o papel, faz com que relevo na cor preta seja criado. É uma boa técnica de reprodução por criar cópias idênticas e com rapidez e por meio do computador é possível compartilhar na internet as bases cartográficas com facilidade.

A figura 11 um mapa e ao lado o detalhe da fachada de uma igreja, ambos em papel microcapsulado.

Figura 11: Papel microcapsulado e detalhe do relevo criado



Fonte: SENA, C. C. R.G. (2008, p. 108)

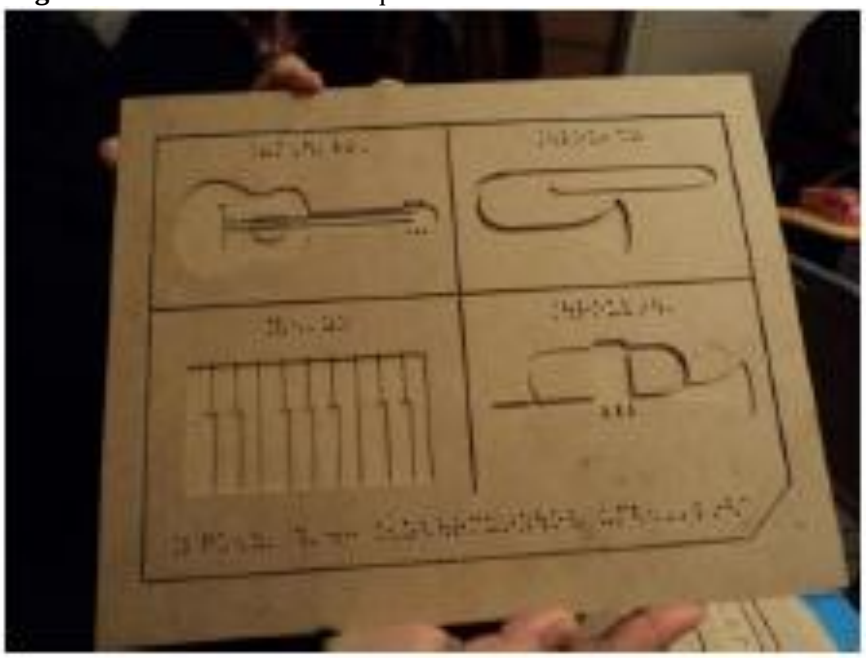
É uma técnica cara por usar materiais importados. Também há limitação do tamanho do papel e da elevação do relevo. De acordo com Loch (2008), é muito utilizada em Portugal.

2.2.3 Técnica com a máquina roteadora

É feita por meio do recorte/escavação de uma base rígida. Ela é eficiente para a reprodução de cópias feitas no *Thermoform* e apresenta detalhes com precisão.

A figura 12 apresenta uma matriz de instrumentos musicais feita em uma máquina roteadora.

Figura 12: Matriz feita em máquina roteadora



Fonte: SENA, C. C. R.G. & CARMO, W. R. (2012).

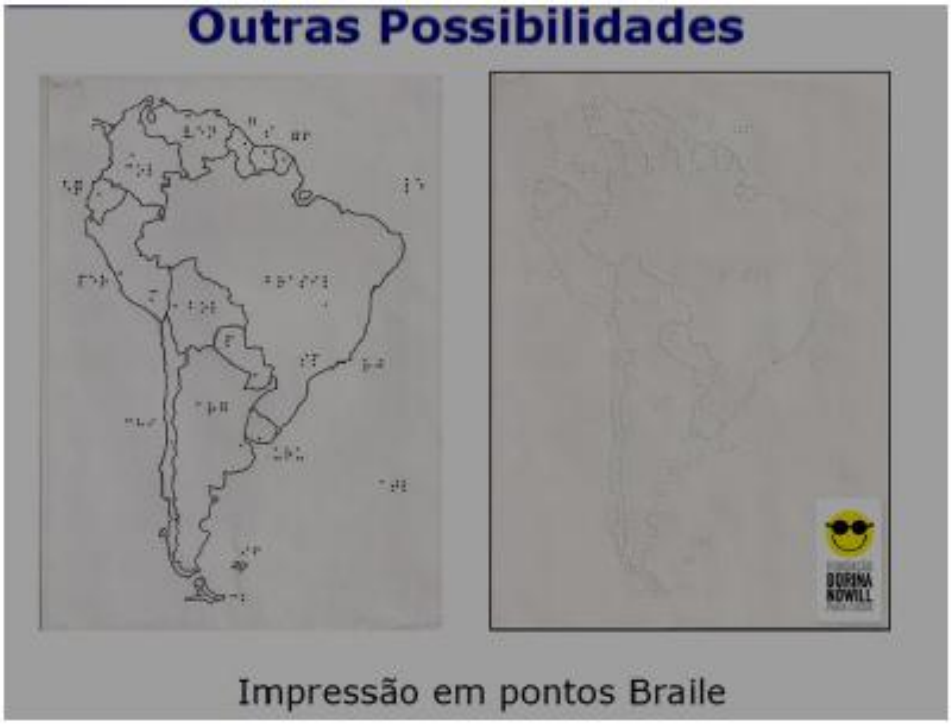
É uma técnica utilizada para a elaboração de matrizes que vão gerar cópias no *thermoform*.

2.2.4 Técnica de desenho em braile

Passam-se os desenhos convencionais para o método de pontos braile. É uma das técnicas mais utilizadas no Brasil para a produção de mapas táteis porque é utilizada por alguns dos principais institutos para pessoas com deficiência, como a Fundação Dorina Nowill e o LARAMARA (Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual). O Governo do Estado de São Paulo optou por essa técnica para adaptar os materiais distribuídos na rede pública de ensino pelo seu baixo-custo e rapidez na reprodução do material. Também é a técnica utilizada nos vestibulares e concursos.

A figura 13 apresenta um mapa da América do Sul em ponto braile feito pela Fundação Dorina Nowill.

Figura 13: Mapas em ponto braile



Fonte: SENA, C. C. R.G. & CARMO, W. R., JORDÃO, B. G. F. (2013).

Entretanto, como constatado por Jordão (2015), muitos estudantes confundem os materiais cartográficos em pontos braile, não se mostrando a opção mais eficiente. Para que

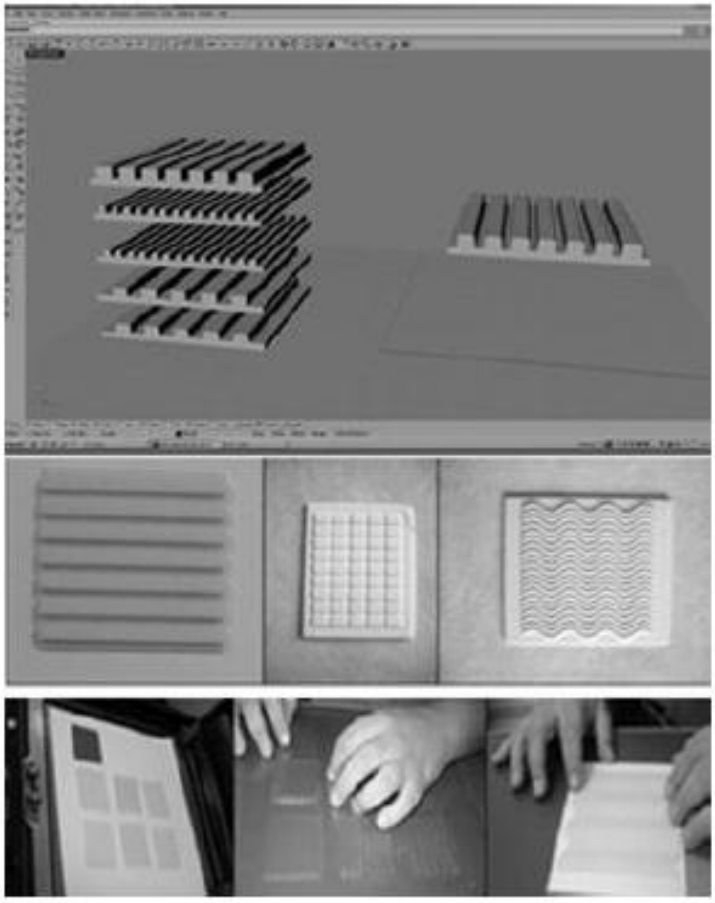
um mapa tátil seja funcional, é necessário considerar os estudos em Cartografia temática e a semiologia gráfica de Jacques Bertin.

2.2.5 Técnica de Impressão 3D/Prototipagem rápida

Nessa técnica se "constrói modelos físicos (protótipos) a partir de modelos 3D desenhados em sistemas CAD (*Computer-Aided Design*). Essa técnica pode [...] variar em termos de tecnologia, materiais utilizados e qualidade dos protótipos" (FERREIRA E SILVA, 2012). Por possuir um alto custo, então ainda é uma técnica restrita às empresas e universidades.

A figura 14 apresenta as etapas da técnica de prototipagem.

Figura 14: Etapas da técnica de prototipagem



Fonte: FERREIRA, M.E.S. & da SILVA, L.F.C.F. (2012, p. 51).

Há restrições no que se refere ao tamanho do protótipo e eles não podem ser utilizados no *Thermoform*.

2.2.6 Técnica de reprodução no *Thermoform*

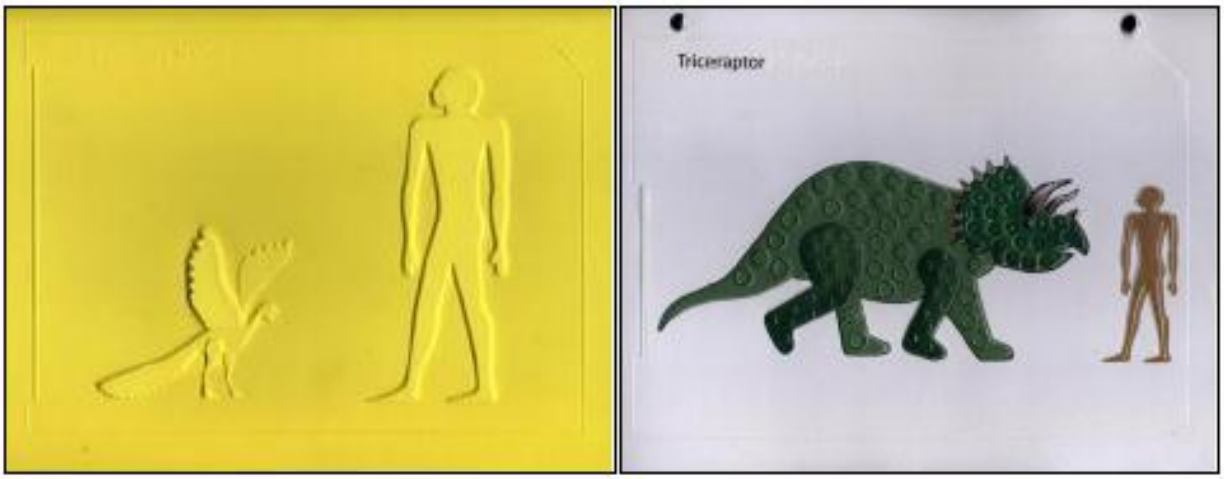
Inicialmente é feito uma matriz com materiais que resistam ao calor. Então, se coloca na máquina uma folha de acetato ou PVC (policloreto de polivinila) em contato com a superfície da matriz e dessa forma o calor e o vácuo produzido na máquina reproduz as texturas e elevações da matriz na folha, que, na maioria das vezes, é transparente.

É a técnica utilizada pelo Instituto Benjamin Constant, a folha texturizada com uma cópia impressa por baixo. Também "[...] é utilizado na ONCE, que vê como principal vantagem desse tipo de reprodução, a possibilidade de confeccionar mapas coloridos, por serigrafia sobre o plástico, e dessa forma facilitar sua leitura por pessoas com baixa visão" (LOCH, 2008). Ou seja, é um material que pode ser utilizado por pessoas com deficiência visual, baixa-visão e videntes. Na figura 15 observa-se uma máquina *thermoform* e na figura 16 dois exemplos de representações reproduzidos pela máquina: uma em plástico amarelo e outra em plástico transparente.

Figura 15: Máquina Thermoform

Fonte: ALMEIDA, R. A.; CARMO, W. R. e SENA, C. C. R.G. (2011).

Figura 16: Exemplos de representações táteis feitas no Thermoform



Fonte: http://www.facebook.com/centro.tactil/photos_stream

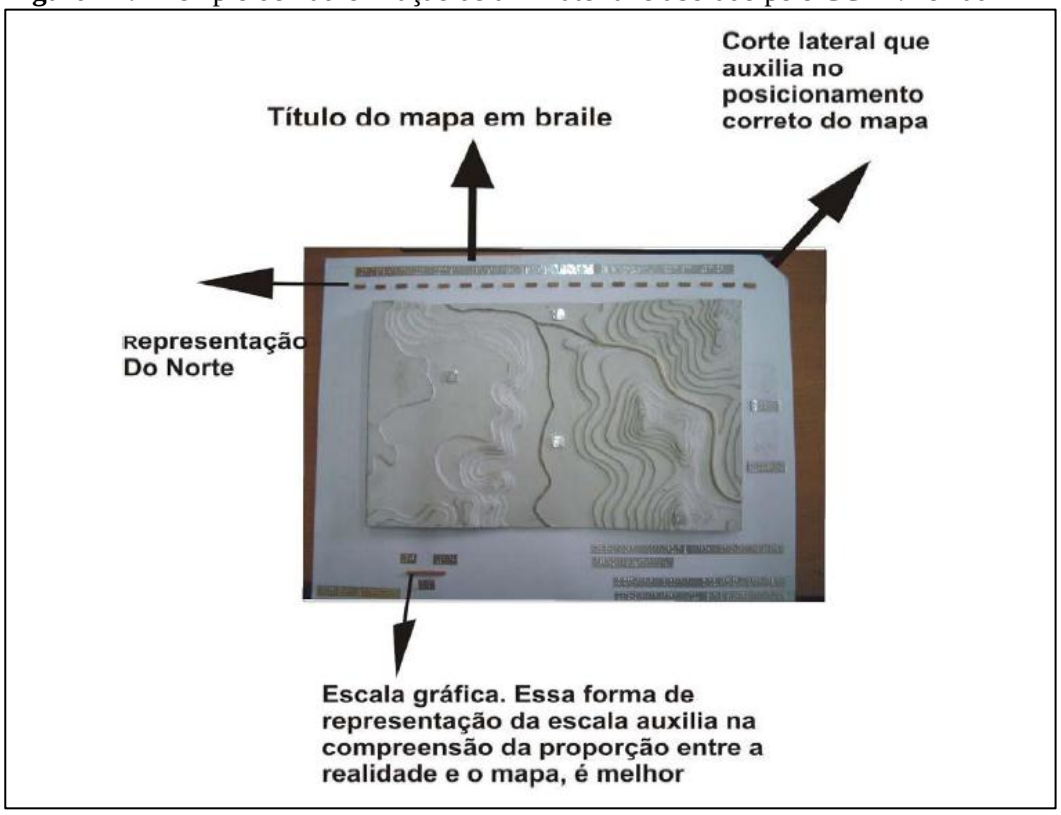
2.3 PADRONIZAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS TÁTEIS

Ainda não há um consenso sobre a padronização de representações gráficas táteis e faltam estudos sobre o tema. Nos últimos anos, a academia vem discutindo sobre a padronização dos materiais cartográficos táteis. No Brasil, a proposta parte principalmente do LABTATE (Laboratório de Cartografia Tátil e Escolar) da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). As discussões abrangem desde os elementos cartográficos presentes no mapa (como o norte geográfico) até como representar uma capital federal.

> Esse problema pode ser exemplificado com relação à representação do Norte dentro de um mapa. Este pode ser representado com uma linha entrecortada, padrão adotado nos produtos cartográficos elaborados pelos pesquisadores do Centro de Cartografia Tátil da América Latina de Santiago do Chile - CCAT, ou por uma seta estilizada e a letra N acima ou, ainda, a combinação entre as duas opções como nos mapas elaborados pelo Laboratório de Ensino e Material Didático da USP (LEMADI). (JORDÃO, 2015, p. 89).

Na figura 17, observa-se um exemplo de material produzido no CCAT em parceria com o LEMADI - USP.

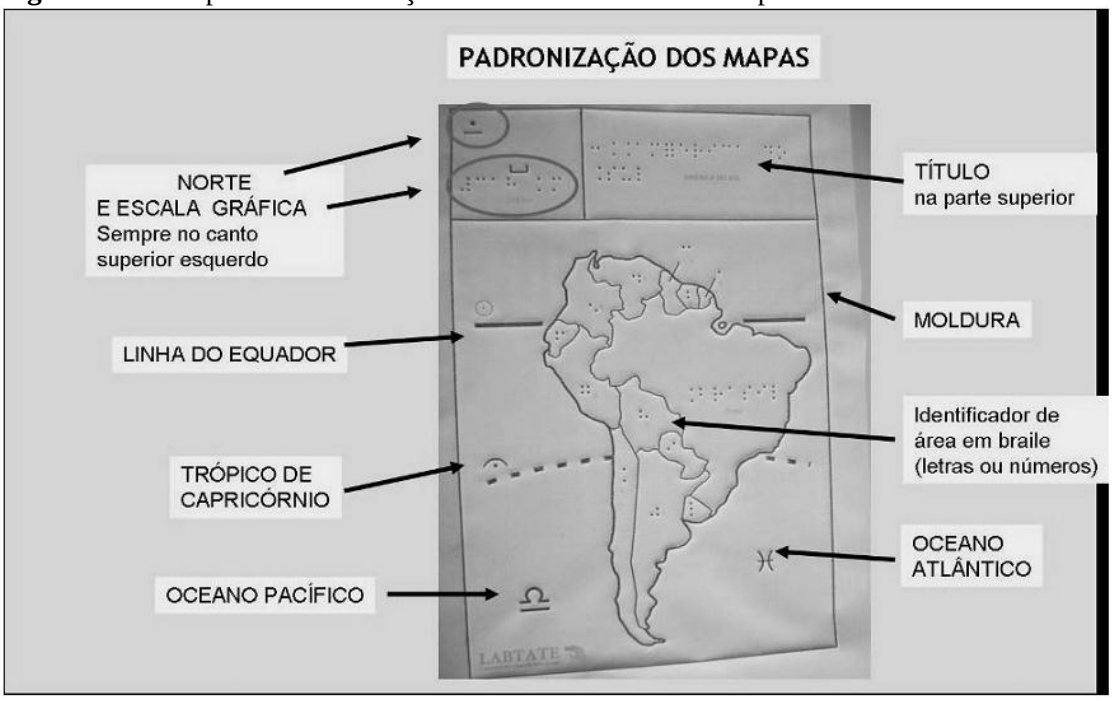
Figura 17: Exemplo de Padronização de um material elaborado pelo CCAT/Lemadi



Fonte: Acervo de Mapas Táteis do LEMADI.

Já na figura 18 está um exemplo de material produzido pelo LABTATE, da UFSC.

Figura 18: Exemplo de Padronização de um material elaborado pelo LABTATE



Fonte: Loch, 2008.

A figura 19 apresenta os padrões de elementos cartográficos utilizados pelo LABTATE da UFSC.

Figura 19: Padrões de elementos cartográficos elaborados pelo LABTATE

Fonte: LOCH, 2008.

Segundo Loch (2008), as padronizações foram testadas por pessoas com deficiência visual, que as aprovaram. Os padrões da CCAT também foram aprovados pelas pessoas com deficiência visual. Quando se trabalha sempre com o mesmo padrão, as pessoas se acostumam com o mesmo. Portanto, deve haver mais pesquisas sobre a padronização das representações gráficas táteis, e, principalmente a viabilidade de se ter uma padronização a nível nacional.

O próximo capítulo abordará a questão do lazer e turismo para pessoas com deficiência, o que já foi feito no país acerca da questão, a potencialidade da educação turística e como são alguns museus nacionais que possuem acessibilidade.

3. LAZER E TURISMO INCLUSIVO, A EDUCAÇÃO TURÍSTICA E MUSEUS ACESSÍVEIS

O capítulo 3 trata sobre as iniciativas do turismo para pessoas com deficiência, de que forma turismo e educação e apresenta os programas de acessibilidade de dois museus de São Paulo. Faz-se necessário citar que a maioria das publicações e iniciativas trata de "turismo inclusivo" e neste capítulo optou-se por manter esse termo quando se refere ao lazer e turismo das pessoas com deficiência.

Transpor o cotidiano, descobrir novos olhares e, dessa forma, se autodescobrir, são alguns dos benefícios proporcionados pelo turismo. No século XXI, ele é considerado um dos mais importantes fenômenos sociais, entretanto, ele ainda continua sendo visto apenas pela sua importância econômica, esquecendo-se da importância política, cultural e social.

> Nesse sentido é preciso entender que o turismo é, incontestavelmente, um fenômeno político, social e cultural dos mais importantes das sociedades pós-modernas. Movimenta, em nível mundial, um enorme volume de pessoas e de capacidades, inscrevendo-se materialmente de forma cada vez mais significativa ao criar espaços diversificados. (BEZZI; MARAFON, 1992, p. 82)

Nos anos 2000, há novamente um barateamento das viagens aéreas por meio das companhias de baixo custo (*low cost*) e um crescimento no setor, que apenas decresceu entre 2008 – 2009 devido à crise internacional. Já em 2010, foram movimentados 919 bilhões de dólares gerados pelo turismo, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT)[13].

Muito se foi discutido acerca da definição de turismo, especialmente o tempo que o turista permanecia no local e ainda não há um consenso. Pode-se dizer que "o que é turismo" foi se transformando gradualmente junto com a sociedade e sua importância perante ela.

Uma definição amplamente utilizada é da OMT de 1999:

> O turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadias em lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, tendo em vista lazer, negócios ou outros motivos não relacionados ao exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado. (OMT, 1999, p. 5)

[13] Disponível em: http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/Parana_Estudo_Estatistico_20_anos_Turismo__1.pdf Acesso em 18 out. 2015

Mas para esta pesquisa, turismo é definido como:

> [...] o conjunto de atividades, originadas no movimento voluntário de pessoas, em forma temporária, fora da sua residência habitual, que, no lugar visitado, gastam recursos econômicos obtidos fora da mesma. Poderia ser sintetizado dizendo que o turismo é uma migração voluntária, temporária e condicionada economicamente (AGUIRRE *et al*., 2003, p. 47).

Além disso, para os fins desta pesquisa é necessário ressaltar que o prazer do turista é fundamental para que uma viagem seja satisfatória. O turismo é um fenômeno social, cultural e econômico, que envolve o movimento de pessoas para lugares fora do seu local de residência habitual, **geralmente por prazer**. (OMT, 2008, p.1, grifo nosso).

Pode-se dizer que cinco elementos (atrativo, infraestrutura, serviços, comunidade e turista) formam a "atmosfera do turismo". Cada um exerce seu papel para que a atividade turística seja desenvolvida com equilíbrio e que a ausência de algum desses elementos pode prejudicar o desempenho de outro.

> Turismo é um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Neste processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para a fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional, e de expansão de negócios. (BENI, 2007, p. 37).

Para o turista com deficiência, a acessibilidade é um fator importante no processo de decisão de uma viagem, portanto, os turistas darão preferência a destinos que estão mais adequados para as suas necessidades específicas. Por essa razão, as cidades mais acessíveis tendem a receber um fluxo maior de turistas com deficiência e mobilidade reduzida, trazendo benefícios sociais e econômicos.

3.1 TURISMO INCLUSIVO

Não há uma data precisa para o surgimento do turismo para pessoas com deficiência. Mas, na década de 70 do século XX, surgem excursões turísticas exclusivas para pessoas com cadeira de rodas. Apesar da Declaração do Direito das Pessoas com Deficiência da ONU ter sido feita em 1975, a questão do turismo inclusivo só ganhou força na década de 1980.

Em 1983, em Cave Hill, Barbados, a ONU promulgou uma declaração que foi adotada unanimemente durante o Programa Regional de Capacitação de Líderes, da Organização Mundial de Pessoas com Deficiência (*Disabled Peoples' International* – DPI).

> Os Países-membros devem garantir que as pessoas com deficiência tenham as mesmas oportunidades nas atividades recreativas que têm os outros cidadãos. Isto envolve a possibilidade de frequentar restaurantes, cinemas, teatros, bibliotecas, etc., assim como locais de lazer, estádios esportivos, hotéis, praias e outros lugares de recreação. Os Países-membros devem tomar a iniciativa removendo todos os obstáculos nesse sentido. As autoridades de turismo, agência de viagem, organizações voluntárias e outras envolvidas na organização de atividades recreativas ou oportunidades de viagens devem oferecer seus serviços a todos e não discriminar as pessoas com deficiência. Isto envolve, por exemplo, incorporar a informação sobre acessibilidade em suas informações regulares ao público (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1983, §134).

Os membros da OMT se reuniram no dia 1º de outubro de 1999, em Santiago, Chile, para discutir o Código Mundial de Ética no Turismo. Para eles, o turismo deve ser "[...] acessível a todos no quadro do direito que qualquer pessoa tem de utilizar o seu tempo livre em lazer ou viagens, e no respeito pelas escolhas sociais de todos os povos" (OMT, 1999, p. 2). O mesmo documento diz que o turismo para pessoas com deficiência deve ser encorajado e facilitado.

No Brasil, houve o lançamento do *Guia São Paulo adaptada* em 2001 pela editora *O nome da Rosa*. Por ser uma iniciativa inédita no país, foi um marco no segmento, começando a incentivar as pessoas com deficiência a visitarem os lugares acessíveis da cidade.

O Governo Federal começou a se atentar a questão em 2005 com o Seminário *Diálogos do turismo – uma viagem de inclusão*, que foi promovido pelo Ministério do Turismo (Mtur)[14] em parceria com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) em Brasília nos dias 08 a 10 de agosto de 2005. O seminário discutiu políticas de desenvolvimento regional, políticas públicas de inclusão, alternativas de crédito para pequenos empreendimentos turísticos, construção de capital social, valorização da brasilidade e debateu acerca da: igualdade racial, acessibilidade para pessoas com deficiência, equidade de gênero e comunidades quilombolas, costeiras e rurais. Um ano depois, o Mtur em parceria

[14] O Ministério do Turismo foi criado em 2003, quando foi desvinculado do Ministério dos Esportes e Turismo.

com o Ibam, publicou *Turismo Social: diálogos do turismo – uma viagem de inclusão*. Nessa publicação, há um capítulo intitulado *Turismo e acessibilidade*, de Verônica Camissão[15].

No ano de 2006, o Mtur publicou *Turismo e Acessibilidade: Manual de Orientações* a partir do Manual de Recepção e Acessibilidade de Pessoas com Deficiência a Empreendimentos e Equipamentos Turísticos, publicado pela Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) em 2001 e de acordo com a legislação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A publicação apresenta critérios, parâmetros, recomendações e informações sobre acessibilidade em geral e para o turismo.

Em 2007, ocorreu um dos principais marcos do turismo inclusivo no país: o *Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007 – 2010: uma viagem de inclusão*, desenvolvido pelo Ministério do Turismo (MTur). O plano:

> [...] além de avançar na perspectiva de expansão e fortalecimento do mercado interno, também fortaleceu a função social do turismo. Um dos objetivos específicos do Plano foi ´apoiar a recuperação e a adequação da infraestrutura e dos equipamentos nos destinos turísticos, garantindo a acessibilidade às pessoas com deficiência'. (BRASIL, 20[??], p. 06).

Também foi iniciado o *Projeto Socorro Acessível*. A cidade (Socorro - SP) foi escolhida para receber investimentos na área de acessibilidade devido a sua proximidade com a capital do Estado de São Paulo e pela existência de diversas atividades relacionadas ao turismo de aventura. Além disso, por ser uma região montanhosa, possibilita que qualquer projeto que obtenha êxito na localidade possa ser replicado. Atualmente, oito anos após o início do projeto, Socorro possui 15 atividades de turismo de aventura adaptados e é considerado o município modelo em questão de acessibilidade e turismo inclusivo no país.

A Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, conhecida como a Lei Geral do Turismo, remete a atividade turística como forma de equiparação de oportunidades, equidade e solidariedade nos artigos quinto e sexto.

> Art. 6° – O Plano Nacional de Turismo – PNT será elaborado pelo Ministério do Turismo, ouvidos os segmentos públicos e privados interessados, inclusive o Conselho Nacional de Turismo, e aprovado pelo Presidente da República, com o intuito de promover:
> V – a incorporação de segmentos especiais de demanda ao mercado interno, em especial os idosos, os jovens e as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, pelo incentivo a programas de descontos e facilitação

[15] Arquiteta e consultora de acessibilidade em diversos órgãos nacionais e internacionais.

> de deslocamentos, hospedagem e fruição dos produtos turísticos em geral e campanhas institucionais de promoção. (BRASIL, 2008[16])

No mesmo ano, a ONU realizou a *Convenção sobre o direito das pessoas com deficiência*. O Governo Federal, através do Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, promulgou a convenção, que possui um artigo sobre a participação da pessoa com deficiência na cultura, recreação, lazer e esporte:

> Artigo 30
> Participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte
> 1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência de participar na vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e tomarão todas as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam:
> a) Ter acesso a bens culturais em formatos acessíveis;
> b) Ter acesso a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais, em formatos acessíveis; e
> c) Ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional.
> 2. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual, não somente em benefício próprio, mas também para o enriquecimento da sociedade.
> 3. Os Estados Partes deverão tomar todas as providências, em conformidade com o direito internacional, para assegurar que a legislação de proteção dos direitos de propriedade intelectual não constitua barreira excessiva ou discriminatória ao acesso de pessoas com deficiência a bens culturais.
> 4. As pessoas com deficiência farão jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda.
> 5. Para que as pessoas com deficiência participem, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de atividades recreativas, esportivas e de lazer, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para:
> a) Incentivar e promover a maior participação possível das pessoas com deficiência nas atividades esportivas comuns em todos os níveis;
> b) Assegurar que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de organizar, desenvolver e participar em atividades esportivas e recreativas específicas às deficiências e, para tanto, incentivar a provisão de instrução, treinamento e recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas;
> c) Assegurar que as pessoas com deficiência tenham acesso a locais de eventos esportivos, recreativos e turísticos;
> d) Assegurar que as crianças com deficiência possam, em igualdade de condições com as demais crianças, participar de jogos e atividades recreativas, esportivas e de lazer, inclusive no sistema escolar;

[16] Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm Acesso em 18 out. 2015.

> e) Assegurar que as pessoas com deficiência tenham acesso aos serviços prestados por pessoas ou entidades envolvidas na organização de atividades recreativas, turísticas, esportivas e de lazer. (BRASIL, 2009[17])

Assim como o acesso à educação e ao mercado de trabalho, ter acesso à cultura, lazer, turismo e esporte é igualmente importante para as pessoas com deficiência e está garantido pela Constituição. Ao conseguir realizar uma viagem ou participar de uma atividade de lazer, as pessoas com deficiência podem ter uma satisfação pessoal e sensações consideradas importantes para elas.

Já em 2009, o Mtur, em parceria com a Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência (AVAPE), publicou as cartilhas *Turismo Acessível* em quatro volumes: verde, azul, vermelho e laranja. A primeira, *Turismo Acessível: introdução a uma viagem de inclusão* (cartilha verde) introduz e conceitua o turismo, turismo inclusivo, deficiência e dá bases para o desenvolvimento do turismo inclusivo. A segunda cartilha (azul) *Turismo Acessível: mapeamento e planejamento de acessibilidade em destinos turísticos*, possui caráter técnico com fases descritas e instrumentalizadas por indicações práticas para mapear e planejar a acessibilidade em destinos turísticos. *Turismo Acessível: bem atender no turismo acessível* (cartilha vermelha) trata sobre o potencial de mercado, incentivando a organizar e adaptar o mercado para a acessibilidade no turismo e dá orientações básicas para bem atender turistas com deficiência ou mobilidade reduzida. Por fim, a cartilha laranja *Turismo Acessível: bem atender no turismo de aventura adaptada* orienta gestores para os procedimentos fundamentais para a prática de turismo de aventura para pessoas com deficiência.

Faz-se importante destacar que os quatro volumes ressaltam a importância de incentivos pelos governos municipais, por meio da articulação e estimulação das ações, para que o turismo inclusivo comece a se tornar uma realidade em diversas cidades.

> No caso do turismo oferecido ao cliente com deficiência ou com mobilidade reduzida, alguns dos elementos podem necessitar de adequações para cumprirem seus papéis. E isto só acontecerá se houverem investimentos, próprios ou de origem pública, para adequá-los e formatá-los a uma condição de permitir o seu consumo. Desta forma, o turismo acessível de qualidade dependerá da mobilização e de investimentos concretos por parte dos atores atuantes no turismo nos destinos, cabendo aos gestores públicos locais a responsabilidade de articular e estimular estas ações. (BRASIL, 2009, p. 13)

[17] Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm Acesso em 18 out. 2015

No mesmo ano houve também o lançamento do *Guia Brasil para todos*[18] pela *Áurea Editora* em parceria com *i.social*. Foi o primeiro guia de abrangência nacional dedicado às pessoas com deficiência trazendo roteiros turísticos e culturais em dez capitais brasileiras, 139 passeios acessíveis, 106 restaurantes, 92 hotéis e 377 dicas.

Em 2010 foi lançado pelo Mtur em parceria com o Instituto Muito Especial o *Projeto Novos rumos: promoção dos destinos brasileiros de acessibilidade – Turismo muito especial*. O objetivo foi percorrer as doze cidades que foram sede na Copa do Mundo de 2014 (Rio de Janeiro - RJ, São Paulo - SP, Porto Alegre - RS, Curitiba - PR, Belo Horizonte - MG, Cuiabá - MT, Manaus - AM, Brasília - DF, Fortaleza - CE, Recife - PE, Salvador - BA e Natal - RN) e Socorro - SP, buscando identificar em cada munícipio as condições de acessibilidade em hotéis, restaurantes e atrativos turísticos. A equipe era formada por uma pessoa com deficiência visual, um idoso, uma surda oralizada, uma cadeirante e paralelamente uma equipe técnica formada por arquitetos e urbanistas. No total, foram registrados aproximadamente 350 locais durante dois meses.

No ano seguinte ocorreu a publicação do *Guia muito especial: projeto novos rumos* e do livro *Projeto novos rumos: promoção de destinos brasileiros de acessibilidade*. As publicações são frutos do projeto, sendo o Guia um orientador para estimular a melhoria das condições nos destinos e estabelecimentos.

Ainda em 2011, houve o lançamento do programa *Turismo internacional sem limite* promovido pela Embratur com o objetivo de divulgar os destinos turísticos brasileiros acessíveis às pessoas com deficiência. Em 2012, o programa trouxe jornalistas e formadores de opinião argentinos, paraguaios e uruguaios para Socorro e São Paulo.

No ano de 2012, o Governo Federal lançou o Pronatec (Programa Nacional de Acesso de Ensino Técnico e Emprego) Copa em 120 cidades (sedes da copa, cidades próximas e cidades com potencial turístico) visando à qualificação profissional ao setor turístico. Um dos cursos oferecidos foi o de LIBRAS (Língua de Sinais Brasileira) para melhor atender a comunidade surda brasileira.

Também foi lançado o programa *Turismo Acessível 2012 – 2014*, que constitui as políticas de acessibilidade do Mtur no período, a fim de continuar na estruturação dos destinos turísticos, aumentar e aprimorar e qualidade dos estabelecimentos, serviços e informações.

Para satisfazer a demanda, é necessário conhecê-la. Por isso, em 2013 foi lançado o *Estudo do perfil do turista – pessoa com deficiência* pelo Ministério do Turismo. Foram

[18] Disponível em: http://www.brasilparatodos.com.br/ Acesso em 13 ago. 2015

entrevistadas pessoas de Belo Horizonte – MG, Rio de Janeiro – RJ, São Paulo – SP, Porto Alegre – RS e Curitiba – PR. Por meio do estudo, foi possível identificar que a maioria das pessoas que participaram do estudo possui uma vida ativa – tanto na esfera profissional, como a do lazer. Entretanto, segundo alguns entrevistados, muitas barreiras ainda são encontradas.

> Nas vezes que eu viajei não encontrei um piso tátil, nenhuma informação, eles não sabem de nada. Quando você olha para mim, você não diz que eu sou deficiente. Nos lugares a pessoa com deficiência visual precisa de alguém que descreva as coisas para ele, você precisa dizer: "estou com uma bandeja e com um copo de suco gelado". Eles não têm informação nenhuma sobre como lidar com a gente." (São Paulo – Pessoa com deficiência visual) (BRASIL, 2013, p. 37)

> No turismo a gente vê que quase ninguém conhece os direitos da gente. Eles estão preocupados é só em vender. Porque é um deficiente ou outro. O turismo vai trabalhar pela minoria? Esse pouquinho de deficiente? Eles não querem não, não precisam não, não querem não, deixa pra lá." (Belo Horizonte – Pessoa com deficiência auditiva) (BRASIL, 2013, p. 37)

No *PNT 2013 – 2016 - O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil* não aborda especificamente a questão do turismo acessível, mas trata da importância de estruturar os segmentos turísticos priorizados, entre eles o turismo para pessoas com deficiência.

Em 2014, houve o lançamento do aplicativo *Turismo Acessível* disponível para *smartphones*. O aplicativo possibilita que a pessoa avalie o estabelecimento pelo próprio celular. Essas avaliações são importantes porque outros usuários podem deixar de querer viajar a um determinado lugar por saber que suas necessidades específicas não serão atendidas.

Durante os meses de junho e julho de 2014, o Brasil recebeu a *Copa do Mundo de Futebol*. Apesar dos esforços, houve algumas falhas que foram relatadas pelas pessoas com deficiência, como, por exemplo:

> Ser retirada da área a qual tinha direito na Fan Fest, não conseguir ingresso na minha modalidade para as oitavas de final, não ter audiodescrição no estádio em Porto Alegre foram os pontos negativos da Copa para mim e outros tantos deficientes. Todavia, o pleno funcionamento na Estação acessibilidade, a atenção dispensada pelos voluntários, a sensação indescritível de estar no estádio, assistindo uma partida com vários gols e o contato com os turistas, foram os acertos do evento em Porto Alegre. (SHIMOSAKAI[19], 2014)

[19] Disponível em: https://turismoadaptado.wordpress.com/2014/07/09/fifa-de-olhos-fechados-para-a-acessibilidade-de-deficientes-visuais-na-copa-2014/ Acesso em 20 ago. 2015.

No dia 6 de julho de 2015 ocorreu uma grande conquista para a sociedade brasileira – especialmente para as pessoas com deficiência: a *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*, que abrange as diversas áreas da vida dessas pessoas e tem um capítulo específico (capítulo IX) para se referir ao direito à cultura, esporte, turismo e lazer.

> Art. 8º: É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Para sintetizar as informações, foi elaborado um quadro (quadro 08) com as iniciativas para o desenvolvimento e promoção do turismo para pessoas com deficiência realizadas a nível federal em cada ano, com início em 2005.

Quadro 8: Síntese das iniciativas federais referentes ao turismo inclusivo

2005	Seminário Nacional Diálogos do Turismo – Uma Viagem de Inclusão
2006	Publicação Turismo Social: diálogos do turismo – uma viagem de inclusão; Publicação do Manual de Orientações Turismo e Acessibilidade
2007	Lançamento do PNT 2007 – 2010: Uma viagem de inclusão; Início do Projeto Socorro Acessível
2008	Convenção da ONU sobre o direito das pessoas com deficiência Lei nº 11.771 – Lei Geral do Turismo – de 17 de setembro de 2008
2009	Publicação das cartilhas Turismo acessível (4 volumes); Guia Brasil para todos Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, promulga a convenção da ONU
2010	Lançamento do projeto promoção dos destinos brasileiros de acessibilidade – Turismo muito especial
2011	Publicação Guia muito especial do projeto novos rumos; Publicação do livro projeto novos rumos: promoção de destinos brasileiros de acessibilidade;

	Lançamento do programa turismo internacional sem limite.
2012	Lançamento do PRONATEC Copa; Programa Turismo acessível (2012 – 2014)
2013	Estudo do perfil do turista – pessoa com deficiência Plano Nacional de Turismo 2013–2016 – O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil
2014	Aplicativo Turismo Acessível
2015	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

Organizado pela autora

O Brasil é considerado um dos países-referência na América Latina na questão da inclusão da pessoa com deficiência, especialmente no lazer e turismo. Sim, há diversas iniciativas e leis, mas será que elas estão transpondo o papel? Ainda há muitas barreiras encontradas para que a efetiva inclusão no turismo aconteça, segundo o Mtur (2014). Algumas delas são: carência de estudos e pesquisas acerca do perfil do turista, diagnósticos e estudos de caso; pouca informação existente acerca de acessibilidade de atrativos, empreendimentos e serviços turísticos do país; baixo nível de acessibilidade em empreendimentos e na prestação de serviços turísticos; baixa qualificação dos recursos humanos no atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; infraestrutura turística pública inadequada; poucos destinos, empreendimentos e atrativos turísticos acessíveis posicionados no mercado e, por fim, pouca participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho do turismo.

Ainda se fala muito em acessibilidade. Sim, é uma característica muito importante, pois sem acessibilidade mal se consegue sair de casa. Mas, ser acessível não necessariamente significa ser inclusivo. Para Sassaki (2003), a inclusão ocorre quando a sociedade é ajudada a modificar seus sistemas de lazer e turismo para que todas as pessoas, com ou sem deficiência, possam participar juntas e ativamente de suas atividades nos mesmos locais, desfrutando de momentos de lazer em ambientes comuns.

Apesar de ser discutido em âmbito internacional desde 1983, ainda existem muitas barreiras a serem transpostas. Em vésperas dos Jogos Olímpicos, que serão realizados no Rio de Janeiro – RJ, em 2016, as pessoas com deficiência ainda consomem produtos e/ou serviços inadequados na maioria dos estabelecimentos turísticos do país.

3.2 EDUCAÇÃO TURÍSTICA

Nos dias atuais, é possível "visitar" os principais atrativos turísticos do mundo pela internet, através do *Google Earth*® ou *Google Street View*®. Apesar disso, o número de turistas cresce, mostrando a necessidade do ser-humano em respirar novos ares, conhecer novas culturas e pessoas.

As motivações turísticas são variadas. Segundo Garde (1985), elas podem ser divididas em dois grupos: em função do desenvolvimento pessoal e dos impulsos sociais. As motivações turísticas em função do desenvolvimento pessoal são: as necessidades fisiológicas ou vitais; as necessidades de segurança – risco; as necessidades de estima e notoriedade e os desejos de autorrealização. Já as motivações turísticas em função de impulsos sociais são: impulso de afiliação, impulso aquisitivo, desejos de emancipação, desejos de evasão e impulso de curiosidade.

Independente da motivação, inicialmente, parece inconcebível pensar em turismo sem educação. Ao viajar, sempre há algo novo a conhecer. Entretanto, em uma sociedade marcada pelo consumismo e o consumo por turismo (Fonseca Filho, 2007), muitos viajantes querem experimentar, mas não se preocupam em efetivamente "conhecer" a localidade e seu povo. Por essa razão, alguns trabalhos, como o de Krippendorf (2000), sugerem que o turismo deve se tornar mais "humano".

> Conceder ao turismo uma face mais humana é despertar e explorar plenamente o enorme potencial que permanece adormecido em cada indivíduo. Essa tarefa, extremamente útil mas ao mesmo tempo difícil de colocar em prática, é da alçada de uma animação bem compreendida, isto é, definida como uma educação para a viagem (KRIPPENDORF, 2000, p.177).

Mas, a pergunta é: como conseguir isso? Para Krippendorf (2000, p.180) o processo pode ocorrer dentro das escolas: "o aluno aprende a olhar, a compreender e respeitar a natureza e o modo de vida do próximo".

Algumas pesquisas defendem a educação turística institucionalizada e inserida na educação formal, tanto no ensino fundamental por meio de uma disciplina de introdução ao turismo, como no ensino médio por meio de disciplinas ou cursos profissionalizantes.

Contudo, para esta pesquisa, propõe-se que o tema *turismo* pode ser trabalhado como tema transversal em diversas disciplinas na escola (educação formal), mas também na

educação não-formal (palestras, encontros, cursos, etc.) e informal (leitura, participação, informação, observação, etc.).

> Não precisa haver especificamente uma matéria para o Turismo. Em cada área de conhecimento, seja matemática, física, biologia, geografia ou qualquer uma e todas elas, esse aluno estará sendo alertado sobre a importância de pensar no todo, na relação que há entre cada atitude que se toma e como isso pode modificar a vida de alguém. E esses aprendizes levarão às suas casas esses novos olhares, que através de seus pais ou daqueles que os criam será perpetuado e assim sucessivamente. (MOREIRA, 2008)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que são documentos básicos para a elaboração das matrizes de referência, além de ajudar o professor na busca de novas abordagens e metodologias, também tratam da interdisciplinaridade por meio do uso de temas transversais, que atualmente são:

- **Ética:** respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade;
- **Orientação Sexual:** corpo: matriz da sexualidade, relações de gênero, prevenções de doenças sexualmente transmissíveis;
- **Meio ambiente:** ciclos da natureza, sociedade e meio ambiente, manejo e conservação ambiental;
- **Saúde:** autocuidado, vida coletiva;
- **Pluralidade Cultural:** pluralidade cultural e a vida das crianças no Brasil, constituição da pluralidade cultural no Brasil, o ser humano como agente social e produtor de cultura, pluralidade cultural e cidadania;
- **Trabalho e consumo:** relações de trabalho; trabalho, consumo, meio ambiente e saúde; consumo, meios de comunicação de massas, publicidade e vendas; diretos humanos e cidadania.

Os temas transversais indicam a necessidade de um trabalho mais significativo nas temáticas sociais devido à urgência social dos assuntos. Por meio de conceitos e valores básicos à democracia e cidadania, os temas são realidades vividas pela sociedade atual, inclusive pelos alunos e educadores. Com a aprendizagem, é possível que haja participação social e transformação da realidade. Eles permeiam todas as áreas do conhecimento e aparecem em determinadas áreas do currículo. Com os temas transversais, também é possível trabalhar a realidade dos alunos.

Esses temas podem ser trabalhados em todas as disciplinas e também pode ser abordada a realidade local dos alunos. O tema *turismo* tem a potencialidade de ser um tema transversal por si só, ou pode ser abordado nos diferentes temas transversais propostos pelo PCNs.

Dessa forma, o aluno:

> [...] aprenderá a olhar, a compreender e a respeitar a natureza e o modo de vida do próximo. Com a Geografia e a História, descobrirá o espaço e o palco dos acontecimentos. Deverá iniciar-se com pequenas viagens, a fim de inculcar no aluno a noção do espaço e do tempo, e despertar seu interesse pela ecologia, pela biologia e muitas outras áreas do conhecimento (KRIPPENDORF, 2000, p.183).

Krippendorf (2000) cita as *pequenas viagens*. Aproximando esse termo da Geografia, temos os trabalhos de campo. Para Bortolozzi (1992), o trabalho de campo na disciplina assume diversos papéis: "aprender a se organizar no espaço, organizando-o; conhecer-se e inserir-se no espaço, conhecendo-o; fazer-se respeitar no espaço, respeitando-o".

Sena (2001) trata do estudo do meio como um instrumento de ensino de Geografia. Durante a pesquisa, a autora visitou o Pico do Jaraguá, localizado em São Paulo - SP, com pessoas com deficiência visual e constatou a importância dos trabalhos de campo para esse público.

Um local que pode ser visitado tanto por alunos e professores em trabalhos de campo e ser estudado, como por turistas, são os museus. O próximo item aborda dois museus da cidade de São Paulo e seus programas de acessibilidade.

3.3 A IMPORTÂNCIA DOS MUSEUS PARA O TURISMO E EDUCAÇÃO

Os museus são importantes atrativos culturais, e, em algumas vezes, os principais atrativos turísticos de algumas cidades. Além de ser um local onde a cultura, história e a educação estão muito presentes, neles há a possibilidade de convivência entre diferentes públicos.

De acordo com *International Council of Museums* (ICOM), o museu é:

> [...] uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, pesquisa, comunica e exibe patrimônio tangível e

> intangível da humanidade e do seu ambiente para fins de educação, estudo e diversão. (ICOM, 2007[20])

Neste momento, serão utilizados dois exemplos de museus da cidade de São Paulo – SP visitados pela autora em 2013: a *Pinacoteca do Estado de São Paulo* e o *Museu do Futebol*.

A Pinacoteca está instalada no antigo edifício do *Liceu de Artes e Ofício*, foi inaugurada em 1905 pelo Governo do Estado de São Paulo, é o museu de artes mais antigo da cidade e possui ênfase na produção de artes visuais brasileira do século XIX.

O programa educativo do museu foi criado em 2002 e é desenvolvido pelo Núcleo de Ação Educativa (NAE), com o objetivo de potencializar a compreensão das obras, promovendo a qualidade da experiência do público com as obras, garantindo a acessibilidade do museu e impulsionando a implantação de diferentes programas. Um deles é o *Programa Educativo para Públicos Especiais* (PEPE):

> Este programa busca promover o acesso de grupos de pessoas com deficiências sensoriais, físicas, intelectuais e transtornos mentais à Pinacoteca, por meio de uma série de abordagens e recursos multissensoriais. As visitas educativas são realizadas por educadores especializados, inclusive em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), por uma educadora surda. O PEPE também realiza cursos de formação para profissionais interessados em usar a arte e o patrimônio como recursos inclusivos e desenvolve publicações para o público deficiente visual e auditivo. Para garantir a autonomia de visitação ao público com deficiência visual foi desenvolvida a Galeria Tátil de Esculturas Brasileiras e um videoguia para o público surdo[21] (PINACOTECA, [20??]).

Em março de 2009 foi inaugurada a *Galeria Tátil de Esculturas Brasileiras* localizada no segundo andar do museu e conta com doze esculturas táteis feitas em bronze. Para a seleção das obras, o público com deficiência foi consultado. Também foram consideradas dimensão, forma, textura, diversidade e estética para facilitar a compreensão das esculturas pelo toque. Como recursos de apoio, há folder e catálogos em dupla leitura (tinta e braile), audioguia e piso tátil.

Durante a visita desta pesquisadora realizada em 2013, uma excursão com estudantes do ensino fundamental chegou ao museu. A pesquisadora notou que nenhum deles demonstrou interesse em conhecer a *Galeria* (figuras 20, 21, 22 e 23). Nenhum aluno foi

[20] Disponível em: http://icom.museum/the-vision/museum-definition/. Acesso em 3 jun 2015.

[21] Disponível em: http://pinacoteca.org.br/pinacotecapt/default.aspx?mn=588&c=1049&s=0&friendly=programa-educativo-para-publicos-especiais---pepe Acesso em 20 ago. 2015

questionado acerca do motivo, mas isso pode ter acontecido por aquele ser o "espaço do cego".

Figura 20: Explicação e mapa tátil da Galeria Tátil de esculturas brasileiras

Foto: CATELLI, 2013

Figura 21: Mapa tátil da Galeria Tátil

Foto: CATELLI, 2013.

Portanto, é possível que se tenha um espaço inclusivo, mas, que na verdade, está segregando os públicos dentro do próprio museu – não que a ação tenha sido pensada e realizada com esse propósito. Porém, ao ter um espaço para incluir apenas as pessoas com deficiência (nesse caso, visual), ele é desinteressante para as demais pessoas sem deficiência. E isso faz com que a inclusão social não aconteça.

Figura 22: Placa de informação aos visitantes

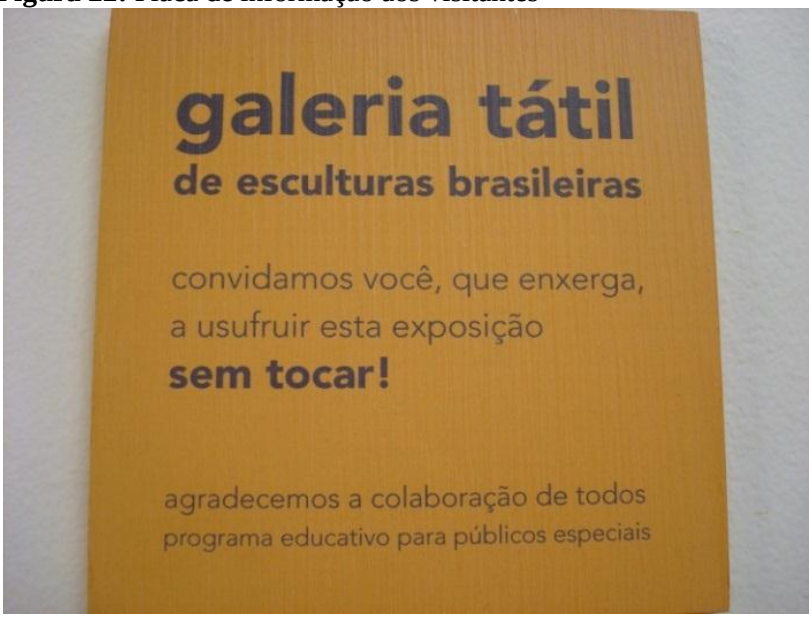


Foto: CATELLI, 2013.

Figura 23: Escultura tátil em bronze Leda de Lelio Coluccini

Foto: CATELLI, 2013.

O PEPE também oferece visitas educativas previamente agendadas ao acervo da Pinacoteca complementadas por recursos de apoio multissensoriais e publicações adaptadas. Outro recurso que pode ser utilizado pelas pessoas com deficiência visual são duas maquetes táteis: uma do prédio da Pinacoteca (figura 24) e outra de seus arredores (figura 25).

Figura 24: Maquete tátil da Pinacoteca protegida por um vidro

Foto: TARRICONE[22]

Algo "comum" de acontecer, pelo menos no Brasil, são maquetes táteis protegidas por vidro, como observado. Se por um lado, preserva o material e faz com que pessoas desrespeitosas possam danificá-lo, por outro faz com que a pessoa com deficiência visual se dirija até outra pessoa e peça para ela tire a proteção de vidro. Muitas vezes a pessoa pode desistir e deixar o lugar sem conhecer o material, sendo assim um limitante para esse público.

[22] Disponível em: http://www.dayse.tarricone.nom.br/maquetes.htm Acesso em 18 ago. 2015

Figura 25: Maquete tátil dos arredores da Pinacoteca

Foto: TARRICONE[23].

Já o *Museu do Futebol* foi inaugurado em setembro de 2008 e foi o primeiro da *Secretaria de Cultura da cidade de São Paulo* planejado para ser acessível para diferentes públicos desde a sua concepção. O *Programa de Acessibilidade do Museu do Futebol* (PAMF) reúne uma série de recursos e ações para facilitar e potencializar o acesso ao museu.

Uma das ações é o *Programa Deficiente Residente* criado em 2010 e uma experiência pioneira desenvolvida pela equipe do museu com o objetivo de atuar na área comportamental, incidindo e transformando o próprio atendimento oferecido pela equipe, porque permite repensar o atendimento de todos que frequentam o museu, especialmente as pessoas com deficiência. Por meio da discussão e sensibilização, dois residentes com níveis distintos da mesma deficiência e os educadores realizam encontros semanais durante três meses para inicialmente descobrir e valorizar pontos em comum e depois compartilharem informações e discutirem melhorias no contato com o público e o espaço do museu.

Em 2010, a deficiência visual foi a primeira a ser abordada, com a participação de uma pessoa com baixa visão e outra cega; em 2011 foi a vez da deficiência intelectual (uma pessoa autista e uma com Síndrome de Asperger); no ano seguinte, a deficiência auditiva com duas pessoas, ambas surdas, porém oralizadas e faziam leitura labial além da comunicação em Libras; em 2013 abordou-se a deficiência física (uma pessoa cadeirante e uma com paralisia

[23] Disponível em: http://www.dayse.tarricone.nom.br/maquetes.htm Acesso em 18 ago. 2015

cerebral) e em 2014 os transtornos mentais[24], com a participação de uma pessoa com esquizofrenia.

Uma das mudanças ocorridas por meio do *Programa Deficiente Residente* foi as modificações nos totens trilíngues (português, inglês e espanhol). A posição do braile nos totens antigos era vertical (figura 26) e a mão também deveria ser posicionada da mesma maneira, fazendo com que o sangue não consiga circular na ponta dos dedos e prejudique a sensibilidade e consequentemente a leitura. Foram os residentes com deficiência visual que alertaram sobre a situação e, por isso, a maioria dos totens foi modificada (figura 27).

Figura 26: Totem antigo

Foto: CATELLI, 2013.

[24] Transtornos mentais não são considerados deficiência. Entretanto, a equipe do museu sentiu necessidade de abordar e se aproximar do assunto.

Figura 27: Totem reformulado

Foto: CATELLI, 2013.

Também há uma maquete tátil do Pacaembu (figura 28) – que não está protegida por vidro, além de outros materiais táteis (figura 29 e 30) na maioria das salas do museu.

Figura 28: Maquete tátil do Estádio do Pacaembú e entorno

Foto: CATELLI, 2013.

Figura 29: Exemplos de materiais táteis disponibilizados pelo museu

Foto: CATELLI, 2013.

Figura 30: Adaptação das jogadas em resina

Foto: CATELLI, 2013.

De acordo com Sandell (2003), os museus, quando preparados para atender as especificidades das pessoas com deficiência, podem representar um aumento da autoestima, criatividade e autoconfiança dessas pessoas. Ao reconhecer seu potencial e possível impacto em relação às desvantagens, discriminação e desigualdades sociais, o museu pode promover a inclusão social.

> Entretanto, ainda hoje poucas pessoas com deficiência frequentam os lugares de cultura, porque não sabem se ali poderão ser bem acolhidas. Apesar da maior conscientização em relação a essa demanda, alguns desses locais ainda não proporcionam o sentimento de pertencimento ou identidade e não asseguram a apropriação dos bens culturais por alguém que possua uma deficiência ou mobilidade reduzida. (COHEN *et. al.*, 2012, p. 22*)*

Apenas em 2003, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) editou sua primeira instrução normativa para tentar se adequar às legislações federais para estabelecer critérios, métodos e instrumentos de análise com o objetivo de avaliar as condições de acessibilidade dos bens culturais, elaborar diagnósticos, implementar projetos de intervenção e formular programas.

> As soluções adotadas para a eliminação, redução ou superação de barreiras na promoção da acessibilidade aos bens culturais imóveis devem compatibilizar-se com a sua preservação e, em cada caso específico, assegurar condições de acesso, de trânsito, de orientação e de comunicação, facilitando a utilização desses bens e a compreensão de seus acervos para todo o público [...]. (IPHAN, 2003, p. 01).

Entretanto, observa-se que muitos museus adequaram sua estrutura física, mas seu acervo ainda não pode ser compreendido e não está acessível para todos os públicos – especialmente as pessoas com deficiência visual, que não podem tocar a grande maioria das obras, são prejudicadas quando se trata na apreensão de informação e experiência estética.

> O tato é considerado pelos museus como um vilão, pelos prejuízos à conservação de acervo materiais. Essa afirmação é comprovada por importantes pesquisas, as quais também apontam que alguns materiais apresentam bastante resistência ao manuseio. As conclusões e considerações dessas pesquisas poderiam nortear a criação de programas de acesso tátil às obras e objetos de alta resistência física, como já acontece em museus que seguem políticas públicas ou institucionais de acesso. Na França, por exemplo, a política pública de inclusão cultural, oferece uma licença às pessoas com deficiências visuais de permissão para tocar em obras de arte e monumentos históricos instalados em locais públicos. (SARRAF, 2008, p. 29)

A Cartografia Tátil, assim como as demais representações gráficas táteis, possui um grande potencial para que a pessoa compreenda de forma efetiva o espaço ou uma obra de arte. Mais do que disponibilizá-las, é necessário refletir acerca da forma que esses lugares contribuem para que as pessoas, independente de uma deficiência ou não, aprendam a conviver com as demais.

Inserir a discussão referente à inclusão e buscar cada vez mais técnicas e metodologias para a inserção de recursos adaptados em todos os espaços públicos é um passo para essa convivência. Não adianta elaborar um lindo mapa tátil que não está acessível, pois “pode quebrar” ou ainda não é utilizado porque o público não aprendeu acerca de determinados elementos na escola. As representações gráficas táteis, audiotáteis, as descrições em LIBRAS e demais ações devem fazer parte do cotidiano da população, buscando muito mais do que a inclusão das pessoas com deficiência, mas a inclusão social no seu sentido mais amplo.

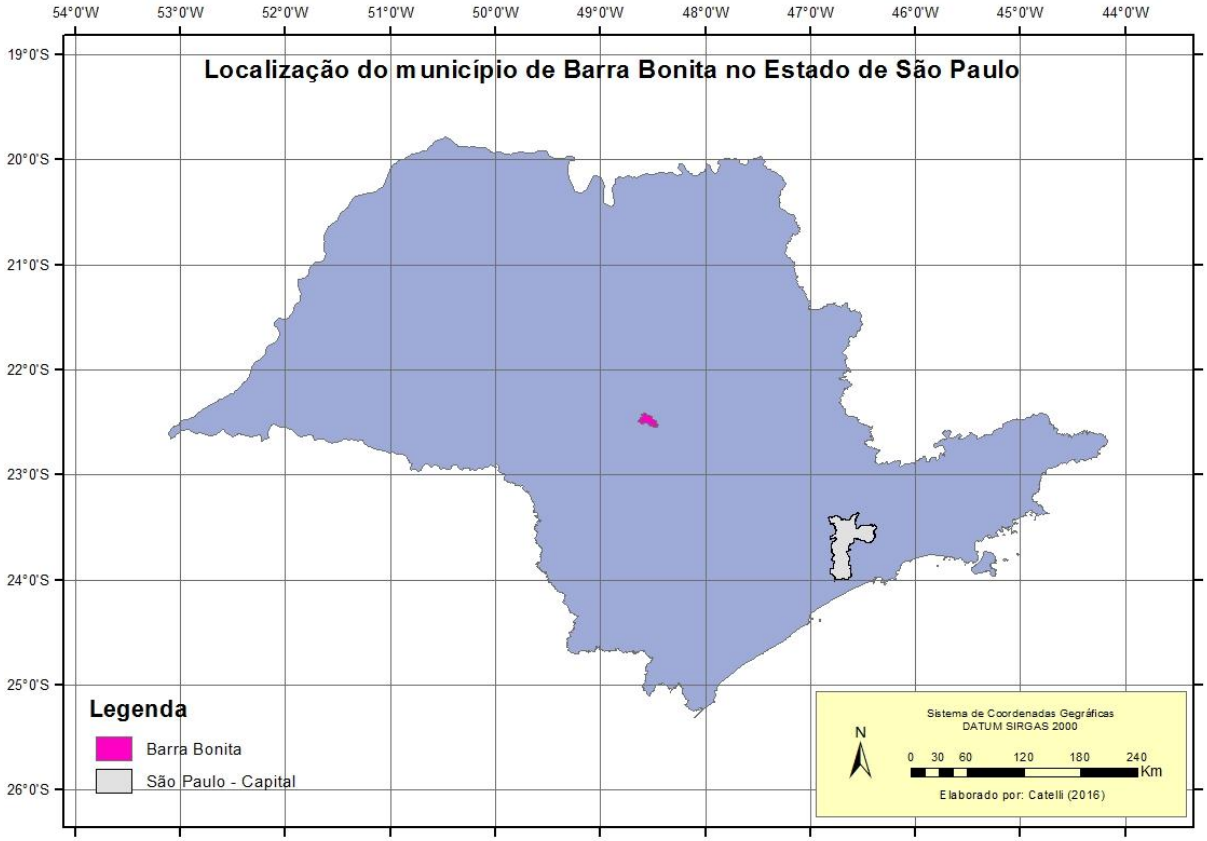
4. UMA EXPERIÊNCIA PARA INCLUIR

Neste capítulo se discutirá a parte prática da pesquisa que foi realizada por meio de três visitas técnicas no Museu Histórico Municipal – "Luiz Saffi", em Barra Bonita – SP e a elaboração de materiais cartográficos táteis referentes ao museu. A cidade foi escolhida pelo fato da pesquisadora ter contato prévio com a responsável do museu e pessoas com deficiência.

4.1 BARRA BONITA COMO ÁREA DE ESTUDO

A Estância Turística de Barra Bonita está localizada no centro-oeste paulista (22º29'41"S; 48º33'29"W) e de acordo com o Censo de 2010 a população total era de 35.246 pessoas e uma área de 150,121 km². A figura 31 apresenta o munícipio de Barra Bonita no Estado de São Paulo.

Figura 31: Mapa de localização de Barra Bonita/SP



A região foi desbravada por bandeirantes que exploravam o rio Tietê rumo ao oeste no século XIX. O nome Barra Bonita surgiu devido a um pequeno porto para embarcações

instalado pelos bandeirantes, formando uma barra, muito bonita, devido à vegetação densa e a disponibilidade de água apropriada ao consumo.

A colonização efetiva começou a ocorrer por volta de 1883 ou 1886, quando o Coronel José de Salles Leme (Nhonhô de Salles) começou o desmatamento da área para o cultivo de café e criação de gado, atraindo muitos imigrantes italianos. Inicialmente, Barra Bonita era distrito de Jaú (Lei Estadual nº 459, de 26 de novembro de 1896), posteriormente foi elevada a categoria de vila (Lei Estadual nº 1038, de 19 de dezembro de 1906) e se tornou município (Lei Estadual nº 1338, de 14 de dezembro de 1912) desmembrando-se de Jaú. A instalação do munícipio efetivou-se no dia 08 de março de 1913.

Em 1964, o prefeito da cidade (Clodoaldo Antonângelo, conhecido como Doutor Tatinho) investiu na ideia de aproveitar as margens do rio Tietê para atividades de lazer e turismo. É importante relembrar que no início do século XX, as viagens eram consideradas "coisas da elite" e a ideia não foi valorizada pela maioria dos munícipes. Entretanto, a cidade começou a ganhar fama no interior paulista devido às obras públicas e investimentos para o turismo, atraindo turistas e novas perspectivas para o município.

Portanto, em 28 de junho de 1967, a cidade foi integrada no roteiro turístico do Estado de São Paulo, o que ajudou a aumentar o fluxo de visitantes. Finalmente, por meio da Lei Estadual nº 2109 de 14 de setembro de 1979, a cidade se tornou uma Estância Turística.

O título de Estância Turística do Estado de São Paulo é concebido para cidades que cumprem determinados pré-requisitos, como: condições de lazer, recreação, recursos naturais e culturais específicos. Atualmente, as estâncias recebem recursos do DADE (Departamento de Apoio ao Desenvolvimento às Estâncias) para investimento em infraestrutura e promoção do turismo.

Os principais atrativos turísticos da cidade são: Ponte Campo Salles, passeios de lanchas e barcos no Rio Tietê, Usina Hidrelétrica e Eclusa José Bonifácio Soares, Museu Histórico Municipal – Luiz Saffi, além das praças e jardins.

> Os atrativos turísticos exercem papel fundamental para o desenvolvimento do turismo receptivo, uma vez que compõem a oferta turística diferencial de uma localidade, ou seja, são os principais responsáveis pela atratividade das regiões turísticas, que geram os fluxos turísticos. A qualidade da oferta desses atrativos impacta diretamente no posicionamento do destino no mercado turístico. (SEBRAE, s. d., p. 07)

Segundo o Censo de 2010, Barra Bonita tem 10.591 pessoas com algum tipo de deficiência, ou seja, 30,04% da população.

Quadro 9: Quantidade de pessoas com deficiência em Barra Bonita - SP

Deficiência visual	76 não conseguem enxergar de modo algum (cegos); 1.105 com grande dificuldade; 4.856 com alguma dificuldade. (Total de 6.037 pessoas)
Deficiência motora	170 não conseguem de modo algum; 856 com grande dificuldade; 1.519 com alguma dificuldade. (Total de 2.545 pessoas)
Deficiência auditiva	69 não conseguem de modo algum; 336 com grande dificuldade; 1.151 com alguma dificuldade. (Total de 1.556 pessoas)
Deficiência intelectual/mental	453 pessoas

Fonte: IBGE, 2010.
Organizado pela autora

Devido a uma experiência pessoal vivida em 2013 em um museu da cidade de São Paulo (CATELLI, 2014), a pesquisadora notou o potencial do Museu da cidade de Barra Bonita para ser um espaço inclusivo que possibilite a convivência entre pessoas com e sem deficiência.

O Museu Histórico Municipal “Luiz Saffi” foi idealizado por um pequeno grupo de munícipes e inaugurado em dezembro de 1988. Ele foi instalado no prédio que abrigou a antiga estação da Estrada de Ferro Barra Bonita (1929) e, posteriormente, a primeira rádio emissora da cidade (1967).

Há 323 objetos permanentes na exposição, além de uma hemeroteca com exemplares de 1914 até os dias atuais e 1468 documentos fotográficos. O acervo foi doado pela própria comunidade e é direcionado a (re)lembrar a história da cidade. O museu é aberto ao público as quintas e sextas-feiras das 07h às 11h e das 13h às 17h. Já aos sábados, domingos e feriados das 08h às 17h. A entrada é gratuita.

Ele está localizado em um espaço de destaque: próximo a orla turística e as margens do Rio Tietê. Apesar de estar localizado de forma que a visita de turistas e munícipes seja facilitada, o museu e seu entorno não estão acessíveis a todos.

Foram realizadas três visitas técnicas, com diferentes objetivos – como se pode observar no quadro 10:

Quadro 10: Visitas técnicas no Museu Histórico Municipal Luiz Saffi (Barra Bonita – SP) e seus objetivos

Visitas técnicas	**Objetivos**
Primeira visita técnica	Analisar o espaço do museu e os objetos que podem ser tocados pelas pessoas com deficiência visual.
Segunda visita técnica	Fazer a visita acompanhada por uma pessoa com deficiência visual a fim de escolher os objetos mais interessantes e fazer uma comparação com a visita com e sem materiais táteis sobre o museu.
Terceira visita técnica	Realizar a visita com pessoas com deficiência visual e sem deficiência, promovendo a convivência e a sensibilização, além de analisar as representações gráficas táteis produzidos para esta pesquisa.

Elaborado pela autora

4.2 PRIMEIRA VISITA TÉCNICA

A primeira visita técnica ao Museu Histórico Municipal – Luiz Saffi foi realizada no dia 12 de junho de 2015 a fim de observar o entorno, o prédio do museu (figura 32) e seu acervo e analisar quais objetos poderiam ser tocados pelas pessoas com deficiência visual, priorizando a segurança da pessoa e a resistência do objeto ao toque.

Figura 32: Museu Histórico Municipal Luiz Saffi e entorno

Foto: CATELLI, 2015.

Por ser um prédio de 1929 e historicamente não haver preocupação em atender as pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, há apenas escadas para o acesso à entrada principal do museu (figura 33), à entrada secundária (figura 34) e ao segundo andar do prédio (figuras 35 e 36).

Figura 33: Acesso principal ao prédio do museu

Foto: CATELLI, 2015.

Figura 34: Acesso secundário ao prédio do Museu

Foto: CATELLI, 2015.

As escadas fazem com que as pessoas com deficiência física, cadeira de rodas e mobilidade reduzida tenham o acesso dificultado ou impossibilitado.

Entretanto, as barreiras arquitetônicas, que, diga-se de passagem, foram projetadas pelo próprio homem, dificultam a interação entre sujeito e espaço, prejudicando a convivência entre as próprias pessoas e destas com o meio.

Figura 35: Placa indicativa para acesso ao segundo andar do museu

Foto: CATELLI, 2015.

Outro problema é pensar que a acessibilidade plena será atingida com rampas. É necessário ir além e pensar nas outras deficiências. Por exemplo, no caso das pessoas com deficiência visual, apesar de já ser lei em alguns munícipios e estar sendo discutido em âmbito nacional, nenhum bar/lanchonete/restaurante de Barra Bonita possui cardápio em braile.

Figura 36: Escadas: único acesso ao segundo andar do museu

Foto: CATELLI, 2015.

Durante a primeira visita técnica também foi possível selecionar, juntamente com a responsável pelo museu, os objetos do museu que poderiam ser tocados pelas pessoas com deficiência visual. O principal critério estabelecido foi a segurança da pessoa, portanto, objetos como uma navalha, que já está protegido por vidro, não poderão ser tocados.

A figura 37 apresenta uma visão geral dos objetos de uma sala do museu. É possível observar algumas placas informativas sobre os objetos, quem os doou e o ano da doação. Na figura 38, observam-se diferentes modelos de ferro de passar e chaleiras em detalhe.

Figura 37: Alguns objetos do museu

Foto: CATELLI, 2015.

Figura 38: Em cada item há uma placa informativa sobre o que é o objeto, ano e quem fez a doação.

Foto: CATELLI, 2015

Na figura 39 é possível observar parcialmente o segundo andar do museu e na figura 40, a vista parcial do andar térreo.

Figura 39: Vista parcial do segundo andar

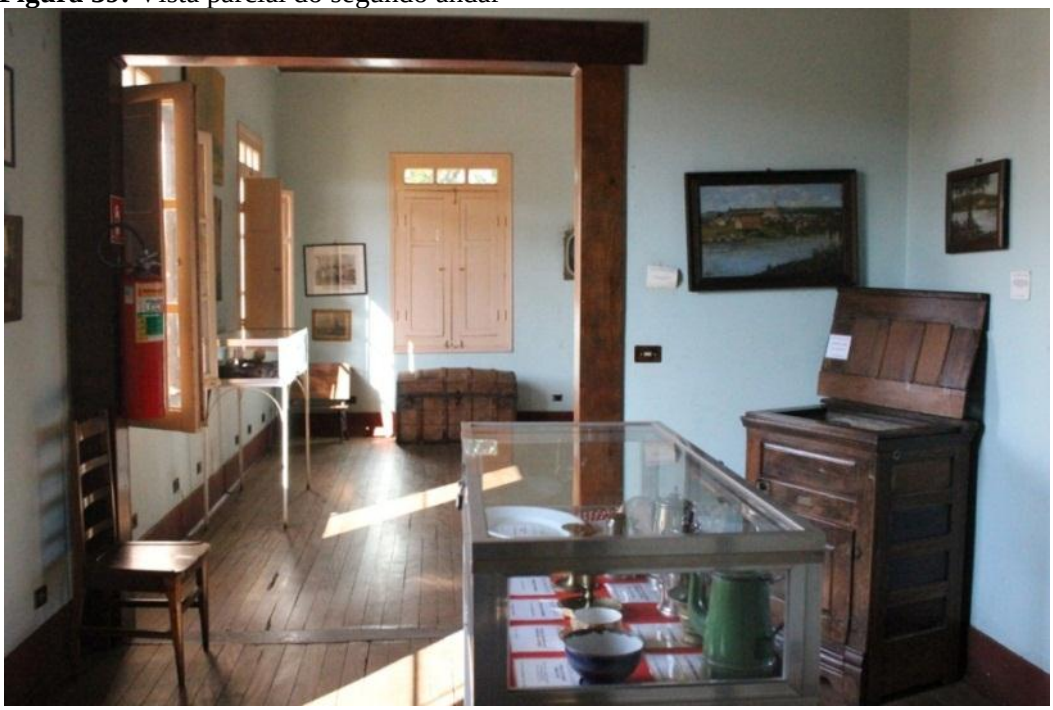


Foto: CATELLI, 2015.

Figura 40: Vista parcial do andar inferior

Foto: CATELLI, 2015.

A primeira visita alcançou seu objetivo: analisar o museu e definir quais objetos poderão ser tocados pelas pessoas com deficiência visual. A responsável pelo museu autorizou o toque na maioria deles, menos nos frágeis ou que podem ser cortantes.

4.3 SEGUNDA VISITA TÉCNICA

A segunda visita técnica ao museu foi realizada no dia 25 de junho de 2015 e foi acompanhada por Eduardo, 21 anos, morador da cidade, estudante de Serviço Social e que ficou cego aos 9 anos de idade devido a um descolamento da retina.

Um dos princípios da pesquisa é o lema difundido internacionalmente "Nada sobre Nós sem Nós", portanto, contou com Eduardo, que já havia participado da pesquisa da autora anteriormente (CATELLI, 2014). Ele fez com que vários elementos nos objetos, que haviam passado despercebidos na primeira visita técnica, fossem notados, como, por exemplo, pequenas gavetas. Como já acordado anteriormente com a responsável pelo museu, Eduardo pode tocar vários objetos (figura 41, 42, 43, 44, 45). Na figura 41, Eduardo está tocando um toca-discos.

Figura 41: Eduardo tocando os objetos

Foto: CATELLI, 2015.

Em geral, ele estava bem animado e curioso com a visita porque há algum tempo não visitava o museu e quando visitava não podia tocar os objetos. Na maioria dos objetos, por datarem do século XIX e XX, Eduardo teve que perguntar o que era e queria compreender seu funcionamento. Entretanto, é importante ressaltar que a visita pode ocorrer de maneira autônoma. Por isso, a pesquisadora, a responsável pelo museu e Eduardo se reuniram para discutir algumas iniciativas que poderiam ser tomadas, como, por exemplo, deixar objetos

menores em uma altura que as pessoas possam tocá-los, pois alguns passaram despercebidos. Na figura 42, Eduardo precisa agachar para compreender o piano em sua totalidade.

Figura 42: Eduardo agachado para compreender o objeto

Foto: CATELLI, 2015.

Um dos pontos ressaltados por Eduardo foi a necessidade de agachar (figura 42) ou ter que erguer as mãos (figura 43 e 44) para compreender a totalidade de alguns objetos. Isso pode dificultar a compreensão de algumas pessoas que não conseguirão tocar o objeto inteiro. Todavia, alguns objetos, como os da figura 44, podem ser colocados em outro lugar e a pessoa não precisará erguer as mãos para tocá-los.

Na figura 43, Eduardo ergue as mãos para entender o objeto. Uma pessoa mais baixa, por exemplo, não conseguiria alcançar a parte de cima.

Figura 43: Eduardo erguendo a mão para tocar o objeto

Foto: CATELLI, 2015.

Na figura 44, Eduardo está tocando um toca-discos. Entretanto, a pesquisadora teve que alertar da presença desses objetos em cima da televisão.

Figura 44: Eduardo tocando um toca-discos

Foto: CATELLI, 2015.

No museu há diversas placas onde está escrito “é proibido tocar nos objetos”. Entretanto, foi autorizado que Eduardo os tocasse, como observado na figura 45.

Figura 45: Um aviso de “é proibido tocar nos objetos”

Foto: CATELLI, 2015.

Inicialmente, foi discutido entre o trio acerca do entorno do museu, não há qualquer sinalização tátil que pode guiar a pessoa até a entrada. Eduardo sugeriu uma planta tátil logo na entrada, facilitando a orientação e mobilidade das pessoas com deficiência visual dentro do ambiente.

Ele também sugeriu que os mapas táteis (mapa localizando Barra Bonita no Estado de São Paulo e mapa de localização dos principais atrativos turísticos da cidade) da pesquisa anterior (Catelli, 2014) ficassem disponíveis no museu, sendo um atrativo a mais. E para que a pessoa não precisasse perguntar o que são todos os objetos, os três concordaram que a melhor solução é colocar números em braile e ampliados em cada um e em um caderno, também em letras ampliadas e braile, fornecer informações básicas sobre eles.

4.4 REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS TÁTEIS ELABORADAS PARA A PESQUISA

Para a pesquisa, foi necessário encontrar as bases cartográficas referentes ao Museu Histórico Municipal – “Luiz Saffi” de Barra Bonita - SP para ser possível a elaboração da versão tátil. A figura 46 apresenta a fachada tátil do Museu.

Figura 46: Fachada Tátil do Museu

Elaborado pela autora, 2015.
Foto da autora

O Departamento de Engenharia da cidade foi consultado e depois de algumas tentativas foram encontradas as bases (fachada principal, fachada lateral, planta do piso inferior e planta do piso superior) que estavam em papel vegetal. Foi permitido que a pesquisadora levasse as bases para fazer uma cópia.

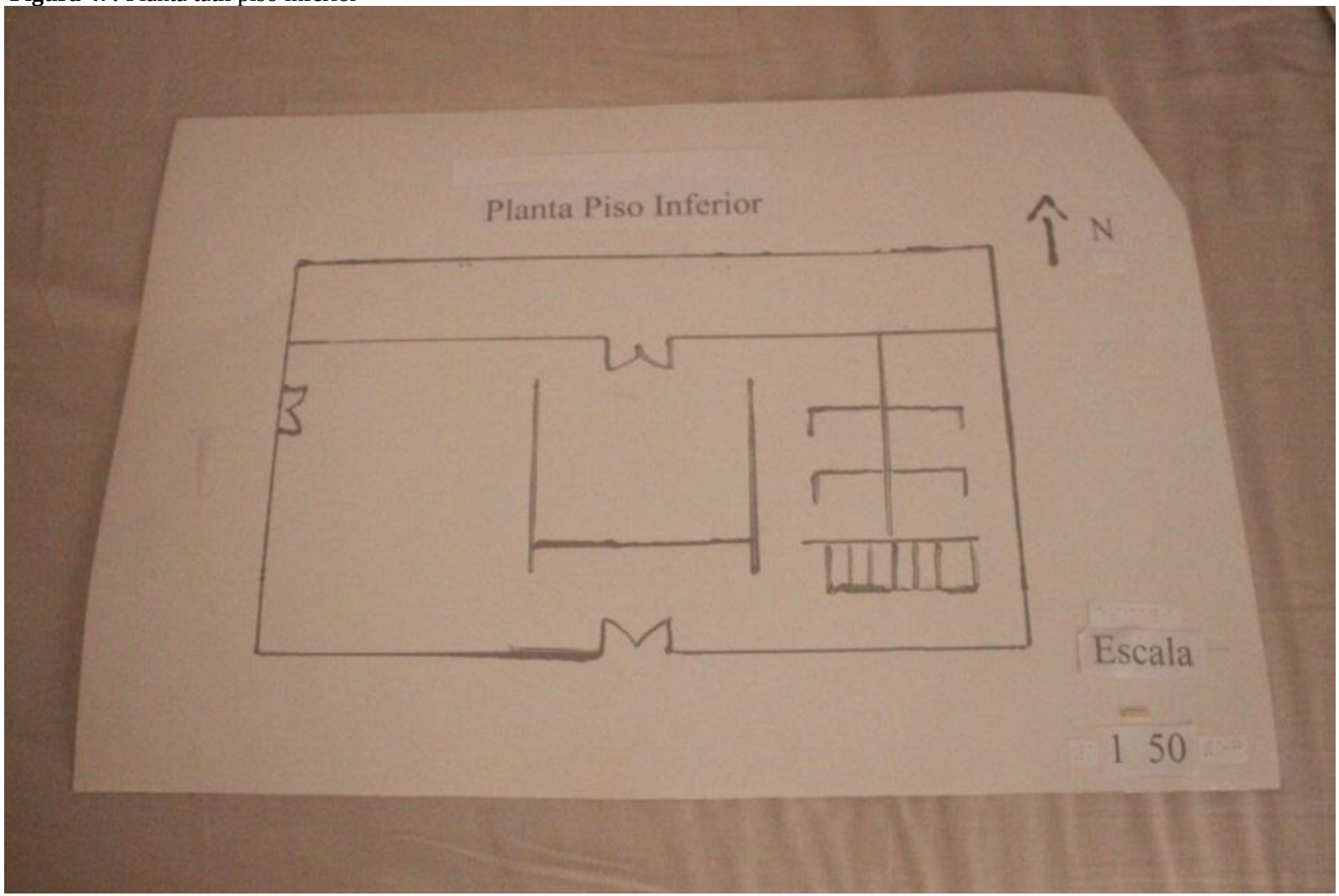
Foi utilizado outro papel vegetal para fazer a cópia. Nesse estágio, as simplificações, principalmente de linhas que estavam agrupadas, foram feitas. Depois das cópias feitas, foi utilizado um papel carbono para passar as plantas e o desenho da fachada em uma folha de papel colorset branca.

Posteriormente, foi usada tinta 3D da marca Acrilex®. Durante o processo de elaboração, a tinta manchou várias vezes o papel. Também por depender da pressão exercida, alguns pontos estão com mais tinta do que outros.

A técnica com a tinta tridimensional é simples, barata e feita artesanalmente. Os materiais necessários para a elaboração foram: papel vegetal, papel colorset branco, papel carbono, fita adesiva, lápis, régua e a tinta 3D da cor cinza. As informações em braile foram feitas por Eduardo com uma reglete.

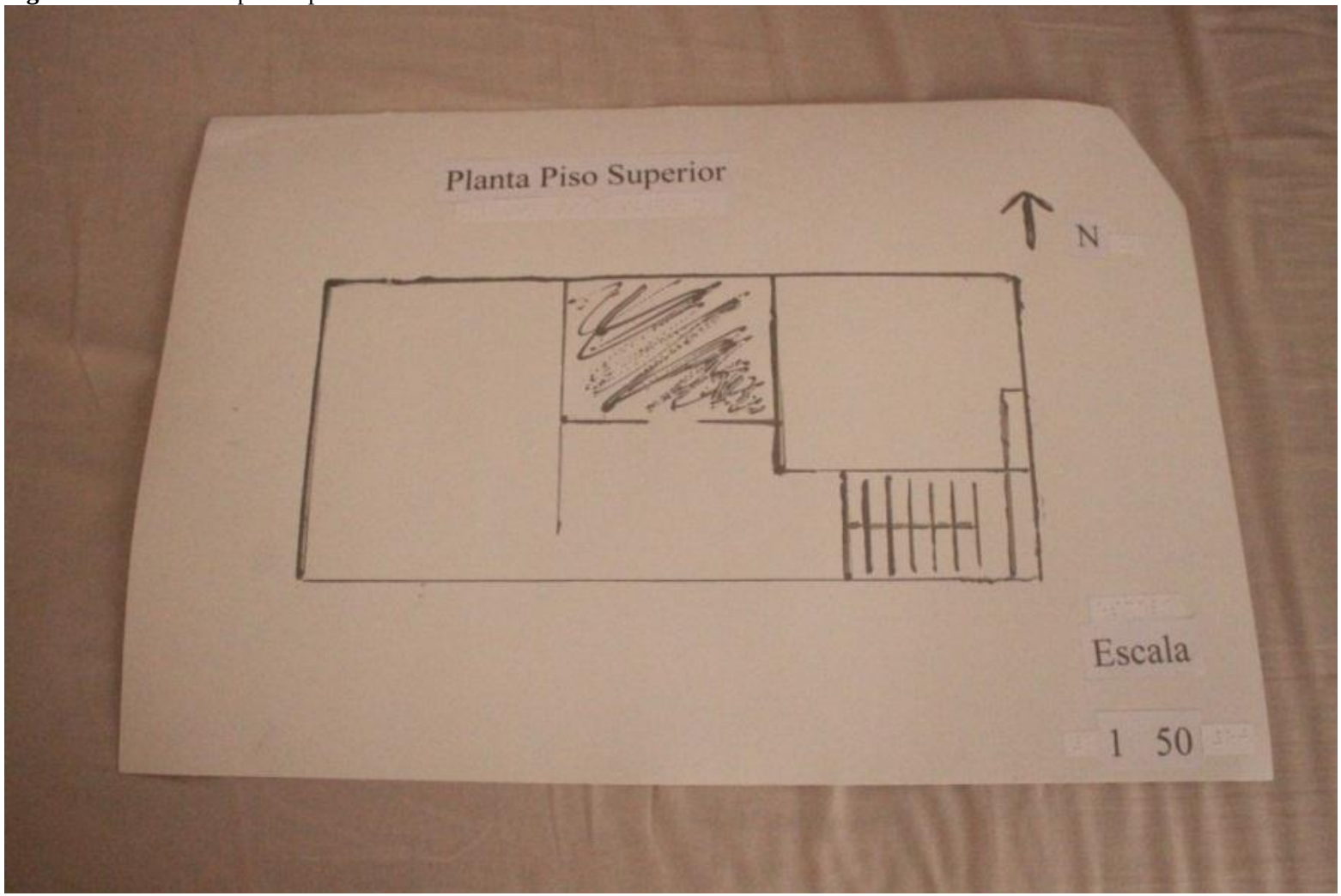
O material se mostrou funcional durante o teste com duas pessoas com deficiência visual e também pode ser usado por pessoas sem deficiência. A figura 47 apresenta a planta do piso inferior na versão tátil. A figura 48 observa-se a planta do piso superior na versão tátil e na figura 49 a disposição dos materiais que serão tocados na sala de aplicação.

Figura 47: Planta tátil piso inferior



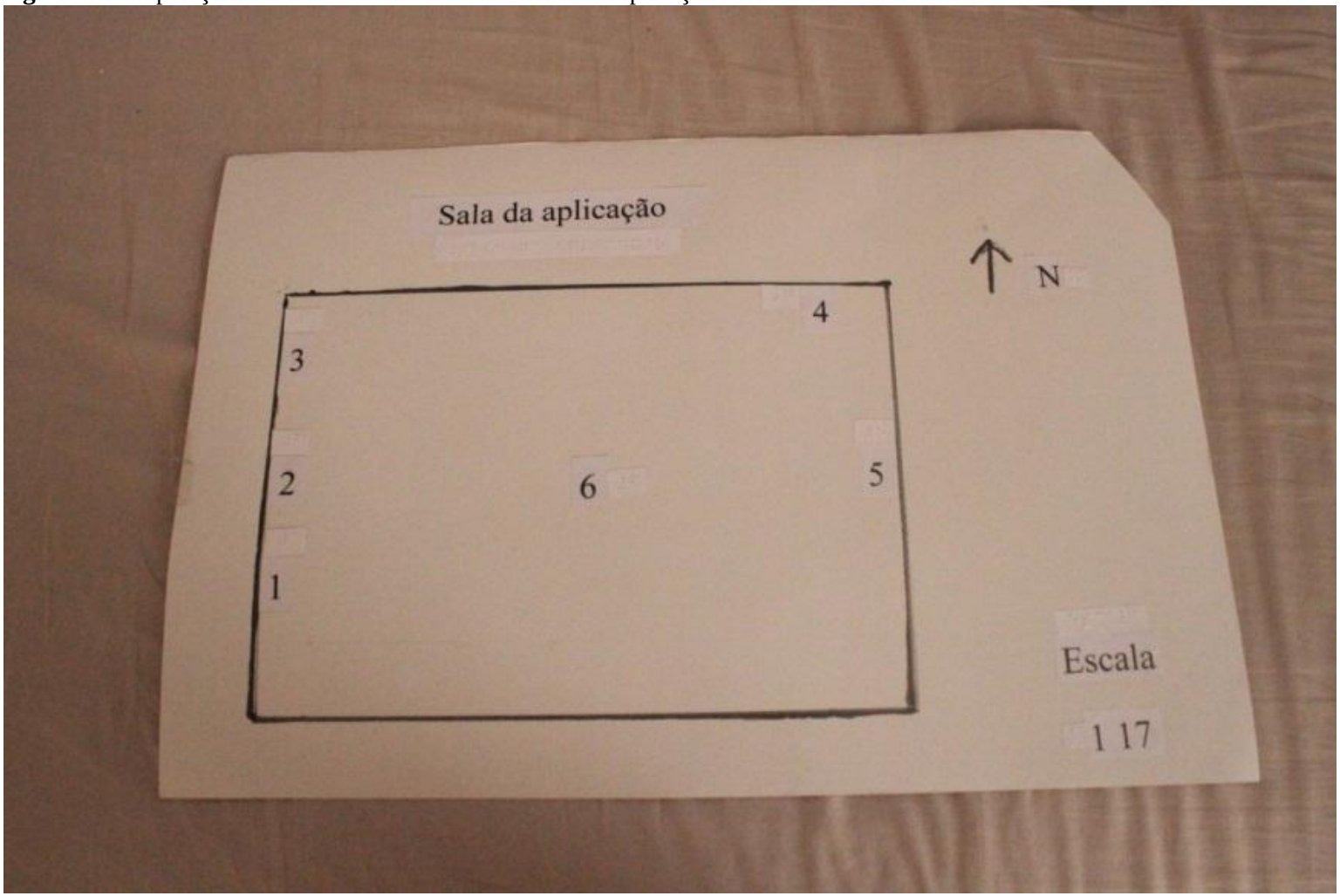
Elaborado pela autora, 2015.
Foto da autora

Figura 48: Planta tátil piso superior



Elaborado pela autora, 2015.
Foto da autora

Figura 49: Disposição dos materiais na sala onde ocorreu a aplicação



Elaborado pela autora, 2015.
Foto da autora

4.5 TERCEIRA VISITA TÉCNICA E APLICAÇÃO DOS MATERIAIS CARTOGRÁFICOS TÁTEIS

A terceira visita aconteceu no dia 10 de outubro de 2015, às 10 horas. Estavam presentes duas pessoas com deficiência visual, um professor de História/Geografia, três de seus alunos sem deficiência e a curadora do museu.

Inicialmente, foram convidadas quatro pessoas com deficiência, sendo duas delas de Jaú – SP. Como choveu muito no dia anterior e no início da manhã, elas não puderam comparecer. As duas pessoas com deficiência já haviam participado da pesquisa de Catelli (2014). Já as três pessoas sem deficiência, que foram convidadas pelo professor por serem alunos participativos, não conheciam a pesquisadora, fazendo com que não houvesse nenhum tipo de interferência nas respostas.

Eduardo também participou da terceira visita juntamente com Fábio, que perdeu a visão com 19 anos devido a um descolamento de retina e mora em Igaraçu do Tietê - SP. Portanto, as duas pessoas com deficiência visual que participaram da visita, eram cegas com a deficiência adquirida e possuíam memória visual. Como a deficiência visual é complexa, essas informações são essenciais para o resultado do trabalho. Se ao invés dessas duas pessoas, estivessem presentes dois cegos congênitos, os resultados seriam diferentes.

Na figura 50, a responsável pelo museu está explicando o funcionamento da prensa para a fabricação de telhas.

Figura 50: Explicação sobre a prensa

Foto: FERREIRA, 2015.

Inicialmente as pessoas com deficiência visitaram uma sala sem a ajuda da pesquisadora e curadora e tocaram os materiais. Posteriormente, ela interviu e começou explicar sobre os objetos que eles estavam tocando. Os três alunos se juntaram para ouvir a explicação referente ao funcionamento de uma prensa de telha. Durante a explicação, ela foi guiando a mão das pessoas com deficiência e isso possibilitou que eles compreendessem o processo de fabricação da telha.

A pesquisadora apresentou os materiais táteis na seguinte sequência: fachada do museu, planta baixa do piso inferior, planta baixa do piso superior, sala da aplicação da pesquisa. Na figura 51 observa-se Eduardo e Fábio conhecendo os materiais elaborados pela pesquisadora.

Figura 51: Pessoas com deficiência visual tocando os materiais táteis

Foto: FERREIRA, 2015.

De acordo com os colaboradores, os materiais estavam compreensíveis e foram fundamentais para a melhor compreensão do espaço do museu. Algo interessante a citar é que eles não tinham ideia que o prédio tinha várias janelas e isso foi possibilitado com o toque no material.

Depois, todos foram para a sala que foi escolhida para tocarem os objetos e as duas pessoas com deficiência visual receberam uma folha que continha a identificação de cada material em braile. Os três estudantes sem deficiência foram vendados e os cinco participaram juntos (figura 52).

Figura 52: Pessoas com e sem deficiência tocando os mesmos materiais

Foto: FERREIRA, 2015.

A curadora do museu ajudou as pessoas sem deficiência, orientando o toque nos objetos e explicando sobre cada um deles (figura 53).

Figura 53: Atividade para sensibilização e interação

Foto: FERREIRA, 2015.

Após o toque, aconteceu uma entrevista em forma de bate-papo com todos os envolvidos na pesquisa. As perguntas partiram da pesquisadora, da curadora do museu e das pessoas com deficiência visual, que estavam curiosas para saber como foi a experiência das pessoas sem deficiência, como observado na figura 54.

Figura 54: Entrevista ao final do encontro

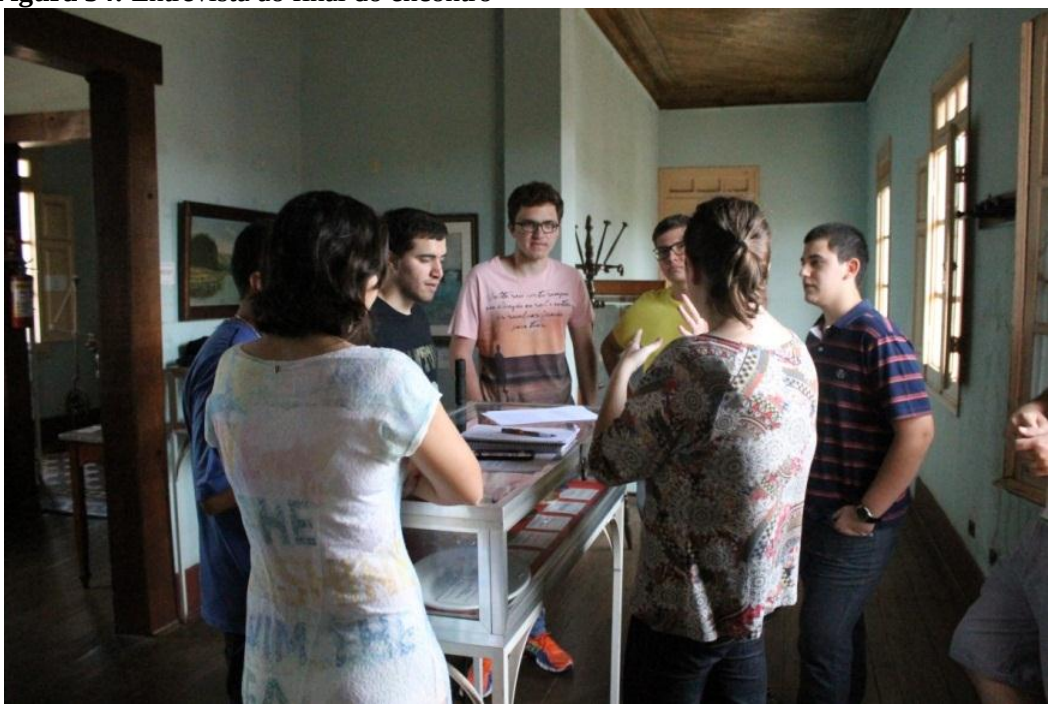


Foto: FERREIRA, 2015.

A pesquisadora perguntou "Se tivesse, assim, lugares, tanto dentro da própria cidade ou em outros lugares, tipo, "ah, eu sei que o museu de tal lugar tem braile, etc.", isso motivaria a ir nesse lugar para conhecer?" e o Eduardo deu a seguinte resposta:

> Você diz se tiver acessibilidade? Pra mim sim, eu gosto de conhecer as coisas, mas tenho receio de ir por não estar informado, às vezes o lugar tem acessibilidade, mas não falam que tem e passa batido também. Tem a divulgação que é muito pouco e a maioria dos lugares não tem, e isso desmotiva bastante você ir porque você vai se sentir excluído ou você vai se sentir naquele de você vai chegar lá, ficar pedindo, procurar e me virar pra se sentir integrado.

Fábio incrementou: "Sabe o que acontece? Tem muitas pessoas que enxergam que pensam que acessibilidade é uma rampa e um corrimão e só". Depois ele comentou sobre o passeio realizado com a pesquisadora em uma embarcação de Barra Bonita - SP (Catelli,

2014) e de como os outros sentidos são importantes para a compreensão do ambiente e como a música alta atrapalhou o passeio e a sua percepção.

Também foi discutido por todos sobre a importância em demasia que a sociedade dá para a visão, e como isso pode deixar as pessoas "preguiçosas", pois apenas olhar já é suficiente – mas, muitas vezes, o olhar não basta, é necessário sentir e descobrir através dos demais sentidos.

Questionado por Eduardo, um dos meninos sem deficiência falou que o objeto foi bem diferente do que eles estavam imaginando. Em suas palavras: "Eu acho que como a gente não tem como ver a gente acaba fugindo pra outros meios de perceber e ai acaba descobrindo coisas novas. Na hora de tocar eu tinha pensado que era um telefone e um toca-discos, depois eu descobri que os dois eram rádios". Já outro disse "Na hora de colocar a venda e começar a caminhar, fica meio perdido, né?".

O museu é um instrumento de comunicação e todos concordaram que um projeto de acessibilidade é válido para a cidade e acabaria atraindo um público maior, inclusive através da divulgação "boca-a-boca" entre as próprias pessoas.

Posteriormente, foi perguntado para o professor se durante o curso de História ele teve algo sobre inclusão de pessoas com deficiência na sala de aula. Ele contou que tinha uma colega cega no curso e havia poucos recursos para ela, mas que, em geral, a sala se sensibilizou para o assunto.

Em geral, as pessoas com deficiência e a responsável pelo museu comentaram que para haver acessibilidade, é necessário também sensibilidade e a capacidade de se colocar no lugar do outro. Também falta uma preocupação efetiva do poder público, que só faz coisas para pessoas com deficiência porque está "na lei".

O material tátil foi feito basicamente com papel cartão e tinta tridimensional. Para um material que ficaria disponível no museu, o ideal seria um material mais resistente. Entretanto, o museu não tem espaço físico suficiente para mapas com totens, iguais aos vistos em bancos. Materiais em *thermoform*, que fiquem em um lugar de fácil acesso, pode ser uma alternativa viável.

Eduardo, que participou da segunda e terceira visitas, disse que a presença dos materiais táteis e a ajuda da responsável pelo museu foram essenciais para a melhor compreensão dos objetos do museu. Como muitos objetos são antigos, uma visita sem apoio nenhum dificulta o entendimento.

Para o Museu Histórico Municipal – "Luiz Saffi", as pessoas envolvidas na pesquisa concordaram que o ideal seria ter materiais táteis disponíveis sobre o museu, juntamente com um catálogo com a descrição dos objetos e uma breve história e descrição do prédio do museu em braile. Como não há piso tátil, seria importante ter algum acompanhante para mostrar os objetos que poderiam ser tocados e explicá-los com mais detalhes. A ajuda da responsável pelo museu foi essencial para uma experiência mais completa. É importante ressaltar que muitas pessoas com deficiência visual não são alfabetizadas em braile e que nesses casos o catálogo não seria funcional.

A terceira visita técnica possibilitou a convivência e troca de conhecimentos entre pessoas com e sem deficiência. A responsável pelo museu disse que aprendeu muito com a experiência e que se sente mais preparada para receber esse público no museu.

Eduardo e Fábio, que já haviam participado da pesquisa anterior (Catelli, 2014) com a aplicação de mapas táteis sobre Barra Bonita – SP realizada durante um passeio no navio, disseram que acharam essa pesquisa mais interessante porque puderam aprender a história e cultura da cidade, sendo algo significativo em suas vidas.

Buscando uma ação efetiva por parte do poder público, a pesquisadora marcou uma reunião com o prefeito de Barra Bonita, Guilherme Belarmino do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no dia 04 de fevereiro de 2016. Entretanto, ele não pode comparecer e esta foi realizada por Marcelo Di Muzio, secretário municipal de Relações Institucionais e foi acompanhada por Eduardo.

Inicialmente, foi contado sobre o projeto e os resultados alcançados no museu e depois foi questionado o que o poder público estava fazendo para a inclusão de pessoas com deficiência na cidade e o secretário não soube responder e disse que marcaria uma reunião com o prefeito e os secretários de turismo e cultura, educação e engenharia para a pesquisadora apresentar o projeto e sanar eventuais dúvidas.

Para ter outros pontos de vista sobre essa questão, a pesquisadora perguntou em quatro diferentes grupos sobre a cidade na rede social Facebook©: "Gostaria de saber, na opinião de vocês, se vocês acham que alguma mudança efetiva foi feita para a inclusão de pessoas com deficiência (todo tipo de deficiência) na cidade (em diversas áreas, turismo e lazer, educação, saúde, mobilidade urbana) durante a gestão atual". Segue algumas respostas[25]:

[25] Algumas palavras foram modificadas para a melhor compreensão do texto, sem alteração em sua essência.

> Definitivamente, não... Tipo, até pode vir alguém e dizer que fez um negócio ali, comprou sei lá, um ônibus para a Andorinha com elevador e coisa do tipo e bla bla bla. Mas na boa, algo desse tipo não trás mudança efetiva na vida de ninguém que tem deficiência. Diminui alguns constrangimentos, mas não muda a vida. Tipo, não inclui, não gera autonomia daquele indivíduo. A gestão atual não fez nada além daquilo de que é a obrigação da prefeitura, aliás está abaixo da obrigação. Como obrigação, aquilo que se espera do poder público faltou e faltou e muito. A cidade há muito tempo, não só na gestão atual não, mas nas anteriores também. Enquanto ao tema inclusão, acessibilidade Barra Bonita está em um déficit gigante com nós, população deficiente. Na real, é o mais puro descaso conosco, desde sempre. (Eduardo, cego).

> Olha, infelizmente não tenho opinião positiva em relação às áreas citadas por você aí, nossa Cidade não progrediu nada. Turismo e lazer: em nossa orla turística o que tem além de uma meia dúzia de rampas e vagas de estacionamento prioritário? Nada! Isso quando não estão todos ocupados por condutores indevidos, isso acontece por falta de fiscalização! Quando acontece um evento na Cidade não se preocupam com lugares ou acesso para nossa classe (Portadores de Necessidades Especiais), não existe um piso tátil, um sinal sonoro ou alguma sinalização em braile para facilitar o cidadão com algum tipo de deficiência a circular pela cidade, sem falar nas calçadas, que já existe na Lei Brasileira de Inclusão (LBI) a obrigação dos Estados e Municípios a padronizar as calçadas de acordo com a Lei, facilitando o deslocamento dos Portadores de Necessidades Especiais. Saúde: Não tem condução adaptada disponível, fala-se de um micro-ônibus adaptado na cidade, mas é de uso restrito da Andorinha, existem também umas Kombis com rampas improvisadas, mas não circulam por falta de manutenção a maioria, pois vou para meu tratamento em uma ambulância fechada e sem rampa e sem cinto de segurança. Mobilidade Urbana: nos bairros da nossa Cidade a coisa é ainda pior, zero de acessibilidade, pontos de circulares inadequados, as empresas que fazem os transportes na cidade não tem frota adaptada com elevadores ou rampa para transportarem cadeirantes, contam apenas com adesivos! Enfim, nossa Cidade tem um longo caminho pela frente para ser acessível e oferecer uma qualidade de vida melhor e digna para os moradores e visitantes que portam algum tipo de Deficiência. Entra gestão e sai gestão, nada muda, apenas os discursos! Precisamos de menos politicagem e mais política social, visando a melhoria do cidadão e o cumprimento das Leis existentes! Se for citar tudo que falta em todos os setores daria uma bibliografia aqui!! (Ivan, cadeirante).

Ainda há muito que ser feito para que a inclusão seja efetiva em Barra Bonita – SP e no Brasil, como um todo. Em 2016, as pessoas com deficiência ainda encontram mais barreiras e obstáculos do que lugares e pessoas preparadas para atendê-las com dignidade.

A seguir as considerações finais da pesquisa serão apresentadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa abordou a inclusão para pessoas com deficiência visual no Museu Histórico Municipal – "Luiz Saffi", localizado em Barra Bonita – SP. A pergunta essencial da pesquisa, baseando-se em Tuan, foi: se houver recursos adaptados às necessidades específicas das pessoas, elas sentiriam afeto pelo lugar?

Um dos lemas norteadores da pesquisa foi "Nada por nós sem nós". Por essa razão, pelo menos uma pessoa com deficiência era consultada durante a pesquisa, tanto na teoria, como na prática. A metodologia utilizada para a pesquisa possui cunho qualitativo e foi realizada por meio de três visitas técnicas, da observação participante e entrevistas semiestruturadas.

O objetivo geral da pesquisa foi compreender de que maneira a Cartografia Tátil pode contribuir para a educação turística inclusiva na Estância Turística de Barra Bonita, promovendo a inclusão. Para isso, a pesquisa tentou alcançar os seguintes objetivos específicos:

a) analisar uma proposta de adaptação desenvolvida pela pesquisadora focada na inclusão de pessoas com deficiência visual no Museu Histórico Municipal – Luiz Saffi, localizado em Barra Bonita – SP;
b) discutir acerca da viabilidade do uso de representações gráficas táteis referentes à cidade de Barra Bonita - SP;
c) identificar possíveis ações que promovam a educação turística inclusiva, avaliando seu potencial na melhoria da qualidade de atendimento as pessoas com deficiência no Brasil.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados. Ao disponibilizar representações gráficas táteis referentes ao Museu Histórico Municipal – "Luiz Saffi", localizado em Barra Bonita - SP, as pessoas com deficiência visual afirmaram ter uma melhor percepção do espaço de lazer e disseram se sentir mais motivadas para conhecer outros lugares que também estejam adaptados às suas necessidades específicas.

A educação pode estar presente em diversos âmbitos da vida das pessoas, inclusive fora do ambiente formal. Sempre se pode aprender algo novo, inclusive nos momentos de turismo e lazer, tão presentes na atualidade. Durante a terceira visita técnica as pessoas tiveram a possibilidade de conhecer um pouco mais sobre a história do município e de alguns

objetos em exposição e ao fazer com que pessoas com e sem deficiência interagissem juntos no museu, a inclusão foi efetivada.

O Museu Histórico Municipal – "Luiz Saffi" está localizado na orla turística de Barra Bonita - SP e é frequentado por munícipes e turistas. É um atrativo cultural, mas, além disso, é um dos principais atrativos turísticos da cidade. Isso se deve a sua localização geográfica, que facilita a visitação de turistas e a importância do seu acervo, que traz parte da história da cidade e ajuda na construção da identidade. Entretanto, o museu não está preparado para receber todos os tipos de público – especialmente as pessoas com deficiência.

Seria importante, além da presença de materiais táteis para a educação e orientação e mobilidade sobre a localização da cidade, do museu na orla turística e especificamente do museu, que os funcionários soubessem falar LIBRAS para haver inclusão do público surdo.

Como já observado anteriormente durante a aplicação da pesquisa, além dos materiais táteis disponíveis, a ajuda da responsável pelo museu foi essencial para que as pessoas tivessem uma experiência completa, pois ela contava melhor sobre a história e o funcionamento de cada objeto, assim como a própria história do museu.

Especificamente no Museu Histórico Municipal - "Luiz Saffi", o ideal seria que a visita de munícipes ou turistas com pessoas com deficiência fosse guiada, pois não há pisos táteis no local e apenas os materiais táteis não seriam suficientes. Além disso, alguns objetos em exposição são frágeis ou oferecem risco às pessoas, não podendo ser tocados.

O Museu Histórico Municipal - "Luiz Saffi", da mesma forma que a cidade de Barra Bonita - como um todo - podem estar mais preparados para atender e receber melhor as pessoas com deficiência. Por meio de pequenas iniciativas, grandes mudanças podem ser feitas, beneficiando a todos.

A seguir serão apresentadas as recomendações finais para a realização de pesquisas futuras sobre o tema.

6. RECOMENDAÇÕES FINAIS

É impossível pensar em uma sociedade que não valorize a fuga do cotidiano e o tempo livre. Dessa forma, o lazer se tornou um fenômeno social de extrema importância e a busca pelos espaços de lazer é, de certa maneira, o desejo de se ter alguns minutos de tranquilidade e desligamento das obrigações diárias, refletindo diretamente no bem-estar das pessoas.

Portanto, não há regras claras e definidas sobre quais atividades determinam o que é lazer. Uma pessoa pode praticar um esporte, estar em contato com a natureza, ler um livro, ir ao teatro, viajar ou visitar um museu e estará em seu tempo de lazer.

Só que muitas pessoas ainda veem diversas oportunidades negadas, inclusive as pessoas com deficiência, que ainda não encontram acessibilidade necessária para desfrutar de momentos de lazer e turismo. Além de benefícios econômicos, a cidade que está preparada para receber esse público terá diversas vantagens sociais.

O turismo inclusivo já é uma realidade em Socorro, estância hidromineral localizada aproximadamente 130 quilômetros de São Paulo. Percebe-se um esforço conjunto entre o poder público, poder privado e sociedade civil, articulados com o governo estadual e federal para garantir que a inclusão aconteça.

Como já discutido anteriormente, não há acessibilidade física no museu por se tratar de um prédio antigo. As duas entradas possuem escadas e há acervo no segundo andar. Também não há acessibilidade para pessoas com alguma deficiência sensorial.

Implementar um projeto de acessibilidade em um museu é uma tarefa complexa, mas que pode ser executada com sucesso, mas demanda tempo e dinheiro. Para ser acessível, é necessário pensar além da acessibilidade física (rampas, corrimões, banheiros adaptados) e abranger a acessibilidade comunicacional, para pessoas com deficiência visual, deficiência auditiva e, inclusive, surdo-cegos.

Dessa forma, o treinamento dos funcionários do museu se mostra essencial. O tratamento para com as pessoas com deficiência é fundamental para que a experiência seja satisfatória e agradável. Por isso, é importante conhecer a especificidade de cada deficiência e como podemos contribuir com cada pessoa. Não há regras universais, portanto, perguntar de que forma pode ajudar a pessoa é o primeiro passo e a melhor forma de abordagem.

Por Barra Bonita ser uma estância turística do Estado de São Paulo, a união entre poder público e privado poderia estender a acessibilidade aos demais locais, como restaurantes, barcos que fazem o passeio na eclusa e demais locais. De acordo com Eduardo,

ele nunca encontrou um cardápio em braile na cidade, fazendo com que a sua visita em diversos lugares nunca seja totalmente autônoma.

Entretanto, tanto o poder público, como o poder privado não parecem preocupados com a questão. Especificamente sobre o poder público, se vê um discurso propagado pelos dirigentes nas redes sociais, mas a realidade se mostra bem diferente. É uma cidade que não sabe o perfil de turistas que recebe e por isso, não está preparada para recebê-los e o "turismo receptivo" acontece pelas empresas privadas na orla turística. E os problemas que as pessoas com deficiência encontram se estendem para outras áreas, pois além de turistas, têm-se vários munícipes que não estão tendo suas necessidades (inclusive a de lazer) atendidas.

Une-se a isso o descaso do poder público municipal quando se trata das pessoas que cobram e tentam fazer algo para mudar essa realidade. O prefeito foi procurado diversas vezes, por diferentes pessoas, desde o início do seu mandato (2013) e todos ouviram apenas promessas, pois praticamente depois de quatro anos, nenhuma mudança realmente efetiva foi realizada para a inclusão de pessoa com deficiência na cidade.

Essas pessoas sempre salientaram a importância da cidade possuir um Conselho Municipal para a Pessoa com Deficiência para dar voz à sociedade civil e facilitar a discussão de projetos e obtenção de recursos. Algumas reuniões foram feitas, mas sempre houve problemas na regularização do Conselho. Em uma reunião, em que não havia coro suficiente, foram "votados" os integrantes do mesmo, mas a ata de votação nunca chegou a algum membro. Depois disso, mais três reuniões foram feitas, mas por não querer se envolver em algo que não estava devidamente regularizado, os participantes não realizaram novas reuniões.

A prefeitura divulgou alguns projetos em andamento, como a reforma do Hotel Turístico Municipal (atual Centro Administrativo) e a construção de um cinema na orla turística, informando que as duas obras teriam acessibilidade física necessária para as pessoas com deficiência. Na verdade, as informações soam como algo extraordinário, mas não há nada demais sendo feito, apenas o cumprimento da lei.

Uma das soluções que poderiam ser tomadas especificamente para o caso do turismo e lazer na cidade seria a reabertura do curso técnico em turismo na Escola Técnica Estadual (ETEC) Comendador João Rays em Barra Bonita. O curso possui o potencial de formar cidadãos mais críticos e conscientes em relação ao assunto.

A associação comercial da cidade também poderia promover incentivos para que os comerciantes promovam acessibilidade em seus estabelecimentos e em parcerias buscar a

capacitação pessoal para atendimento ao público com deficiência, pois ser bem atendido é fundamental para a satisfação.

Também poderia haver trabalhos de sensibilização com as escolas do município. Por exemplo, realizar uma visita na cidade com os alunos simulando as diversas deficiências, alguns alunos em cadeira de rodas, com vendas ou tampões de ouvido, permitindo-os a conhecer a realidade das pessoas com deficiência e quais são as barreiras e obstáculos que encontram na cidade.

Quando ocorrer a devida acessibilidade, a divulgação é essencial. Muitas pessoas com deficiência deixam de frequentar determinados locais por saber que encontrarão apenas barreiras. Então, de nada adianta ser acessível se as pessoas não sabem disso. Atualmente, existem aplicativos para smartphone que disponibilizam os lugares acessíveis para cada tipo de deficiência, que, por ainda ser tão rara, ainda é um diferencial dos estabelecimentos.

A Lei Brasileira de Inclusão de 2015 foi um grande marco na luta das pessoas com deficiência, especialmente porque houve participação popular, pois muitas iniciativas referentes à inclusão são feitas sem algum tipo de consulta, negando todo o seu histórico de luta social. Agora, o grande desafio de toda sociedade é fazer com que a lei transponha o papel e se faça valer todos os dias e em todos os lugares, com uma fiscalização por parte do poder público ativa.

O Brasil ainda caminha a passos lentos. A Copa do Mundo de Futebol e as Olímpiadas ajudaram a dar destaque para a questão da inclusão das pessoas com deficiência, mas ainda há muito há ser feito, principalmente nas cidades do interior.

A pesquisa no Museu Histórico Municipal – “Luiz Saffi” se mostrou válida e funcional. A acessibilidade para pessoas com deficiência visual não demandaria um custo alto, por se tratar da utilização de representações gráficas táteis e catálogos em braile. Entretanto, para ser plenamente acessível, um projeto amplo deveria ser estudado e haveria dificuldade na implementação de acessibilidade física por se tratar de um prédio antigo. Mas, infelizmente, o poder público municipal parece não se importar com a sua própria história, memória e cultura – e que todos tenham acesso a ela.

Já a responsável pelo museu se mostrou consciente em relação aos problemas deste, mas é uma pessoa sensível e que foi capaz de se colocar no lugar do outro. Isso fez uma diferença positiva nos resultados da pesquisa. Mesmo não havendo acessibilidade, havia boa vontade e sensibilidade, que foram essenciais para que as pessoas com deficiência se sentissem bem e acolhidas naquele lugar.

Segundo um famoso ditado popular: “o pior cego é aquele que não quer ver”. Estaria, então, a sociedade cega? Ao fechar os olhos para as mais de 45 milhões de pessoas com deficiência apenas no Brasil, estão esquecendo as necessidades e, principalmente, as potencialidades de todas elas. Vemos, mas ainda nos negamos a enxergar.

Talvez, no fim das contas, seja tudo sobre isso: a capacidade de se colocar no lugar do outro, a famosa alteridade social, tão necessária em nossas vidas. E assim, sendo sensíveis e nos colocando no lugar do outro, daremos mais oportunidades para as outras pessoas - e para nós mesmos.

7. REFERÊNCIAS

ABNT. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Associação Brasileira de Normas Técnicas. 2004.

AGUIRRE, R. S.; GRÜNEWALD, L.; PÂNTANO, L.; SANTO, S. D.; SIMON, M. F. G. **Recreação e turismo para todos**. 1. ed. Caxias do Sul: Educs, 2003.

ALMEIDA, R. D. de. **Cartografia Escolar**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

ALMEIDA, R. A.; CARMO, W. R. e SENA, C. C. R. G. **Técnicas Inclusivas de Ensino de Geografia** (capítulo 16), In: VENTURI, L. A. B. Geografia – Práticas de Campo, Laboratório e Sala de Aula. Editora Sarandi, São Paulo, 2011.

AMIRALIAN, M. L. T. et al. Conceituando Deficiência. In: **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, vol. 34 n. 1, 2000. p. 97 – 103.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 2007.

BEZZI, M. L.; MARAFON, G. **Manual didático sobre a evolução do pensamento geográfico**. Santa Maria. UFSM, CCNE, Curso de Geografia, 1992.

BITTENCOURT, A. **Proposta de representação tátil do relevo: construção e aplicação de materiais didáticos inclusivos.** Trabalho de Graduação Individual. Departamento de Geografia. FFLCH. USP. São Paulo. 2007

BORTOLOZZI. A. **O papel da Geografia no contexto da Educação Ambiental escolar:** um estudo de caso. 1992. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC, São Paulo, 1992.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____ (org.). **Repensando a pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil** de 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em 10 mai. 2015

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm Acesso em 9 jul. 2014

_____. **Decreto nº 5296, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta a Lei Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm Acesso em 16 jul. 2015

_____. **Turismo e acessibilidade:** manual de orientações. Ministério do Turismo, 2006.

_____. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm Acesso em 11 set. 2015

_____. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm Acesso em 13 ago. 2015

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm Acesso em: 13 out. 2015

CARMO, W. R.. **Cartografia tátil escolar:** experiências com a Construção de materiais didáticos e com a Formação continuada de professores. 2009. Dissertação (Mestrado em geografia). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo – SP.

CATELLI, M. R. **Para além do olhar:** Cartografia Tátil e turismo inclusivo nas Estâncias Turísticas de Barra Bonita e Igaraçu do Tietê – SP. Trabalho de Conclusão de Curso. UNESP – Campus de Ourinhos. 2014.

COHEN, R.; DUARTE, C.; BRASILEIRO, A. **Acessibilidade a Museus**. Ministério da Cultura / Instituto Brasileiro de Museus. – Brasília, DF: MinC/Ibram, 2012. (Cadernos Museológicos Vol.2)

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo César da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

FÁVERO, E. A. G. **Direito das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

FERREIRA, M.E.S. e da SILVA, L.F.C.F. Construção de matrizes táteis pelo processo de prototipagem rápida. **Revista Brasileira de Cartografia** (2012) N0 64/1: 45-55

FONSECA FILHO, A. da S. **Educação e turismo:** um estudo sobre a inserção do turismo no ensino fundamental e médio. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997

FREIRE, P; SHOR, I. **Medo e ousadia:** o cotidiano do professor. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GIBERT C., AWAN H. **Blindness in children**. BMJ, 2003.

GIRALDI COCCO, Rodrigo. **Interações espaciais e sistemas de transporte público**: uma abordagem para Bauru, Marília e Presidente Prudente. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

GOHN, M. da G. **Conselhos gestores na política social urbana e participação popular**. Caderno Metrópole, v. 07, p. 9–31, 2002.

HADDAD, M. A. O. **Habilitação e reabilitação de escolares com baixa visão: aspectos médicos-sociais**. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Departamento de Oftalmologia e Otorrinolaringologia.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatítica. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000006460511142011051416506447.pdf Acesso em 12 ago. 2015

ICOM. **Museum Definition**. 2007. Disponível em: http://icom.museum/the-vision/museum-definition/. Acesso em 3 jun. 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Instrução Normativa n.º 1**, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme especifica.

ITABORAHY, N. Z. **Uma reflexão sobre a pesquisa participante em Geografia: lugares em construção**. 2010. Disponível em: http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/Uma-reflex%C3%A3o-sobre-a-pesquisa-participante-em-Geografia.pdf Acesso em 10 jun. 2015.

JORDÃO, B. G. F. **Cartografia tátil para alunos com deficiência visual:** a experiência do globo adaptado. Trabalho de Conclusão de Curso. UNESP – Campus de Ourinhos. 2011.

JORDÃO, B. G. F. **Cartografia Tátil na Educação Básica: os cadernos de Geografia e a inclusão de estudantes com deficiência visual na rede estadual de São Paulo.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. São Paulo, 2015.

KASTRUP, V. **O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo**. Psicologia & Sociedade, 19 (1), 15-22. 2007.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LOCH, R. E. N.. **Cartografia tátil**: mapas para deficientes visuais. In: Portal da Cartografia. Londrina, v.1, n.1, maio/ago., p. 35 - 58, 2008. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/portalcartografia> Acesso em: 11 fev 2011.

MASI I. de, *et al* Deficiente Visual Educação e Reabilitação. **Programa Nacional de Apoio À Educação De Deficientes Visuais: Formação De Professor.** Ministério Da Educação. Secretaria De Educação Especial. 2002.

MANUAL DA MIDIA LEGAL 2: comunicadores para a educação. Rio de Janeiro: WVA. 2ª ed. 2004.

MARTINELLI M. **Gráficos e Mapas: construa-os você mesmo.** Moderna: São Paulo, 1998.

MEINE, K. H (1978) **Certain Aspects of Cartographic Communication in a System of Cartography as a Science**. International Yearbook of Cartography, nº18, p.102-117.

MOREIRA, M. M. **A inclusão de pessoas com deficiência pelo turismo:** a democratização de benefícios da atividade turística. Disponível em: http://www.ucs.br/ucs/tplVSeminTur%20/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_5/trabalhos/arquivos/gt04-09.pdf Acesso em 17 set. 2015.

MUNSTER, M. de A. van. **Esportes na natureza e deficiência visual:** uma abordagem pedagógica. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2004.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar:** Políticas Públicas na Amazônia. Campinas: Papirus, 2008.

OMS. **Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (handicaps):** um manual de classificação das conseqüências das doenças. Lisboa, 1989.

OMS/OPAS. **Classificação Internacional de Funcionalidade e Incapacidade e Saúde, CIF**. São Paulo: EDUSP, 2003.

OMT (Organização Mundial do Turismo). **Código Mundial de Ética do Turismo.** Santiago do Chile, 1999. Disponível em: www.uff.br/entretere/index_files/codigo_de_etica_mundial.doc. Acesso em 08 jun. 2015

ORMELEZI, E.M. **Inclusão educacional e escolar da criança cega congênita com problemas na constituição subjetiva e no desenvolvimento global:** uma leitura psicanalítica em estudo de caso. Tese (doutorado em Psicologia e Educação) Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006

PÁDUA, L. C. T. **A Geografia de Yi-Fu Tuan:** essências e permanências. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. São Paulo, 2013.

SANDELL, R. Means to an end: museums and the combating of social inequality. In: DOMINGUES, A. et al. (Org.). **A cultura em ação:** impactos sociais e território. Porto: Afrontamento, 2003. p. 47-54.

SARRAF, V. P. **Reabilitação do Museu:** políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2008.

SASSAKI, R. K. Acessibilidade e Inclusão In: **Mídia e Deficiência**. Fundação Banco do Brasil. Brasília, 2003.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SCHIAVO, M. R.; MOREIRA, E. N. **Glossário Social**. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2005.

SCHMIDT, M. L. S. **Pesquisa participante:** alteridade e comunidades interpretativas. Psicol. USP [online]. São Paulo SP. 17(2): 11-41. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642006000200002 Acesso em 13 jun. 2015.

SENA, C. C. R. G.. **Cartografia tátil no ensino de Geografia:** uma proposta metodológica de desenvolvimento e associação de recursos didáticos adaptados a pessoa com deficiência visual. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SHIMOSAKAI, R. **Fifa de olhos fechados para a acessibilidade de deficientes visuais na Copa de 2014.** Turismo adaptado: fazendo a diferença na busca pela igualdade. Disponível em: <https://turismoadaptado.wordpress.com/2014/07/09/fifa-de-olhos-fechados-para-a-acessibilidade-de-deficientes-visuais-na-copa-2014/> Acesso em 20 ago. 2015.

THIOLLENT, M. **Notas para o debate sobre pesquisa-ação**. In C. R. Brandão (Org.), *Repensando a pesquisa participante* (pp. 82-103). São Paulo: Brasiliense, 1999.

TUAN, Yi-Fu. **Segmented worlds and self:** group life and individual consciousness. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1982.

_____. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo. Difel, 1983.

_____. Continuity and discontinuity. **Geographical Review**, v. 74, n. 3, p. 245-256, 1984.

VASCONCELLOS, R. A. A. **A cartografia tátil e o deficiente visual:** uma avaliação das etapas de produção e uso do mapa. Tese de doutorado. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo. 1993.

VENTORINI, S. E**. A Experiência como fator determinante na representação espacial do deficiente visual**. São Paulo: UNESP, 2009.

8. ANEXOS

Ilmo. Senhor Secretário de Planejamento Urbano e Obras da Estância Turística de Barra Bonita/SP

Ref. Solicitação de documento - Planta do Museu Histórico Municipal "Luiz Saffi".

Eu, Mariane Ravagio Catelli, inscrita no RG 46.241.420-6, vem respeitosamente através desta, solicitar a V.S.ª, uma cópia da planta baixa (arquitetônica) original do Museu Histórico "Luiz Saffi", localizado neste município. O referido documento será de extrema importância para os estudos que estão sendo realizados em minha Dissertação de Mestrado e base para elaboração de uma planta tátil do museu.

Pref. Est. Tur. B. Bonita
PROTOCOLO
N.º 7558/15
B.B. 02 OUT 2015
Responsável Protocolo

Nestes termos
P. Deferimento

Barra Bonita, 01 de outubro de 2015.

Mariane Ravagio Catelli
Mestranda em Geografia
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Declaramos para os devidos fins, que retirei as plantas (planta baixa, cortes e fachadas) em papel arroz do Museu Histórico "Luiz Saffi" para estudos que estão sendo realizados em minha Dissertação de Mestrado e base para elaboração de uma planta tátil do museu, sendo que logo após utilização será devolvida ao Departamento de Planejamento Urbano.

Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita, 02 de Outubro de 2015.

Mariane Ravagio Catelli

Mariane Ravagio Catelli

CARTA DE INFORMAÇÃO AO SUJEITO

Esta pesquisa tem como intuito compreender de que forma a Cartografia Tátil pode contribuir para a Educação Turística Inclusiva na Estância Turística de Barra Bonita, promovendo a inclusão. Para tanto, realizaremos uma visita técnica no Museu Histórico Municipal - Luiz Saffi e entrevistas. Para tal solicitamos sua autorização para a realização dos procedimentos previstos e divulgação das imagens. O contato interpessoal e a realização dos procedimentos oferecem riscos físicos e/ou psicológicos mínimos aos participantes. As pessoas não serão obrigadas a participar da pesquisa, podendo desistir a qualquer momento. Em eventual situação de desconforto, os participantes poderão cessar sua colaboração sem consequências negativas. Quaisquer dúvidas que existirem agora ou a qualquer momento poderão ser esclarecidas, bastando entrar em contato pelo e-mail abaixo mencionado. Ressaltamos que se trata de pesquisa com finalidade acadêmica, referida à dissertação do Mestrado em Geografia realizado na Universidade Estadual de Londrina e que os resultados da mesma serão divulgados no trabalho acadêmico. De acordo com estes termos, favor assinar abaixo. Uma cópia deste documento ficará com o participante da pesquisa e outra com a pesquisadora. Obrigada.

Mariane Ravagio Catelli

Mariane Ravagio Catelli
E-mail: marianecatelli@gmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o(a) senhor (a) Luis Eduardo Belarmino, após a leitura da Carta de Informação Sujeito, ciente dos procedimentos propostos, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e do explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO de concordância quanto à realização da pesquisa. Fica claro que o(a) senhor(a), a qualquer momento, poderá retirar seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO e deixar de participar do estudo alvo da pesquisa e fica ciente que todo trabalho realizado torna-se informação confidencial, guardada por força do sigilo profissional.

Barra Bonita, 10 de outubro de 2015

Belarmino

Assinatura do sujeito

CARTA DE INFORMAÇÃO AO SUJEITO

Esta pesquisa tem como intuito compreender de que forma a Cartografia Tátil pode contribuir para a Educação Turística Inclusiva na Estância Turística de Barra Bonita, promovendo a inclusão. Para tanto, realizaremos uma visita técnica no Museu Histórico Municipal - Luiz Saffi e entrevistas. Para tal solicitamos sua autorização para a realização dos procedimentos previstos e divulgação das imagens. O contato interpessoal e a realização dos procedimentos oferecem riscos físicos e/ou psicológicos mínimos aos participantes. As pessoas não serão obrigadas a participar da pesquisa, podendo desistir a qualquer momento. Em eventual situação de desconforto, os participantes poderão cessar sua colaboração sem consequências negativas. Quaisquer dúvidas que existirem agora ou a qualquer momento poderão ser esclarecidas, bastando entrar em contato pelo e-mail abaixo mencionado. Ressaltamos que se trata de pesquisa com finalidade acadêmica, referida à dissertação do Mestrado em Geografia realizado na Universidade Estadual de Londrina e que os resultados da mesma serão divulgados no trabalho acadêmico. De acordo com estes termos, favor assinar abaixo. Uma cópia deste documento ficará com o participante da pesquisa e outra com a pesquisadora. Obrigada.

Mariane Ravagio Catelli

Mariane Ravagio Catelli
E-mail: marianecatelli@gmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o(a) senhor (a) João Pedro Polonio, após a leitura da Carta de Informação Sujeito, ciente dos procedimentos propostos, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e do explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO de concordância quanto à realização da pesquisa. Fica claro que o(a) senhor(a), a qualquer momento, poderá retirar seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO e deixar de participar do estudo alvo da pesquisa e fica ciente que todo trabalho realizado torna-se informação confidencial, guardada por força do sigilo profissional.

Barra Bonita, 10 de outubro de 2015

João Pedro Polonio

Assinatura do sujeito

CARTA DE INFORMAÇÃO AO SUJEITO

Esta pesquisa tem como intuito compreender de que forma a Cartografia Tátil pode contribuir para a Educação Turística Inclusiva na Estância Turística de Barra Bonita, promovendo a inclusão. Para tanto, realizaremos uma visita técnica no Museu Histórico Municipal - Luiz Saffi e entrevistas. Para tal solicitamos sua autorização para a realização dos procedimentos previstos e divulgação das imagens. O contato interpessoal e a realização dos procedimentos oferecem riscos físicos e/ou psicológicos mínimos aos participantes. As pessoas não serão obrigadas a participar da pesquisa, podendo desistir a qualquer momento. Em eventual situação de desconforto, os participantes poderão cessar sua colaboração sem consequências negativas. Quaisquer dúvidas que existirem agora ou a qualquer momento poderão ser esclarecidas, bastando entrar em contato pelo e-mail abaixo mencionado. Ressaltamos que se trata de pesquisa com finalidade acadêmica, referida à dissertação do Mestrado em Geografia realizado na Universidade Estadual de Londrina e que os resultados da mesma serão divulgados no trabalho acadêmico. De acordo com estes termos, favor assinar abaixo. Uma cópia deste documento ficará com o participante da pesquisa e outra com a pesquisadora. Obrigada.

Mariane Ravagio Catelli

Mariane Ravagio Catelli
E-mail: marianecatelli@gmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o(a) senhor (a) Mario F. Cestari, após a leitura da Carta de Informação Sujeito, ciente dos procedimentos propostos, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e do explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO de concordância quanto à realização da pesquisa. Fica claro que o(a) senhor(a), a qualquer momento, poderá retirar seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO e deixar de participar do estudo alvo da pesquisa e fica ciente que todo trabalho realizado torna-se informação confidencial, guardada por força do sigilo profissional.

Barra Bonita, 10 de OUTUBRO de 2015

Mario F. Cestari

Assinatura do sujeito

CARTA DE INFORMAÇÃO AO SUJEITO

Esta pesquisa tem como intuito compreender de que forma a Cartografia Tátil pode contribuir para a Educação Turística Inclusiva na Estância Turística de Barra Bonita, promovendo a inclusão. Para tanto, realizaremos uma visita técnica no Museu Histórico Municipal - Luiz Saffi e entrevistas. Para tal solicitamos sua autorização para a realização dos procedimentos previstos e divulgação das imagens. O contato interpessoal e a realização dos procedimentos oferecem riscos físicos e/ou psicológicos mínimos aos participantes. As pessoas não serão obrigadas a participar da pesquisa, podendo desistir a qualquer momento. Em eventual situação de desconforto, os participantes poderão cessar sua colaboração sem consequências negativas. Quaisquer dúvidas que existirem agora ou a qualquer momento poderão ser esclarecidas, bastando entrar em contato pelo e-mail abaixo mencionado. Ressaltamos que se trata de pesquisa com finalidade acadêmica, referida à dissertação do Mestrado em Geografia realizado na Universidade Estadual de Londrina e que os resultados da mesma serão divulgados no trabalho acadêmico. De acordo com estes termos, favor assinar abaixo. Uma cópia deste documento ficará com o participante da pesquisa e outra com a pesquisadora. Obrigada.

Mariane Ravagio Catelli

Mariane Ravagio Catelli
E-mail: marianecatelli@gmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o(a) senhor (a) VICTOR LOPES MARIANO BRASIL, após a leitura da Carta de Informação Sujeito, ciente dos procedimentos propostos, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e do explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO de concordância quanto à realização da pesquisa. Fica claro que o(a) senhor(a), a qualquer momento, poderá retirar seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO e deixar de participar do estudo alvo da pesquisa e fica ciente que todo trabalho realizado torna-se informação confidencial, guardada por força do sigilo profissional.

Barra Bonita, 10 de outubro de 2015

Assinatura do sujeito

CARTA DE INFORMAÇÃO AO SUJEITO

Esta pesquisa tem como intuito compreender de que forma a Cartografia Tátil pode contribuir para a Educação Turística Inclusiva na Estância Turística de Barra Bonita, promovendo a inclusão. Para tanto, realizaremos uma visita técnica no Museu Histórico Municipal - Luiz Saffi e entrevistas. Para tal solicitamos sua autorização para a realização dos procedimentos previstos e divulgação das imagens. O contato interpessoal e a realização dos procedimentos oferecem riscos físicos e/ou psicológicos mínimos aos participantes. As pessoas não serão obrigadas a participar da pesquisa, podendo desistir a qualquer momento. Em eventual situação de desconforto, os participantes poderão cessar sua colaboração sem consequências negativas. Quaisquer dúvidas que existirem agora ou a qualquer momento poderão ser esclarecidas, bastando entrar em contato pelo e-mail abaixo mencionado. Ressaltamos que se trata de pesquisa com finalidade acadêmica, referida à dissertação do Mestrado em Geografia realizado na Universidade Estadual de Londrina e que os resultados da mesma serão divulgados no trabalho acadêmico. De acordo com estes termos, favor assinar abaixo. Uma cópia deste documento ficará com o participante da pesquisa e outra com a pesquisadora. Obrigada.

Mariane Ravagio Catelli

Mariane Ravagio Catelli
E-mail: marianecatelli@gmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o(a) senhor (a) Janaina Rees Dias Cescato, após a leitura da Carta de Informação Sujeito, ciente dos procedimentos propostos, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e do explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO de concordância quanto à realização da pesquisa. Fica claro que o(a) senhor(a), a qualquer momento, poderá retirar seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO e deixar de participar do estudo alvo da pesquisa e fica ciente que todo trabalho realizado torna-se informação confidencial, guardada por força do sigilo profissional.

Barra Bonita, 10 de outubro de 2015

Janaina R. D. Cescato

Assinatura do sujeito

CARTA DE INFORMAÇÃO AO SUJEITO

Esta pesquisa tem como intuito compreender de que forma a Cartografia Tátil pode contribuir para a Educação Turística Inclusiva na Estância Turística de Barra Bonita, promovendo a inclusão. Para tanto, realizaremos uma visita técnica no Museu Histórico Municipal - Luiz Saffi e entrevistas. Para tal solicitamos sua autorização para a realização dos procedimentos previstos e divulgação das imagens. O contato interpessoal e a realização dos procedimentos oferecem riscos físicos e/ou psicológicos mínimos aos participantes. As pessoas não serão obrigadas a participar da pesquisa, podendo desistir a qualquer momento. Em eventual situação de desconforto, os participantes poderão cessar sua colaboração sem consequências negativas. Quaisquer dúvidas que existirem agora ou a qualquer momento poderão ser esclarecidas, bastando entrar em contato pelo e-mail abaixo mencionado. Ressaltamos que se trata de pesquisa com finalidade acadêmica, referida à dissertação do Mestrado em Geografia realizado na Universidade Estadual de Londrina e que os resultados da mesma serão divulgados no trabalho acadêmico. De acordo com estes termos, favor assinar abaixo. Uma cópia deste documento ficará com o participante da pesquisa e outra com a pesquisadora. Obrigada.

Mariane Ravagio Catelli

Mariane Ravagio Catelli
E-mail: marianecatelli@gmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o(a) senhor (a) Eduardo Américo Lopes, após a leitura da Carta de Informação Sujeito, ciente dos procedimentos propostos, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e do explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO de concordância quanto à realização da pesquisa. Fica claro que o(a) senhor(a), a qualquer momento, poderá retirar seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO e deixar de participar do estudo alvo da pesquisa e fica ciente que todo trabalho realizado torna-se informação confidencial, guardada por força do sigilo profissional.

Barra Bonita, 10 de outubro de 2015

Assinatura do sujeito

CARTA DE INFORMAÇÃO AO SUJEITO

Esta pesquisa tem como intuito compreender de que forma a Cartografia Tátil pode contribuir para a Educação Turística Inclusiva na Estância Turística de Barra Bonita, promovendo a inclusão. Para tanto, realizaremos uma visita técnica no Museu Histórico Municipal - Luiz Saffi e entrevistas. Para tal solicitamos sua autorização para a realização dos procedimentos previstos e divulgação das imagens. O contato interpessoal e a realização dos procedimentos oferecem riscos físicos e/ou psicológicos mínimos aos participantes. As pessoas não serão obrigadas a participar da pesquisa, podendo desistir a qualquer momento. Em eventual situação de desconforto, os participantes poderão cessar sua colaboração sem consequências negativas. Quaisquer dúvidas que existirem agora ou a qualquer momento poderão ser esclarecidas, bastando entrar em contato pelo e-mail abaixo mencionado. Ressaltamos que se trata de pesquisa com finalidade acadêmica, referida à dissertação do Mestrado em Geografia realizado na Universidade Estadual de Londrina e que os resultados da mesma serão divulgados no trabalho acadêmico. De acordo com estes termos, favor assinar abaixo. Uma cópia deste documento ficará com o participante da pesquisa e outra com a pesquisadora. Obrigada.

Mariane Ravagio Catelli

Mariane Ravagio Catelli
E-mail: marianecatelli@gmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o(a) senhor (a) Fábio Aparecido Leal de Carvalho, após a leitura da Carta de Informação Sujeito, ciente dos procedimentos propostos, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e do explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO de concordância quanto à realização da pesquisa. Fica claro que o(a) senhor(a), a qualquer momento, poderá retirar seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO e deixar de participar do estudo alvo da pesquisa e fica ciente que todo trabalho realizado torna-se informação confidencial, guardada por força do sigilo profissional.

Barra Bonita, 10 de outubro de 2015

Assinatura do sujeito